

JULHO
DEZEMBRO
2013
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

**INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS**

Línguas e instrumentos linguísticos 32 / Campinas: CNPq -
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2013:
Unicamp, 1997-2013

Semestral.
ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos
3. Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD - 410.05
- 412.05
- 900

Copyright © 2013 dos Autores para efeito desta edição e posteriores.
Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa
para o Projeto História das Ideias Linguísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, reprodução, apropriação ou estoque em sistema de banco de dados,
ou processo similar, mesmo a partir do site www.revistalinguas.com, seja por
meio eletrônico, fotocópia, gravação de qualquer natureza está condicionado
à expressa permissão do Projeto História das Ideias Linguísticas.

Coordenação Editorial: Editora RG

Editoração Eletrônica e Diagramação: Fábio Bastos

Capa: Fábio Bastos sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Ideias
Linguísticas

Editora RG
Fone: 19 3289.1864
rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com
2013

Impresso no Brasil

Nº
32

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS



2013

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp) Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Univás), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França)

Comitê de Redação: Carolina Zucolillo Rodriguez, Claudia Pfeiffer, José Horta Nunes, Lauro Baldini, Mónica Zoppi-Fontana, Sheila Elias de Oliveira, Suzy Lagazzi

Secretaria de Redação: Sheila Elias de Oliveira, Lauro Baldini e Vinícius Massad Castro

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano dos fascículos: julho a dezembro 2013

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número sequencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número cinco até o final.

SUMÁRIO

Apresentação -----	7
Gramática ou gramáticas do português brasileiro? O problema da implementação na mudança sintática <i>Marco Antonio Martins</i> -----	9
Os sentidos do dizer e do não dizer no filme publicitário <i>Caixa 150 anos</i> <i>Neuza Zattar</i> -----	29
Bakhtin lia mal? <i>Lucas Vinício de Carvalho Maciel</i> -----	49
Mato Grosso: de descrição a nome - um percurso enunciativo <i>Taisir Mahmudo Karim</i> -----	73
Sobre o (não) deslocamento dos sentidos da diferença no processo de inclusão escolar <i>Eliana Lucia Ferreira</i> <i>Juliana Santana Cavallari</i> -----	87
Crônicas e controvérsias Revisitando a lei da especialidade de Bréal à luz da gramaticalização <i>Kelly Cristina Tannahão</i> -----	105
Resenha As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Eni Puccinelli Orlandi. (1992). Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, 6ed., 3ª reimpressão, 2013, 184 páginas. <i>Miguel Alvarado Borgoño</i> -----	121

APRESENTAÇÃO

Este número 32 de *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* apresenta análises enunciativas e discursivas de fatos de linguagem, e análises meta-teóricas.

Em *Gramática ou gramáticas do português brasileiro? O problema da implementação na mudança sintática*, Marco Antonio Martins compara o tratamento da implementação em duas teorias: a sociolinguística paramétrica e a competição de gramáticas, defendendo que esta última permite que se vislumbre o problema de forma mais complexa e, desse modo, mais pertinente.

Em *Os sentidos do dizer e do não dizer no filme publicitário Caixa 150 anos*, Neuza Zattar apresenta uma análise enunciativa de uma propaganda comemorativa dos 150 anos da Caixa, em que o banco rememora seu lugar na história do Brasil se afirmando participante do processo de libertação dos escravos, pelas contas bancárias que oferecia a certos escravos.

Bakhtin lia mal? é o questionamento proposto por Lucas Vinício de Carvalho Maciel, diante de algumas críticas que consideram equivocada a interpretação bakhtiniana da poética de Dostoiévski. O autor defende a interpretação bakhtiniana a partir da análise da polifonia e do dialogismo de um dos primeiros personagens do autor russo.

Mato Grosso: de descrição a nome - um percurso enunciativo, de Taisir Mahmudo Karim, analisa enunciativamente a passagem da expressão nominal 'mato grosso' de descrição a nome de região/estado brasileiro.

Sobre o (não) deslocamento dos sentidos da diferença no processo de inclusão escolar analisa documentos oficiais sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Eliana Lucia Ferreira e Juliana Santana Cavallari centram a análise no modo como a diferença é significada na elaboração das políticas de inclusão.

A seção *Crônicas e Controvérsias* traz o texto *Revisitando a Lei da Especialidade de Bréal à luz da Gramaticalização*. Kelly Cristina Tannahão identifica na Lei da Especialidade, de Michel Bréal, elementos que a aproximam do conceito de Gramaticalização de Meillet. A autora mostra o caráter geral e precursor da teoria semântica

de Bréal, bem como sua atualidade em relação às reflexões linguísticas do nosso tempo, em que o conceito de gramaticalização ainda é vigente.

A resenha deste número é de uma obra publicada pela primeira vez em 1992, tendo recebido o Prêmio Jabuti em Ciências Humanas. O texto de Miguel Alvarado Borgoño, professor chileno, ilustra a atualidade e o alcance da circulação deste texto que completa vinte e um anos e já conta com seis edições no Brasil.

Com este número, *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* espera cumprir mais uma vez seu intento de motivar e ampliar a reflexão sobre a linguagem e as ideias linguísticas.

Os Editores

GRAMÁTICA OU GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO? O PROBLEMA DA IMPLEMENTAÇÃO NA MUDANÇA SINTÁTICA

Marco Antonio Martins

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: *Este artigo reflete sobre os conceitos de mudança gramatical e de implementação em duas propostas de interface entre e a teoria da variação e mudança linguística e a teoria gerativa: a sociolinguística paramétrica e a competição de gramáticas. Utilizando resultados de dois estudos sobre a ordem VS em português, o autor defende que a diferenciação entre a natureza quantitativa (do contínuo diacrônico) e qualitativa (de ruptura estrutural) proposta pela sociolinguística paramétrica se volta apenas à propagação da mudança em diferentes fases de uma mesma gramática, e que a competição de gramáticas permite que se vislumbre o problema da implementação de forma mais complexa, alinhando diferentes matizes da origem e da propagação da mudança.*

Abstract: *This article reflects on the concepts of grammatical change and implementation in two proposals of interface between the theory of linguistic variation and change and the generative theory: parametric sociolinguistics and grammar competition. Analyzing the results of two studies on the VS order in Portuguese, the author argues that the differentiation between qualitative (diachronic continuum) and quantitative nature (structural break) proposed by parametric sociolinguistics only takes into account change propagation in different phases of the same grammar, and that grammar competition allows to look at the problem of implementation in a more complex way, by aligning different aspects of the origin and the spread of change.*

Introdução

Tomando por base a proposta já clássica de Tarallo e Kato (2007 [1989]) para o estudo da variação e da mudança na sintaxe, numa harmonia trans-sistêmica que associa o inter- e o intralinguístico, a

interface entre a sociolinguística variacionista e a teoria gerativa para estudos de fenômenos em variação e mudança tem sido denominada, no Brasil, de sociolinguística paramétrica ou variação paramétrica (RAMOS, 1999).

Numa outra perspectiva, argumento, neste artigo, seguindo Martins, Coelho e Cavalcante (no prelo), que o modelo de competição de gramáticas, conforme proposto por Kroch (1989, 2001) – configura uma proposta diferente de interface entre essas teorias. Mais especificamente, levanto argumentos a favor da tese de que o modelo de competição de gramáticas constitui uma maneira diferente de trabalho na interface entre a teoria da variação e mudança e a teoria gerativa para o estudo da mudança sintática.

“O casamento teórico” entre essas duas teorias rendeu já um caloroso debate entre Fernando Tarallo e Borges Neto na década de 1980 do século passado que não vou retomar aqui. Antes, tenho por objetivo argumentar a favor de que quando assumimos a interface nos moldes do modelo de competição de gramáticas, os paradoxos de um casamento – ou de um “projeto herético” – entre essas duas teorias se desfazem. Levanto dois pontos fundamentais em defesa da proposta de que, diferentemente do modelo da sociolinguística paramétrica, o modelo de competição de gramáticas alinha propriedades de uma e outra teoria – da teoria da variação e mudança e da teoria gerativa – para o estudo da mudança sintática:

1. A sociolinguística paramétrica está centrada em uma concepção de mudança proposta pela teoria da variação e mudança e entende a variação como uma diferenciação quantitativa e qualitativa na marcação de um parâmetro na gramática de uma língua – variação intralinguística. Diferentemente, o modelo de competição de gramáticas assume o conceito de mudança da teoria gerativa, entendendo que a observação empírica entre formas variáveis no curso do tempo é a competição entre diferentes formas geradas por diferentes gramáticas. Desenvolvo essa temática na primeira seção do artigo.

2. Os estudos no quadro da sociolinguística paramétrica verticalizam a discussão sobre o problema da implementação para a propagação da mudança, ou no modo como uma mudança evolui no curso do tempo

(contínuo diacrônico). Para o modelo de competição de gramáticas, a percepção da implementação da mudança sintática está centrada nos pressupostos da teoria gerativa segundo a qual uma mudança se implementa na gramática de uma língua quando, no período de aquisição, a criança adquire um parâmetro diferente daquele associado à gramática alvo. A questão da implementação para ambos os modelos será desenvolvida na segunda seção.

1. A variação intralinguística – ou sobre AS GRAMÁTICAS do português brasileiro

Estudos centrados no modelo da sociolinguística paramétrica entendem a variação e a mudança observada em uma língua, no curso dos séculos, como o resultado de um processo de variação intralinguística (em uma mesma língua), pensada nos mesmos termos daquela observada interlinguisticamente (entre línguas diferentes). Nesse sentido, a variação entre diferentes formas no curso dos séculos seria fruto de um realinhamento paramétrico – em termos quantitativos e qualitativos – na marcação de um parâmetro na gramática dessa língua. Consequentemente, quando observados os padrões empíricos de um dado fenômeno em variação e ou/mudança em textos brasileiros no curso dos séculos, por exemplo, tais estudos aludem a diferentes gramáticas do Português Brasileiro (PB): a gramática do PB do século XVIII; do PB do século XIX; do PB do século XX... Tais estudos são desenvolvidos sob a proposta da sociolinguística paramétrica para a qual a variação está dentro de um mesmo sistema, conforme propõem Tarallo e Kato (2007 [1989]).

Na defesa por uma “harmonia trans-sistêmica” para o estudo da variação intralinguística, Tarallo e Kato (2007 [1989]) apresentam argumentos a favor de que as diferenças paramétricas observadas qualitativamente no universo do interlinguístico – na diferenciação das gramáticas particulares das línguas naturais – podem se refletir quantitativamente nas frequências de uso na gramática de uma mesma língua. Nas palavras dos autores:

Empreenderemos, sim, um novo caminho: aquele que resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um

modelo em função do outro. Acreditamos, assim, num direcionamento mútuo entre a variação intra- e inter-lingüística, enfim: na harmonia trans-sistêmica. (p. 20).

E, continuam:

Assim, a lingüística de propriedades paramétricas parece agir no sentido de TUDO ou NADA; a das probabilidades, na direção do MAIS ou MENOS. Entre uma e outra lingüística existe, obviamente, a postura diferenciada frente ao dado analisado. O TUDO ou NADA do modelo paramétrico sintático aparece, por exemplo, nos fatores knockout da variação; o MAIS ou MENOS da variação, por sua vez, permite realinhar propriedades paramétricas ou mesmo explicar por que uma mesma língua tem periferia marcada em um parâmetro e não-marcada em outro. (p. 20).

Nessa perspectiva de análise que conjuga pressupostos da teoria da variação e mudança e da teoria gerativa, à lingüística das probabilidades caberia a descrição e a explicação das frequências que um determinado fenômeno em processo de variação e mudança se manifesta na gramática de uma língua. Esse realinhamento probabilístico seria interpretado à luz da teoria lingüística, no caso, da teoria gerativa.

Parafraseando Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006, p.433), muito se descobriu sobre aspectos da mudança que envolveu o Português Brasileiro no final do século passado. E muitas dessas descobertas advêm de estudos realizados na interface entre a teoria variacionista e a teoria gerativa, na perspectiva da sociolingüística paramétrica. O estudo apresentado pelas autoras sobre o “Português Brasileiro no fim do século e na virada do milênio” dialoga diretamente com o panorama/diagnóstico previsto em Tarallo (1993) para o fim do século XX.

Tarallo (1993) apresenta um diagnóstico de uma gramática brasileira que “emergiu ao final do século XIX” (p.99), no sentido de que “o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final [desse século], de sua própria língua/gramática” (p.99). Esse diagnóstico se fundamenta

na observação empírica, considerando a escrita de brasileiros – cartas, diários e peças de teatro –, de um quadro de mudanças de quatro fenômenos na sintaxe do português brasileiro no curso dos séculos XIX e XX. Os fenômenos que envolvem esse quadro estão descritos a seguir:

(i) Uma re-organização do sistema pronominal; de modo que

por volta de 1880, acontece uma mudança no sistema pronominal segundo a qual a frequência de retenção começa a decrescer para SPs (em menor escala) e para objetos diretos (em maior escala) enquanto a percentagem para sujeitos começa a crescer (TARALLO, 1993, p.84).

Esse quadro, relativo ao preenchimento do sujeito e ao aumento do objeto nulo no PB, é, posteriormente, confirmado pelos estudos de Duarte (1993) e Cyrino (1994).

(ii) Uma mudança nas estratégias de relativização; de modo que, similarmente ao quadro apresentado pelo sistema pronominal, “por volta de 1880, a relativa cortadora já havia iniciado seu papel sintático no sistema: competir contra a estratégia do pronome lembrete em substituição à relativa *peidpiping*.” (TARALLO, 1993, p.88).

(iii) Uma re-organização dos padrões sentenciais básicos; evidenciada pelos resultados que atestam que “por volta [da segunda metade do século XX] o português do Brasil apresentava uma ordem canônica do tipo SVO (ou melhor, SV[O], uma vez que sujeitos se tornaram lexicalizados mais frequentemente e objetos diretos iniciaram sua caminhada rumo ao objeto nulo)” (TARALLO, 1993, p.96).

E (iv) uma mudança dos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas; em que se atesta “um decréscimo da ordem VS, isto é, um decréscimo da regra de fronteamto ou subida do verbo nas perguntas diretas a partir de 1937 na modalidade brasileira” (TARALLO, 1993, p.96).

Ainda nas palavras de Tarallo, “os quatro casos sintáticos apresentados [...] devem ser tomados como evidência quantitativa de que mudanças dramáticas aconteceram [na gramática do português brasileiro] na passagem do século XIX para o [século XX]” (1993, p.99).

Como já dito, as mudanças relacionadas a esses (e outros) fenômenos do português brasileiro no curso dos séculos XIX e XX foram objeto de vários estudos (ver, por exemplo, os resultados sistematizados em KATO, 1999). Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006) apresentam uma boa síntese dos resultados obtidos por esses estudos, sobretudo no que diz respeito aos fenômenos considerados por Tarallo (1993) – exceto o fenômeno da relativização: a) a perda seletiva do sujeito nulo, b) o aparecimento do objeto nulo referencial, c) a perda da inversão verbo-sujeito em interrogativas-Q, e d) a perda da inversão não acusativa no português. As autoras, com análises comparativas entre os fenômenos em *corpus* diferenciados mostram que o diagnóstico de Tarallo foi acertado no sentido de ser o século XIX um marco na diferenciação de uma “gramática brasileira” em oposição ao português europeu.

O ponto que quero destacar aqui é que na análise dos diferentes fenômenos no texto de Tarallo (1993), já clássico sobre a história do português brasileiro, e em textos/trabalhos posteriores, como aqueles sistematizados em Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006), desenvolvidos no modelo da sociolinguística paramétrica, as mudanças atestadas nos diferentes fenômenos no curso dos séculos XIX e XX são interpretadas como mudanças quantitativas – no sentido de uma reorganização paramétrica/na propagação da mudança – na gramática (ou nas gramáticas) do português brasileiro. Tais estudos mencionam, inclusive, como já dito, uma gramática do português brasileiro do século XIX e uma gramática do português brasileiro do século XX. Esses estudos partem do pressuposto de que, no processo de mudança que está na origem da gramática do português brasileiro, há várias gramáticas do Português Brasileiro no curso dos séculos... Tomam-se, nesse contexto, os textos escritos no Brasil deste ou naquele período por sinônimo da gramática do PB deste ou daquele século. Assim como assumem também que textos brasileiros dos diferentes séculos – muitas vezes por peças de teatro,

cartas particulares etc. – constituem o PB e que textos portugueses constituem o PE... Nesse sentido, os estudos pautados no modelo da sociolinguística paramétrica fazem referência a mudanças em uma gramática do PB do século tal para a gramática do PB do século tal; numa mudança do PB do século XIX, para o PB do século XX...

Cumprir dizer que para a sociolinguística paramétrica a variação observada em uma língua está, assim como no domínio da variação interlinguística, quando consideradas diferentes línguas, no intralinguístico.

Diferentemente, para o modelo de competição de gramáticas (cf. proposta por KROCH, 1989, 2003[2001]), a variação está sempre no universo do interlinguístico, tendo em vista que o que gera/motiva a variação na sintaxe poderá ser uma marcação paramétrica diferente que caracteriza necessariamente diferentes gramáticas. Nesse sentido, quando falamos em casos de variação na sintaxe em textos brasileiros escritos no curso dos séculos, por exemplo, o que vemos na empiria será – ou poderá ser – o reflexo de diferentes gramáticas do português, entendidas como diferentes marcações paramétricas. Esses padrões instanciarão nos textos diferentes gramáticas do português de modo que o que se vê no curso dos séculos é uma instanciação da gramática do Português Brasileiro (PB), da gramática do Português Europeu (PE), da gramática do Português Clássico (PC)...

É importante dizer, ainda, que de acordo com o quadro teórico da gramática gerativa, quando falamos em PB, PE e PC estamos nos referindo a um conjunto de propriedades (paramétricas) que estão associadas a um estado específico de Língua-I, adquiridas por um indivíduo que sabe/fala aquela língua, no período de aquisição. E, consoante com Martins, Coelho e Cavalcante (no prelo), não podemos entender que quando observamos o (complexo) quadro da escrita no Brasil do século XIX, em comparação com a escrita no Brasil no século XX, estamos observando uma gramática do PB do século XIX e outra do século XX. Não há, nesse sentido, dois estados de Língua-I que caracterizam o PB. Na verdade, a hipótese que temos defendido é a de que os diferentes padrões de variação observados – assim como os diferentes quadros nos diferentes séculos – sejam o reflexo de construções geradas pela gramática do PB e de construções geradas por outras gramáticas do português, tais como as do PC e do PE moderno (cf. CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009, 2010; GALVES;

CARNEIRO, 2011). A escrita no Brasil do século XIX, nesse sentido, evidenciaria um quadro complexo em que diferentes padrões associados a diferentes gramáticas estariam em competição.

E esse é, na verdade, um ponto de confronto entre o modelo de competição de gramáticas e o da sociolinguística paramétrica. Em estudos centrados na proposta da sociolinguística paramétrica, fala-se em GRAMÁTICAS do português brasileiro.

2. A mudança paramétrica – ou sobre a implementação (origem e propagação) da mudança

Tarallo (1991), em defesa da adequação entre a teoria da variação e mudança e a teoria gerativa para o estudo da mudança sintática, atenta para a necessidade da diferenciação entre origem e propagação. Nas palavras do autor, “o embricamento entre as variáveis internas a serem analisadas [no estudo da mudança sintática] reflete previsões e hipóteses teóricas orientando o elencamento dos fatos a serem testados” (p.20). Nesse sentido, a adequação de estudos que utilizam ambas as teorias residiria no fato de o levantamento das variáveis internas – ou forças – que estariam na origem de uma mudança sintática (tendo em vista a teoria gerativa) deve estar associado à observação da propagação da mudança no curso do tempo (ancorada nos pressupostos da teoria da variação e mudança).

Ainda sobre a adequação entre as duas teorias para o estudo da mudança, Tarallo estabelece uma diferenciação entre mudanças quantitativas e mudanças qualitativas. Nas palavras do autor, “por mudança quantitativa, entendem-se [...] casos do contínuo diacrônico; a noção de mudança no sentido de ruptura estrutural, entretanto, remete a **diferenças qualitativas entre duas fases de um mesmo sistema**” (TARALLO, 1991, p.16, grifo meu). Fica fácil entender que por mudanças quantitativas tomam-se aqui as mudanças nas taxas (na frequência) de uso de formas variantes observadas empiricamente no curso dos séculos. E este é um olhar para a mudança linguística sob as lentes da teoria da variação e mudança linguística (cf. WEINREICH; LABOV, HERZOG, 2006 [1968] – WLH). Do mesmo modo, quando Tarallo faz menção a mudanças qualitativas – ou à ruptura estrutural – observadas entre duas fases de um mesmo sistema, o mesmo conceito de mudança proposto pela teoria da variação e mudança linguística está presente.

Para detalhar o ponto retomemos o conceito de implementação da mudança para a sociolinguística variacionista, que está associado à origem e à propagação de uma mudança, e para a teoria gerativa, que está associado à alteração na marcação de um parâmetro na gramática de uma língua, o que configura, necessariamente, uma mudança/ruptura na gramática/ou no sistema.

Para a sociolinguística variacionista, nas palavras de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), o problema da implementação está relacionado ao fato de um “dos muitos traços característicos da variação na fala se difund[ir] através de um subgrupo específico da comunidade de fala[; e] este traço linguístico então assum[ir] uma certa significação social – simbolizando os valores sociais daquele grupo” (p.124). Para os autores, o problema empírico da implementação diz respeito à origem e à propagação da mudança e, uma vez que sobre a origem uma pergunta frequentemente leva a outra pergunta, o que pode gerar um ciclo vicioso, o interesse da pesquisa deve se voltar à propagação da mudança que pode ser observada no percurso que as formas variantes traçam na linha do tempo – o que configura sempre uma curva em “S”.

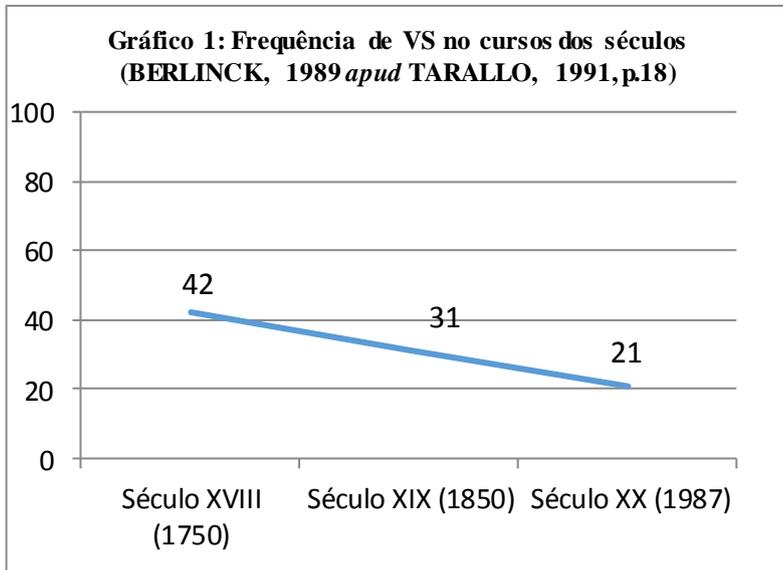
Para a teoria gerativa, a implementação da mudança está associada ao período crítico dos primeiros anos da infância em que a criança adquire a gramática dos seus pares, de modo que “a teoria gerativa deve colocar a mudança sintática fora da cadeia usual de transmissão de gramática” (KROCH, 2001, p.37). Sob essa perspectiva, a implementação da mudança está associada a uma mudança na marcação de um parâmetro na gramática de uma língua no período de aquisição. Essa mudança tem por resultado a variação, no curso do tempo/na comunidade, entre diferentes formas geradas por diferentes gramáticas.

Se voltarmos à diferenciação proposta por Tarallo (1991), fica claro que por mudança quantitativa – aquela observada nas taxas de uso no curso do tempo – e por mudança qualitativa – aquela associada a uma ruptura estrutural no mesmo sistema – o conceito de implementação da mudança está centrado na proposta da sociolinguística variacionista. Ou seja, a variação e mudança na sintaxe pode ser observada quantitativa ou qualitativamente em uma mesma gramática, em um mesmo sistema. Essa é a proposta da sociolinguística paramétrica ou da variação paramétrica (RAMOS,

1999) em que a variação interlinguística (entre línguas/entre gramáticas) pode ajudar a entender a variação intralinguística (na mesma língua/na mesma gramática). Tarallo (1991) assume que a noção de ruptura estrutural remete a “**diferenças qualitativas entre duas fases de um mesmo sistema**”, ou seja mudança na mesma gramática.

O ponto que quero destacar aqui é que mesmo se valendo da teoria gerativa para o levantamento de variáveis internas a serem analisadas no estudo da mudança, a sociolinguística paramétrica coloca em foco sempre, e necessariamente, a implementação da mudança nos domínios da propagação no curso do tempo – quer quantitativa quer qualitativamente.

Como exemplo de uma mudança no sentido de ruptura estrutural – ou de mudança qualitativa, Tarallo (1991) apresenta resultados do estudo de Berlinck (1988, 1989) sobre a ordem Sujeito-Verbo em português. Observem-se tais resultados no gráfico a seguir.



Os resultados apresentados por Berlinck deixam claro que a frequência da ordem VS em textos do século XVIII (42%) cai

significativamente em relação àquela encontrada em textos do século XX (21%). Ao submeter os dados a um tratamento estatístico, considerando as “variáveis internas” que condicionam a ordem do sujeito em relação ao verbo no curso do tempo, Berlinck descobre que as forças que atuam no licenciamento da ordem VS nos três séculos são diferentes. Em textos do século XVIII, condicionam VS nessa ordem de relevância: 1) o *status* informacional do sujeito; 2) a realização do sujeito; 3) a distinção aspectual operação-resultado; e 4) o tipo de predicador; em textos do século XIX: 1) o tipo de predicador; 2) a realização do sujeito; e 3) o estatuto da oração; em textos do século XX: 1) a transitividade do verbo; 2) a realização do sujeito; 3) a animacidade do sujeito; 4) a distinção aspectual operação-resultado; e 5) a concordância verbal. Observe-se que os fatores que condicionam VS nos textos dos diferentes séculos não são os mesmos. Tal resultado, segundo Tarallo (1991), apresenta

Um claro exemplo de mudança qualitativa no sentido de ruptura estrutural, isto é: enquanto um fator de natureza notadamente funcionalista explicava a ordem sujeito – verbo **no português brasileiro do século XVIII** [o *status* informacional do sujeito], um fator de natureza sintática, a transitividade do verbo, aparece como o grande condicionador da ordem verbo – sujeito **no português brasileiro do momento [do século XX]** (p. 18 – grifos meus)

Tem toda a razão a análise de Tarallo em relação à ruptura estrutural no padrão de ordenação VS em português observado em textos dos diferentes séculos. Os fatores que condicionam a ordem VS em textos do século XVIII não são os mesmos que condicionam a ordem VS nos textos do século XX. Mas a ruptura defendida por Tarallo faz referência a duas (ou três) fases de um sistema/ou de uma gramática – a gramática do português brasileiro. Note-se que o autor faz referência a um português brasileiro do século XVIII e a um português brasileiro do século XX. Em outras palavras, faz-se referência aqui à implementação da mudança ainda associada à propagação – nos termos da proposta da sociolinguística variacionista – e não à origem da mudança como concebe a teoria gerativa. Se

entendermos que a gramática do Português Brasileiro é o conhecimento linguístico que um indivíduo que fala (ou escreve) português brasileiro tem, como estado final da maturação da Faculdade da linguagem, tal conhecimento não pode estar associado a fases. Quero dizer com isso que quando o padrão de ordenação VS muda nos textos no curso do tempo, muito provavelmente, a gramática do indivíduo que licencia um ou outro padrão não pode ser a mesma. Também não poderíamos ter uma gramática do português brasileiro para cada fase/século. Mais acertado seria, portanto, pensar na hipótese de que estão manifestos nos textos dos três séculos padrões gerados por diferentes gramáticas do português – mas não do português brasileiro somente. Seriam padrões gerados por uma gramática conservadora – o Português Clássico – e padrões gerados por uma (ou mais) gramáticas inovadoras – o Português Brasileiro e o Português Europeu moderno – por exemplo.

Para a sociolinguística paramétrica, tomam-se as taxas de variação no curso dos séculos observadas em fenômenos distintos como mudanças em si. Quando se observam na empiria as taxas de alteração na expressão do sujeito, no preenchimento do objeto, na rigidez de uma ordem SV, tal quadro é interpretado como alterações paramétricas nas gramáticas do PB. Defendem-se, portanto, a mudança associada a alterações nas taxas de uso, muitas vezes, de um único fenômeno, a uma mudança gramatical.

Numa outra perspectiva, na proposta de gramáticas em competição para a interface entre a teoria da variação e mudança e a teoria gerativa, a implementação da mudança ocorre quando já se observa uma variação entre formas geradas por gramáticas distintas, ou seja, a mudança observada no início da curva em “S”. Isso se deve ao fato de a mudança paramétrica estar associada ao período de aquisição da língua/da gramática e não necessariamente ao espriamento da mudança na comunidade de fala.

De acordo com o modelo de competição de gramáticas, a observação na alteração na frequência de uso de um determinado fenômeno sintático não pode ser interpretado como uma mudança gramatical em si e por si. Tal alteração pode ser o reflexo de uma mudança na gramática, no sentido de que quando um parâmetro na gramática for alterado, a mudança pode se refletir em diferentes fenômenos superficiais. Para usar o mesmo termo a que se refere

Tarallo, uma mudança qualitativa no sentido de ruptura estrutural gera uma nova gramática e essa mudança é necessariamente abrupta quando, no período de aquisição, a criança adquire um parâmetro errado da gramática alvo.

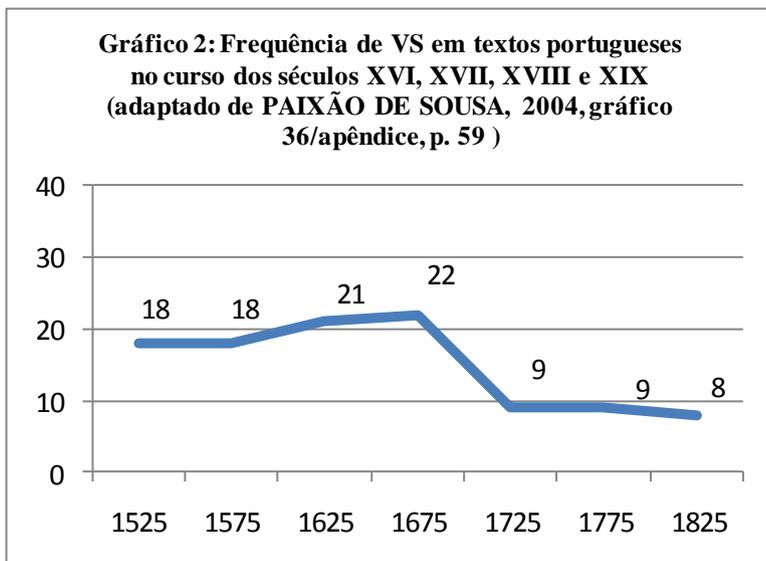
A compreensão da mudança sintática via competição de gramáticas, no sentido de Kroch e colaboradores (KROCH, 1989, 2003[2001]; KROCH; TAYLOR, 1997), tem se mostrado um campo fértil para o estudo da origem, no quadro teórico da gramática gerativa, e da propagação, no quadro teórico da sociolinguística variacionista, da mudança sintática. Abre-se, nesse sentido, um campo fértil de trabalho em busca de respostas aos problemas empíricos de encaixamento e propagação no estudo da mudança sintática (WLH, 1968).

O estudo da mudança sintática via competição de gramáticas tem mostrado que a gradação na frequência de uso de diferentes contextos superficiais reflete uma mesma (ou única) mudança paramétrica que pode ser estatisticamente calculada pela *Hipótese da Taxa Constante (HTC)*. A *HTC* revela que a gradação nas formas variantes no curso de uma mudança não é a mudança em si, mas, antes, é o reflexo de uma mudança na fixação de um mesmo parâmetro na gramática da língua.

Na verdade, a observação na alteração na taxa de frequência de um fenômeno específico pode ser interpretada como o reflexo de uma mudança paramétrica na gramática de uma língua, mas a alteração na taxa em si e por si não pode ser tomada como mudança. Trata-se sempre, quando for o caso, de um reflexo de uma mudança, cuja origem está centrada em uma alteração paramétrica. Nesse sentido, a proporção da mudança associada a tais diferentes fenômenos deve ser a mesma, já que a alteração é resultado de uma mudança na gramática dessa língua. Todas as taxas mudam juntas e em uma direção por que refletem uma única mudança paramétrica

Nessa linha de raciocínio, o conjunto de contextos que muda ao mesmo tempo na gramática de uma língua não é definido pelo agrupamento de uma propriedade superficial, como o aparecimento de uma palavra ou de um morfema particular, mas pela alteração na fixação de um parâmetro. Nessa perspectiva, a reflexão sobre o processo de mudança sintática é um convite à “garimpagem” de tais fenômenos “superficiais” em busca da origem da mudança.

A título de exemplo de um estudo nessa linha de análise, voltemos a um estudo sobre a ordem VS, associado à colocação pronominal, na diacronia do português. Paixão de Sousa (2004) analisa textos portugueses do século XVI ao XIX e apresenta os resultados sistematizados no gráfico 2 a seguir em relação à proporção de sujeitos pós-verbais em sentenças principais.



De acordo com os resultados obtidos pela autora, há uma queda na frequência de VS em textos portugueses escritos a partir do século XVIII – as taxas de VS em textos escritos entre 1525 e 1675 de 18%, 18%, 21% e 22% caem para 9%, 9% e 8% em textos escritos a partir de 1725. Paixão de Sousa interpreta esse resultado empírico, observado no curso do tempo, como uma mudança gramatical – estrutural – envolvendo diferentes gramáticas do português. A hipótese defendida pela autora é a de que a queda na frequência de uso de VS está associada a diferentes propriedades nos padrões de ordenação de constituintes nas gramáticas do Português Clássico (PC) e do Português Europeu (PE). Na gramática do PC estariam ativas as propriedades de fronteamento de constituintes (configuração em que,

derivado por movimento na sintaxe, o constituinte pré-verbal estaria numa posição interna na estrutura oracional), conforme exemplos em (1), e de adjunção (configuração em que, sem movimento na sintaxe, o constituinte pré-verbal está numa posição externa aos domínios da oração), conforme exemplos em (2).

(1) #/XV, sendo X um constituinte de VP tal como advérbios modais, quantificadores, focos e argumentos do verbo (PAIXÃO DE SOUSA, 2004, p.72)

- a. # [Bem me importava...
- b. # [Muito vos desejei...
- c. # [Todos me tratam...
- d. # [Elas mesmas lhe contaram

(2) X#/V, sendo X uma oração dependente ou um PP adjunto (PAIXÃO DE SOUSA, 2004, p.74).

- a. Suspenso o imperador com esta proposta #[disse-lhe Ariano
- b. Em Sintra #[obrigava-me a tomar
- c. Por esta razão #[lhe pareceu

O fronteamento de constituintes na gramática do PC seria explicado pela natureza V2 (verbo em segunda posição) do PC que não acontece em PE, de modo que essa gramática teria perdido a propriedade de fronteamento. Em outras palavras, os sujeitos pré-verbais do PC são, na verdade, sujeitos fronteados, como quaisquer outros elementos (PPs e outros sintagmas); no PE, uma gramática que não exhibe comportamento de gramática V2, os sujeitos pré-verbais não são fronteados. Por perder a propriedade de fronteamento, a ordem VS, em que qualquer constituinte poderia ocupar a posição pré-verbal, ficaria restrita a alguns contextos na gramática dessa língua. Há nesse sentido a cristalização de uma ordem SV na gramática do PE.

Como atestam os resultados de Paixão de Sousa (2006), os diferentes padrões de ordenação do sujeito nos textos dos diferentes séculos estariam correlacionados a uma mudança estrutural na

gramática do português – do PC para o PE. E na alteração na frequência de uso de tais construções estaria refletida a alteração/a mudança de parâmetros característicos/definidores de uma e outra gramática.

3. Um ponto de chegada (ou de partida)

Neste artigo, em consonância com a discussão apresentada em Martins, Coelho e Cavalcante (no prelo), assumo o pressuposto (e procuro argumentos a favor dele) de que há duas propostas para a interface entre a teoria da variação e mudança e a teoria da gramática nos estudos realizados no Brasil: a sociolinguística paramétrica, proposta por Tarallo e Kato (1987), e a competição de gramáticas, proposta por Kroch (1989, 2003[2001]). Defendo a hipótese de que conseguimos um alinhamento teórico entre essas diferentes teorias quando assumimos uma interface nos moldes do modelo de competição de gramáticas.

Sobre o lugar da variação linguística – um ponto fulcral de discussão no alinhamento da teoria da variação e mudança e da teoria gerativa – a sociolinguística paramétrica propõe que a variação observada em uma língua, no curso dos séculos, como o resultado de um processo de variação intralinguística, pode ser entendida nos mesmos termos daquela observada no universo do interlinguístico. Nesse sentido, a variação entre diferentes formas em uma mesma língua no curso dos séculos seria fruto de um realinhamento paramétrico – em termos quantitativos e não qualitativos – na marcação de um parâmetro na gramática dessa língua.

Em estudos realizados sobre fenômenos em variação e/ou mudança no português escrito no Brasil, fala-se em **gramáticas do Português Brasileiro** – PB do século XVIII, PB do século XIX, PB do século XX. O ponto que quero destacar nessa discussão é: quantas – e quais – gramáticas do português brasileiro “estão em jogo” em relação à análise de diferentes fenômenos observados em textos escritos por brasileiros no curso dos séculos? Quantas – e quais – gramáticas do português brasileiro estão refletidas nas amostras analisadas nesses estudos? Existe uma gramática do PB do século XVIII, uma gramática do PB do XIX e uma outra gramática do PB do século XX? Do mesmo modo, existe uma gramática do PE do século XVIII... e outra do século XX?

Em termos de Língua-I, de acordo com os pressupostos da teoria gerativa, gramática é uma teoria sobre um conjunto de regras que permite que um indivíduo – os autores de textos escritos em diferentes momentos históricos – saiba/fale/escreva uma língua. Nesse sentido, de acordo com o quadro teórico da gramática gerativa, quando falamos em PB, PE e PC estamos nos referindo a um conjunto de propriedades (paramétricas) que estão associadas a um estado de Língua-I, adquiridas por um indivíduo que sabe/fala português brasileiro, português europeu...

Fica difícil entender que quando observamos o (complexo) quadro da escrita no Brasil do século XIX, por exemplo, em comparação com a escrita no Brasil no século XX, estamos diante de um PB do século XIX e outro do século XX. Parece não haver, nesse sentido, dois estados de Língua-I que caracterizam o PB. Na verdade, a hipótese que temos defendido é a de que os diferentes padrões de variação observados – assim como os diferentes quadros nos diferentes séculos – sejam o reflexo de construções geradas pela gramática do PB e de construções geradas por outras gramáticas do português, tais como as do PC e do PE moderno. A escrita no Brasil do século XIX, nesse sentido, evidenciaria um quadro em que diferentes padrões associados a diferentes gramáticas estariam em competição. Numa análise nesses termos, estaríamos diante da **gramática do PB** em competição com a gramática do PE e do PC.

Nesse sentido, enquanto a diferenciação entre a natureza quantitativa (de mudança no curso do tempo) e qualitativa (de ruptura estrutural) proposta pela sociolinguística paramétrica parece se voltar apenas a um aspecto do problema de implementação – a propagação da mudança, a competição de gramáticas, permite que se vislumbre do problema da implementação alinhando às propriedades da origem e da propagação da mudança.

Referências Bibliográficas

- BORGES NETO, J. (1987) “Lingüistas ou Camaleões? Uma resposta a Tarallo”. In: *D.E.L.T.A.*, vol.3, n.1, pp.85-95.
- CARNEIRO, Z. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. (2005). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

- CARNEIRO, Z. O. N.; GALVES, C. M. C. (2011). “Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro”. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 18-2, pp. 7-38
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático diacrônico*. (1994). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- DUARTE, M. E. (1993). “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português brasileiro”. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 107-128.
- KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. ; CYRINO, S. M. L. ; BERLINCK, R. A. (2006). “Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio”. In: CARDOSO, S; MOTA, J.; MATOS E SILVA, R.V. (OrgS.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, pp. 413-438.
- KATO, M. (1999). A. “Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-lingüística”. In: HORA, D.; CHIRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, pp. 95-106,.
- KROCH, A. (1989) “Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change”. In: *Language Variations and Change*, 1, pp. 199-244.
- _____. (2001). “Syntactic Change”. In: Baltin & Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts. USA: BlackWell, pp. 699-729.
- _____. (2003). Mudança sintática. <http://www.ling.upenn.edu/kroch>. Traduzido por Silvia Cavalcante.
- _____; TAYLOR, A. (1997). “Verb Movement in Old and Middle English: dialect variation and language contact”. In: KEMENADE, A. Van; VINCENT, N. (Orgs.), *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 297-325, 1997.
- MARTINS, M. A; COELHO, I. L. CAVALCANTE, S. R de O. “Interfaces entre a teoria da variação e mudança lingüística e a teoria da gramática”. In: MARTINS, M. A. TAVARES, M. A.

- ABRAÇADO, J. *Um panorama da sociolinguística no Brasil: teoria, descrição e análise*. São Paulo: Contexto (no prelo).
- MARTINS, M. A. (2009). *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. (2004). *Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas
- RAMOS, J. (1999). “Sociolinguística paramétrica ou variação paramétrica?”. In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (Org.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, pp. 83-93.
- TARALLO, F.; KATO, M. A. (2007) Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. *Diadorim – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, UFRJ*, vol. 2, pp. 13-42, 2007 [1989]. (Reedição do original publicado em *Preedição*, 5. Campinas, UNICAMP, 1989.
- TARALLO, F. (1993). “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém-mar e d’além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1991). “Reflexões sobre o conceito de mudança linguística”. In: *Organon*, v.18, pp. 11-22.
- _____. (1986). “Zelig: um camaleão-lingüista”. In: *D.E.L.T.A*, vol.2, n. 1, pp. 127-144.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. (2006). *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968]. (Tradução de Marcos Bagno do original: “Empirical foundations for a theory of language change”. In: LEHMAN, W. e MALKIEL, Y. (Eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, pp. 97-195, 1968.

Palavras-chave: implementação, gramática, português brasileiro

Keywords: implementation, grammar, Brazilian Portuguese

OS SENTIDOS DO DIZER E DO NÃO DIZER NO FILME PUBLICITÁRIO CAIXA 150 ANOS

Neuza Zattar

Universidade do Estado do Mato Grosso

Resumo: *Este artigo analisa as cenas do filme-propaganda Liberdade, que comemora os 150 Anos da Caixa. Estas cenas mostram a trajetória de uma escrava de nome Joana, que alcança a liberdade. O objetivo é observar, de uma perspectiva enunciativo-discursiva, como os sentidos do dizer e do não dizer fazem retornar à propaganda um passado de práticas sociais entre homens livres e não livres (escravos), a partir de duas materialidades confluentes: a linguagem verbal (o texto) e a linguagem não verbal (as imagens), e como essas duas instâncias da linguagem compõem as cenas que se passam na segunda metade do século XIX.*

Abstract: *This article analyses the scenes of the advertisement film 'Liberdade' (Freedom), that celebrates the 150th anniversary of the Bank of the Brazilian State Caixa. The scenes show the trajectory of a slave named Joana, who attains freedom. The aim is to observe, from an enunciative-discursive perspective, the way the meanings of what is said and not said make return to the present of the advertisement a past of social practices between free and not free men (slaves), in the intersection between two forms of materiality: verbal language (the text) and nonverbal (the images), and how these two instances of language build up the scenes allegedly taking place in the second half of the nineteenth century.*

Introdução

O filme publicitário intitulado *Liberdade*¹ produzido pela Conspiração Filmes, em comemoração aos 150 Anos da Caixa, é o quinto de uma série de doze comerciais que veiculou até dezembro de 2011, na mídia televisiva e eletrônica, e rememora a liberdade de uma escrava de nome

Joana², intermediada pela Caixa Econômica, que permitia ao escravo de ganho a formação de um pecúlio, a partir de 1861, quando a instituição bancária foi criada. A propaganda, ambientada no final do século XIX, retrata, através da reconstituição cenográfica da cidade do Rio de Janeiro, a história de liberdade de uma escrava de ganho, encenada a partir de documentos sobre a escravidão no Brasil e da caderneta de poupança da referida escrava.

Em texto recente (ZATTAR, 2012), analisamos outra temática desse comercial em formato impresso veiculado na Revista *Veja*. Nessa propaganda, a Caixa Econômica se coloca também como mediadora no processo de libertação de escravos de ganho, numa época em que esses escravos, impedidos pela legislação vigente de estabelecer quaisquer relações jurídicas, buscavam na Caixa, na condição de escravo-poupador, outra alternativa para se obter a liberdade.

Neste artigo, pretendemos analisar as cenas do filme-propaganda, sobretudo, a que reconstitui a liberdade da escrava de ganho de forma idealizada, observando como os sentidos do dizer e do não dizer (o silêncio) dão à propaganda fílmica o retorno do memorável das práticas sociais e de linguagem entre homens livres e os escravos, a partir de duas materialidades simbólicas que se confluem e se significam: o texto e as imagens.

1. A alforria e a Caixa na segunda metade do século XIX

A Lei Imperial promulgada em 1824 silencia a escravidão do Brasil, mas ao mesmo tempo torna cidadãos os “que no Brasil tiverem nascidos, quer sejam ingênuos ou libertos³⁷”. Esta disposição político-jurídica, que condiciona a mudança do estatuto do escravo à obtenção da carta de alforria, instala “o conflito entre uma divisão normativa e desigual do real a uma redivisão pela qual os desiguais afirmam o seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2005, p.16), e recoloca nas relações escravocratas da época a busca de outras alternativas para o escravo de ganho obter a liberdade.

Considerado juridicamente objeto de direito, o escravo de ganho poupava suas economias na Caixa que, anterior à legalização dessa prática pela Lei do Ventre Livre ocorrida somente em 1871, permitia ao escravo a formação de um pecúlio, constituindo, ao mesmo tempo, a contradição, ao conceder ao escravo o mesmo direito que dá ao homem livre de se inscrever como locutor-poupador na enunciação de um

banco estatal. Esta contradição institucional também “estabelece desigualmente uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”, na perspectiva de que “o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada” (idem).

No embate entre a Lei imperial, que não legitima o dizer do escravo, e o dispositivo da Caixa que lhe permite agenciar-se como locutor-poupador, “o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária à vida social, e a afirmação de pertencimento e de igualdade é significada como abuso, impropriedade” (ibidem).

Tratando-se de uma propaganda fílmica constituída de textos e de imagens, que se confluem para dar o movimento semântico à materialidade linguística e histórica necessária ao acontecimento de liberdade do escravo, inicialmente, trazemos as reflexões de Eni Orlandi (1999) e as análises desenvolvidas por Tânia de Souza (2001) e Freda Indursky (2011) sobre linguagem verbal e linguagem não verbal no campo teórico da Análise do Discurso, na tentativa de refletir, no campo da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2005), como duas instâncias da linguagem (a verbal e a não verbal) compõem e reconstituem as cenas de enunciação na segunda metade do século XIX, no filme publicitário *Caixa 150 Anos*.

2. A materialidade simbólica da língua e das imagens

As primeiras reflexões sobre a questão do verbal e do não verbal, no âmbito da Análise do Discurso, no Brasil, foram realizadas por Eni Orlandi (1995), em seu artigo “Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal”, no qual, a noção de *prática discursiva* formulada por Mainguenu (1984) permite se trabalhar não só com textos verbais mas também com outras linguagens, como pintura, música, etc. A autora, ao tomar o discurso como “uma prática entre o homem e a sua realidade natural e social”, considera que a noção de prática

permite que se estenda a reflexão sobre os processos de produção de sentidos sem o efeito da dominância do verbal, já que por ela não trabalhamos mais com textos mas com práticas discursivas (sejam verbais ou não). É preciso, pois, reconhecer que o verbal tem uma função imaginária crucial na construção da legibilidade, da interpretabilidade das outras linguagens. [...] ao apontar para a noção de prática estamos buscando restituir às diferentes linguagens a

compreensão de seus processos específicos de significância (idem, 1995, p.46-47).

Aberto esse caminho para se pensar o trabalho de práticas discursivas não verbais, Tânia Clemente Souza (2001), em “A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação”, desenvolve um estudo sobre imagens, em sua materialidade não verbal, dizendo que

A interpretação do texto não-verbal se efetiva, então, por um efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte (e não exclusivamente do segmento), a partir das formações sociais em que se inscrevem tanto o sujeito-autor do texto não-verbal, quanto o sujeito-espectador (idem, 2001, p.74).

Freda Indursky (2011), em “A representação do MST na mídia: discurso verbal e não-verbal”, ao interpretar o discurso imagético, compreende a imagem como

uma das possíveis materialidades, através das quais o ideológico pode se manifestar. Dessa forma, pode-se dizer que, assim como não há sentido a priori para um discurso verbal, também não o há para um discurso imagético. [...] E mais: não apenas o discurso verbal funciona como um discurso já-lá que suporta o discurso não-verbal, mas o discurso não-verbal também pode funcionar como uma memória do dizer para tantas imagens que dão materialidade ao discursivo [...]. (idem, p.188).

Observa-se nos textos das autoras como as noções teóricas, que cada uma delas mobiliza e reconstrói para a análise de imagens associadas ao texto verbal, se conformam para instituir o lugar do não verbal como uma materialidade de interpretação pelo efeito que produz e também pelo caráter ideológico que o constitui.

Às noções de *práticas discursivas* (ORLANDI, 1995) juntam-se as noções de *imagem* (SOUZA, 2001) e (INDURSKY, 2011), abrindo outros espaços para se pensar a relação entre essas duas materialidades que circulam geralmente associadas em propagandas impressas, eletrônicas, fílmicas, e em outros meios de comunicação.

Trazendo essa questão para o campo da Semântica do Acontecimento, em que Guimarães (2011) toma o enunciado como uma unidade de sentido, e o passado no acontecimento como “o memorável de enunciações recortado pela temporalização do acontecimento” (idem, 2005, p.15), podemos inferir que o memorável de enunciações já ditas se constitui também de imagens já vistas, já imaginadas, no acontecimento do dizer. O memorável recorta a temporalidade de enunciações realizadas e, na conjunção dos tempos passado/presente/futuro, faz funcionar o acontecimento que, ao retornar como algo já-dito afetado pelo interdiscurso, traz também recortes de imagens vistas, imaginadas, inscritas no memorável do acontecimento do dizer. Ou seja, quando dizemos algo, além do memorável que convive com o que dizemos, esse dizer pode ancorar-se em imagens que retornam ao acontecimento de linguagem no qual aparecem associadas material e historicamente. Por exemplo, as imagens das cenas da escrava de ganho no filme publicitário *Liberdade* rememoram a linguagem das cartas de alforria e dos registros ocorridos em cartórios na segunda metade do século XIX, que tiveram e têm uma função imaginária fundamental na construção da legibilidade e da interpretação dessa linguagem (ORLANDI, 2001).

Se considerarmos a sucessão de imagens nas cenas da propaganda em questão, podemos dizer que essas imagens, que se constituem no imaginário do brasileiro e que são retomadas pelo grupo de criação da Agência de Publicidade Nova/SB, foram, inicialmente, captadas e transpostas para as telas sob o olhar artístico de pintores estrangeiros⁴, em contato com flagrantes da vida cotidiana do escravo brasileiro, na segunda metade do século XIX, e que (re)interpretadas e (re)incorporadas a obras literárias, livros didáticos, filmes e telenovelas, “também podem funcionar como uma memória do dizer para tantas imagens que dão materialidade ao discursivo” (INDURSKY, 2011, p.188).

Em relação à interpretação das imagens do filme, remetemos ao que diz Souza (2001, p.74), “a interpretação se efetiva por um efeito de sentidos instituído entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte, a partir das formações sociais em que se inscrevem tanto o sujeito-autor do texto não-verbal quanto o sujeito-espectador”, ou seja, a análise das imagens resulta de gestos de interpretação do analista e do espectador,

conforme os lugares sociais nos acontecimentos de linguagem em que se inscrevem.

Dentre os procedimentos de análise dos recortes que Guimarães (2011) aponta, destacamos dois para compreender o funcionamento das imagens nos textos: 1) “interpreta-se seu sentido (do texto) na relação com o texto em que está integrado”; 2) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado, tendo em vista a interpretação feita no primeiro recorte” (p. 45). Compreendemos que esses procedimentos de análise permitem também interpretar o sentido das imagens da escrava de ganho e do ritual de sua liberdade mediante pagamento, na relação com o texto em que aparecem associadas, e da mesma forma (re)interpretar o sentido dessas imagens a partir do primeiro recorte em que figuraram.

Nesse sentido, podemos dizer que o funcionamento do texto da propaganda em questão se ancora nas imagens de liberdade da escrava sobre as quais o texto da propaganda se sustenta, isto é, as imagens que espelham o processo de liberdade da escrava Joana são tão importantes quanto ao que se diz sobre elas, cuja confluência do verbal e do não verbal é necessária para produzir os efeitos desejáveis pela Caixa Econômica sobre o espectador brasileiro.

Tentamos mostrar neste item a possibilidade de se refletir sobre outros processos de produção de sentidos além do verbal, ainda que o verbal se constitua como o aporte crucial na construção e na interpretação dessa linguagem. Compreendemos que não há uma sobredeterminação de uma sobre a outra, mas que ambas, enquanto materialidades distintas, podem se confluír para dar o movimento semântico necessário ao acontecimento de linguagem no qual elas se constituem e são constituídas. Nessa perspectiva, tomamos a imagem como uma materialidade significativa que se constitui no acontecimento de linguagem ao qual se associa, trazida pelo memorável que a faz (re)significar, conforme os lugares sociais do analista e do espectador que a (re)interpretam.

3. Análise

O filme-propaganda *Liberdade* é narrado pela atriz Glória Pires, que aparece em primeiro plano, no espaço de uma biblioteca, dizendo: “Dos mares abertos por Colombo, veio também a escravidão”. A partir desse enunciado introdutório, o filme se movimenta com a abertura de um

livro, presumidamente de histórias sobre a Caixa, de cuja página intitulada “A Caixa e a Liberdade” sobressaem-se figuras de homens, mulheres, crianças e escravos de ganho que, ao serem projetadas para a tela, movimentam-se e interpretam cenas da vida cotidiana, ambientadas na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX.

Vejamos as imagens da propagnda:

Abertura





A voz do narrador atravessa o filme ponta a ponta ao som de um batuque típico de danças afrobrasileiras, o relato é simultâneo à exposição das imagens e somente é suspenso quando adentra a cena de enunciação da liberdade da escrava de ganho, em que o locutor-autoridade da Caixa se apropria do dizer da escrava e enuncia.

A seguir apresentamos o texto.

Dos mares abertos por Colombo, veio também a escravidão. Para conquistar sua alforria, os escravos lutaram com todos os meios. Muitos deles, os chamados escravos de ganho, tinham direito a uma pequena parte do que seu trabalho rendia e depositavam seu dinheiro na poupança da Caixa até completar o valor da sua carta de alforria.

.....

Cedo e transpasso o dinheiro que **tenho** na presente caderneta ao Sr. José da Silva por haver do mesmo recebido **minha** carta de alforria

.....
Assim, com esse recibo, a escrava Joana pagou pelo bem mais valioso que uma pessoa pode ter. Um bem que jamais deveria ter preço, a liberdade.

A enunciação da narrativa é um discurso relatado que interpreta o que já foi dito em enunciações da História do Brasil, intercalado por um discurso direto, que reproduz o dizer de uma escrava de ganho. Não se trata, portanto, de um texto formulado pelo narrador, mas de um texto que rememora a história da escravidão brasileira sob a lente da Agência de Publicidade Nova/SB e de uma declaração ‘comercial’ atribuída à escrava de ganho, possivelmente redigida pela Caixa, cuja linguagem se diferencia da forma e do conteúdo empregados regularmente nas cartas de alforrias redigidas pelos proprietários de escravos, pelo fato de que, no caso em questão, é a própria instituição que media a liberdade dos escravos de ganho, ou seja, assim como os proprietários de escravos, a Caixa também formula e diz o que o escravo deveria dizer no ato de sua liberdade.

Tratando-se de uma narrativa que se pretende ser verdadeira aos olhos dos leitores/espectadores, devemos considerar inicialmente que a interpretação do texto e das imagens é uma atribuição de sentidos dada pelo analista, e tanto os enunciados do texto como as imagens se constituem como uma relação integrativa exposta à exterioridade.

3.1 O agenciamento dos Locutores na propaganda

Retomando a nossa proposta de análise, os sentidos do dizer e do não dizer (o silêncio) a partir de duas materialidades simbólicas, o texto e as imagens, vamos analisar os recortes do agenciamento dos Locutores nas cenas da enunciação da narrativa e da liberdade da escrava. O primeiro Locutor, do lugar da Caixa Econômica, narra um texto que rememora a história da escravidão no Brasil, num quadro em que o escravo de ganho realiza serviços extras para a formação de poupança na Caixa Econômica; o segundo Locutor diz do lugar da escrava, “**Cedo e transpasso** o dinheiro que **tenho** na presente

caderneta”, no presente da enunciação da cena da alforria, silenciando o lugar social do escravo.

Podemos afirmar, assim, que no agenciamento das cenas enunciativas há apenas dois Locutores predicados pelos lugares sociais que os autorizam a dizer: o locutor-narrador, representando a Caixa Econômica, e o locutor-autoridade da Caixa, que intermedia a liberdade da escrava, rememorando o papel social atribuído aos proprietários de escravos no ato de registro das cartas de alforria nos cartórios autorizados. Quanto à escrava de ganho, cujas imagens dão sustentação à política da Caixa como mediadora da liberdade, permanece em silêncio, embora suas imagens possam ser interpretadas pelos gestos que reproduzem no filme. Segundo Souza (2001, p.74), “do ponto de vista ideológico, a interpretação da forma material da imagem pode se dar a partir da ausência (silenciamento) de elementos próprios da imagem, dando lugar aos apagamentos de natureza ideológica”.

A enunciação da narrativa aparece intercalada por um discurso direto. Aqui a temporalidade da narrativa não interfere na enunciação da cena de alforria, por se tratar de acontecimentos distintos; na narrativa, o memorável de enunciações é recortado pela temporalização do acontecimento, enquanto que a enunciação do ato da cessão do pecúlio para o recebimento da carta de alforria é uma temporalidade presente no acontecimento. Com dois tipos de textos (discurso relatado e discurso direto) funcionando na propaganda, queremos mostrar o agenciamento de duas cenas enunciativas: a narrativa e a enunciação da liberdade.

Na cena da narrativa nos pautamos na análise de Guimarães (2011, p.107) sobre o funcionamento do discurso relatado na mídia que, segundo o autor, funciona “o tempo todo uma cena enunciativa como: Locutor-x: EU DIGO QUE o presidente disse: P”.

No estudo em questão, o agenciamento da cena enunciativa da narrativa (discurso indireto) na propaganda funciona também como:

- (1) Locutor-narrador: EU DIGO QUE a Caixa Econômica **disse: X.**

Na narrativa da propaganda, rememora-se um conjunto de relatos sobre a história do escravo de ganho e do papel social e político da

Caixa, estabelecendo um ponto entre o memorável (o passado do relato) e o presente da enunciação na publicidade.

Já a cena da alforria/liberdade da escrava de ganho (discurso direto) funciona assim:

- (2) Locutor-autoridade da Caixa: **EU DIGO X (QUE a escrava deveria dizer)**

Aqui silencia-se o dizer do escravo que não se constitui em Locutor, e o seu lugar é tomado pelo locutor-autoridade da Caixa que diz: “Eu cedo”. Inicialmente, poderíamos dizer que se trata de uma assimetria no agenciamento dessa figura, mas considerando as condições históricas e jurídicas nas relações entre livres e não livres à época, esse agenciamento era tomado como natural nas relações escravocratas.

3.2 Linguagem verbal e linguagem não verbal

Para a análise das linguagens verbal e não verbal no filme publicitário *Liberdade*, vamos dividir a propaganda em dois recortes, considerando as determinações histórico-sociais da linguagem verbal e a reconstituição das imagens de época: 1) imagens que antecedem a liberdade da escrava de ganho; e b) imagens que reconstituem o ritual do recebimento da carta de alforria.

a) Imagens que antecedem a liberdade da escrava de ganho



No cenário acima, temos um conjunto de imagens que retrata de forma idealizada uma escrava de ganho que desenvolve atividades manuais à luz do dia, numa rua movimentada por transeuntes, na cidade do Rio de Janeiro. Todos estão usando figurino de época e a distinção social entre os homens são os chapéus e o calçado⁵. Ninguém diz na cena, mas é possível interpretar as imagens pelos papéis que lhes foram atribuídos no filme: a protagonista que apenas trabalha, um pagamento silencioso entre escravo e senhor por possíveis serviços prestados e uma escrava que a tudo assiste de uma janela.

Observa-se que as pessoas circulam livremente, aparentando uma relação social harmoniosa, numa época em que os trabalhos extras eram feitos por consentimento do senhor, a quem o escravo era obrigado a entregar parte do que recebia, visto que o escravo tinha direito a “uma pequena parte do que seu trabalho rendia”. No entanto, nada disso é retratado, pois tratando-se de uma (re)criação, as imagens já vistas, já imaginadas, já constituídas, também sofrem mudanças e novas

roupagens se impõem para alcançar os fins desejados da Caixa. Ou seja, para mostrar certas imagens é preciso deixar de mostrar outras, uma vez que nem todas podem ser expostas, considerando que há uma determinação social e política que regula a escolha das imagens e os gestos de interpretação das personagens envolvidas na propaganda fílmica.



A cena do pagamento é um recorte da cena anterior, mas a câmera do cinegrafista foca os personagens que devem interpretar a relação comercial entre o escravo de ganho e o senhor a quem prestou os serviços. O silêncio se mantém, mas as imagens são interpretadas pelos gestos que os personagens representam: pagamento x recebimento pelo serviço prestado. Na cena, a escrava se mostra satisfeita pelo pagamento, e compete ao senhor a encomenda de serviços manuais, uma prática que seria de direito à mulher livre, mas que na propaganda essa imagem é apagada, produzindo deslizamento de sentidos pelo efeito da regulação na escolha dos personagens.



A imagem do baú representa a materialidade significante do primeiro depósito das economias do escravo de ganho anterior ao depósito oficial na Caixa Econômica, o que nos faz pressupor que havia um valor estabelecido pela Caixa para o escravo efetuar o depósito, pelo efeito de constatação da imagem da escrava em relação à quantia economizada, o que significa dizer que o depósito oficial não era imediato ao ato do recebimento pelos serviços prestados, como mostra o texto narrado: “os chamados escravos de ganho, tinham direito a uma pequena parte do que seu trabalho rendia e depositavam seu dinheiro na poupança da Caixa até completar o valor da sua carta de alforria”.

b) Imagens que reconstituem o ritual do recebimento da carta de alforria.



Ao contrário do registro das cartas de alforria realizado em cartórios por escrivão autorizado pela justiça brasileira, geralmente sem a presença do escravo, nessa cena, o ritual de liberdade é feito nos espaços da Caixa, na presença da escrava de ganho, de uma testemunha da escrava (presença inusitada nas cartas de alforria pesquisadas), do proprietário e da autoridade. Todos estão em silêncio ouvindo a leitura da carta que concede liberdade onerosa, a alforria paga de acordo com a quantia estabelecida pelo proprietário. Enquanto a escrava ouve cabisbaixa a leitura do teor da carta, determinada por sua condição jurídica, o senhor se mantém altivo, olhando fixamente a autoridade que lê. Observa-se que o ato não interfere nas atividades dos demais funcionários e clientes do banco estatal, por tratar-se de um ritual que ocorre naturalmente, dada a função de agente colaborador da liberdade que a Caixa arrogou para si.

Chama a atenção nesse agenciamento a contradição política da Caixa: primeiro, permite ao escravo de ganho que se agencie como Locutor na enunciação da instituição, através do ato de abertura da caderneta de poupança em seu próprio nome (Joana), e depois nega a esse mesmo escravo o direito de dizer no ato de sua liberdade, transferindo para si mesma, através de seu representante, o dizer do escravo.

Essa interdição do dizer do escravo nos remete ao que diz Orlandi (1995, p.108) sobre a interdição do dizer: “sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de “um” e do dizer do “outro”. É sempre em relação a um discurso outro – que, na censura, terá a função de limite – que um sujeito será ou não autorizado a dizer”.



Aqui temos a continuidade da leitura da carta de alforria, com a câmera projetando sobre as três pessoas envolvidas na relação jurídico-comercial: a autoridade da Caixa, o proprietário e a escrava de ganho.

Simultâneo a esse ato, a voz da narradora da propaganda silencia-se, dando lugar à voz da autoridade da Caixa que, ao se apropriar da voz da escrava, diz: “Cedo e transpasso o dinheiro que tenho na presente caderneta ao Sr. José da Silva por haver do mesmo recebido minha carta de alforria⁶⁷”



Nessa cena, não interessa à Caixa mostrar a expressão da escrava nem da autoridade, mas da simbologia do ato protagonizado pela instituição financeira. Enfim, o efeito de sentidos da economia depositada na Caixa se materializa nesse ato, que confirma a liberdade da escrava de ganho e a sua nova condição de cidadã liberta. Novamente paira o silêncio, ninguém diz, mas as imagens dizem que tanto a Caixa como a escrava selaram o objetivo a que se propuseram.



Nesta última imagem da propaganda, retorna a voz da relatora dizendo: “Assim, com esse recibo, a escrava Joana pagou pelo bem mais valioso que uma pessoa pode ter. Um bem que jamais deveria ter preço, a liberdade”. Com o “recibo” ou a carta de alforria, observa-se a alegria incontida da escrava nos espaços urbanos em que desenvolvia as atividades de escrava de ganho, uma cena estilizada que foge aos padrões de liberdade registrados nos cartórios brasileiros, em que a ausência da escrava ao ato era aceita como natural pelo escrivão, e a sua voz era tutelada pela do seu proprietário, ou quando a escrava já alforriada, temerosa de ser retomada como escrava, recorria ao cartório para registro de sua carta de alforria.

A propaganda termina com um final feliz, todos desempenharam bem os papéis que lhes foram atribuídos, a protagonista, enfim, conseguiu “o bem mais valioso”, e a Caixa se autopromove na comemoração dos 150 anos de sua existência.

Finalizando, diríamos que as diferentes materialidades, linguagem verbal e linguagem não verbal, tomadas para análise, buscam traduzir, para o ‘real’ das cenas, imagens que refletem os caminhos de liberdade

traçados pela escrava Joana. No entanto, a regulação na escolha das imagens, das personagens e da construção das cenas, para projetar uma imagem ‘verdadeira’ das histórias de liberdade de escravos de ganho sob a mediação da Caixa Econômica, produz uma deriva de sentidos tanto na interpretação do texto como das imagens, pois para alcançar os efeitos da propaganda é preciso mostrar certas imagens para encobrir outras.

Notas

¹ O filme da Caixa, criado pela NovaS/B, tem como diretor de cena Ricardo Carvalho, e a produção de áudio é da Attak.

² Museu da Caixa, localizado em Brasília-DF, possui 85 cadernetas de poupança de escravos, entre elas a da Joana, citada no filme. Disponível em: www.novasb.com.br/noticia/150-anos-da-caixa-liberdade Acesso em: 17 jan. 2012.

³ Cf. o item I do artigo 6º da Constituição Imperial (1824).

⁴ Destacamos três artistas estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX e que retrataram flagrantes da vida cotidiana dos escravos: Jean-Baptiste Debret (francês), Johann-Moritz Rugendas (alemão) e Paul Harro-Harring (dinamarquês). Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/ensino-medio/impressoes-artistas-estrangeiros-escravidaio-brasil-6> Acesso em: junho de 2012.

⁵ Andar sem calçado significava a condição jurídica do escravo naquele local.

⁶ Cf. o site www.novasb.com.br/noticia/150-anos-da-caixa-liberdade, nas informações encontradas no museu da Caixa, localizado em Brasília, uma escrava de nome Joana, assinou um recibo emitido pela instituição com seguinte texto: “cedo e transpasso o direito que tenho na presente caderneta ao senhor tenente José da Silva Rondon por haver do mesmo recebido minha liberdade, pela quantia de 600 mil-réis, preço por que fui alforriada”.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, M. C. da C. (1983). “Sobre os silêncios da lei, lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX”. In: *Cadernos IFCH UNICAMP*, abril de 1983.
- GUIMARÃES, E. (2010). “Quando o eu diz ele - Análise enunciativa de um texto publicitário”. In: *Revista da ANPOLL*, v.29, pp.16-39.
- _____. (2002). *Semântica do Acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. (2011). *Análise de Texto. Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas: Editora RG.

-
- INDURSKY, F. (2011). “A representação do MST na mídia: discurso verbal e não verbal”. In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). *Leituras do Político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- LAGAZZI, S. (2011). “A materialidade significativa na história”. In: DI RENZO, A. et al. (Orgs.). *Linguagem, História e Memória: discursos em movimento*. Campinas: Pontes Editores.
- ORLANDI, E. (1995). “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”. In: *RUA - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp- NUDECRI*, nº 1, março, 1995.
- _____. (1995). *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios).
- SOUZA, T. C. de. (2001). “A análise do não verbal e os usos das imagens nos meios de comunicação”. In: *RUA - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp- NUDECRI*, nº 7, março, 2001.
- ZATTAR, N. (2012). *Os sentidos de liberdade do escravo na constituição do sujeito de enunciação*. Campinas: Pontes
- [www. novasb.com.br/noticia/150-anos-da-caixa-liberdade](http://www.novasb.com.br/noticia/150-anos-da-caixa-liberdade) Acesso em: 17 jan. 2012.
- <http://www.tumblr.com/tagged/150+anos> Acesso em: 17 jan. 2012.

Palavras-chave: linguagem verbal e não verbal; escravidão; liberdade

Key-words: verbal and nonverbal language; slavery; liberty

BAKHTIN LIA MAL?

Lucas Vinício de Carvalho Maciel*

Resumo: Este artigo examina o modo de expressão da personagem Makar Diévuchkin do romance *Gente Pobre* (1846) de Dostoiévski para discutir se o apreço de Bakhtin pela obra dostoiievskiana o teria conduzido a interpretações equivocadas ou exageradas, como alguns postulam. Discordando dessas críticas, o autor defende que já nessa obra inaugural de Dostoiévski se apresenta, como aponta Bakhtin (1929/1963), uma nova posição dialógica do autor russo. Ao observar as críticas a Bakhtin, Maciel convida a refletir sobre os conceitos de dialogismo e polifonia, amplamente difundidos no campo da linguagem.

Abstract: This article examines the mode of expression of character Makar Diévuchkin in the novel *Poor Folk* (1846) by Dostoevsky, aiming to discuss if the admiration of Dostoevsky's work by Bakhtin would have led the latter, as some postulate, to erroneous or exaggerated interpretations. Disagreeing with these criticisms, the author argues that this inaugural Dostoevsky's work already presents, as Bakhtin (1929/1963) points out, a new dialogic position of the Russian author. By observing the criticism of Bakhtin, Maciel invites us to reflect on the concepts of dialogism and polyphony, both widespread in the field of language studies.

Introdução

Nossa finalidade neste artigo é discutir como a literatura dostoiievskiana pôde influenciar certas reflexões de Mikhail Bakhtin. Para isso, focalizamos a questão da representação das vozes de personagens, acreditando que esse ponto pode, por um lado, explicar parte da crítica à suposta “má escrita” de Dostoiévski e, por outro, levar-nos a entender melhor o fascínio que as obras do escritor russo despertaram em Bakhtin.

Nesse exame, observamos inicialmente que a prosa dostoiievskiana tem sido objeto de inúmeros estudos, resultando em apreciações não

apenas distintas, mas, por vezes, díspares. Ao lado de avaliações positivas, figuram também muitas críticas, segundo as quais as obras de Dostoiévski “sofrem de prolixidade, de falta de acabamento, de falta de rigor de estilo e que a linguagem das personagens é do mesmo tipo e uniforme” (BIANCHI, 2008, p.6). Dentre essas censuras, interessa-nos especialmente a questão da “linguagem das personagens”, a partir da qual desenvolveremos a hipótese de que, muitas vezes, tem-se considerado que Dostoiévski escrevia mal por se confundir autor com personagens, tomando por “mau estilo” do autor o que é, na verdade, a representação das vozes desses últimos¹.

Além disso, acreditamos que precisamente na questão da representação das vozes se podem encontrar pontos de contato entre o que certa parcela da crítica censurava nas composições de Dostoiévski e o que Bakhtin considerou o mais alto valor da literatura dostoiévskiana: a “encarnação do ‘dialogismo’, a um só tempo concepção de mundo e estilo de escrita, pelos quais Bakhtin não esconde sua preferência” (TODOROV, 1984, p.xx).

Para nosso debate, elegemos o romance *Gente Pobre*, primeira obra de Dostoiévski, publicada em 1846. Essa escolha se justifica, pois, conforme Bianchi (2008, p.1) lembra a censura à suposta “negligência” “de Dostoiévski para com a palavra” se refere especialmente “às suas primeiras obras, que a crítica é quase unânime em chamar de ‘experimentos’ artísticos”. Acreditamos, então, ser essa obra interessante material para discutir como a representação das vozes no romance de Dostoiévski, um dos motivos pelos quais o acusaram de “escrever mal”, pode ser justamente um dos pontos que mais chamou atenção de Bakhtin.

Críticas a Dostoiévski: a questão das vozes das personagens

Para uma melhor compreensão das críticas à escrita de Dostoiévski, contextualizamos, ainda que sucintamente, alguns fatos relacionados à recepção da obra *Gente Pobre*. Iniciemos, assim, pelas expectativas do autor em relação a esse seu primeiro romance. Segundo revela a seu irmão em carta datada de 30 de setembro de 1844, Dostoiévski se sentia “realmente satisfeito com o [...] romance – radiante de alegria”, pois acreditava que “com *ele* certamente” faria “algum dinheiro (...)” (DOSTOIÉVSKI, 1838-1880, p.25, grifos do autor).

Apesar das esperanças financeiras que tinha em relação ao lançamento de sua obra, Dostoiévski, descontente com seu trabalho, resolve reformulá-lo, conforme comenta com o irmão em carta de 24 de março de 1845:

“Eu *havia* terminado o livro em novembro, mas em dezembro decidi alterá-lo radicalmente. E assim o fiz, praticamente escrevi-o de novo; então, em fevereiro, comecei uma vez mais a mexer nele, polindo, cortando, adicionando coisas.” (DOSTOIÉVSKI, 1838-1880, p.26, grifos do autor).

A partir desses comentários, é de se acreditar que Dostoiévski dispensou pelo menos algum cuidado à confecção de *Gente Pobre*. Mesmo em situação financeira complicada e interessado no dinheiro que a publicação poderia lhe render, o autor opta por postergar a finalização do livro e resolve alterar seu texto. A despeito de toda essa preocupação, porém, o romance não foi unanimemente bem recebido.

Se, por um lado, antes mesmo da publicação, os manuscritos de *Gente Pobre* receberam o aval de Belínski, possivelmente o mais influente crítico literário da época, e, assim, “a fama do novo escritor espalhou-se imediatamente por toda a comunidade literária” (FRANK, 1976, p.211); por outro lado, quando a obra foi publicada, se houve elogios, também não faltaram censuras. A respeito delas, Dostoiévski comenta com seu irmão em carta de 1º de fevereiro de 1846:

“Se você soubesse, meu irmão, da forma amarga que o livro tem sido criticado! A crítica no ‘Ilustrações’ mais pareceu uma maldição. A resenha do ‘Abelha do Norte’ é igualmente infernal (...)” (DOSTOIÉVSKI, 1838-1880, p.39).

E, continuando a carta, ainda lastima que:

Nosso público, como a multidão em qualquer parte, tem instintos, mas nada de gosto. Estão acostumados a serem tratados, a cada palavra, com as manias e modismos do autor. Escolhi não mostrar os meus. Eles não percebem que

este ou aquele ponto de vista é expresso por Diévuchkin³ [personagem de *Gente Pobre*], não por mim, e que não poderia se expressar de outro modo. (DOSTOIÉVSKI, 1838-1880, p.40)

Nesse comentário, Dostoiévski observa que certas críticas endereçadas à *Gente Pobre* não o distinguem da personagem. O autor se justifica e argumenta que o modo como algo “é expresso por Diévuchkin” está de acordo com a personagem, “que não poderia se expressar de outro modo”.

Cientes da dedicação de Dostoiévski durante a confecção de *Gente Pobre*, não acreditamos que a representação da voz de Diévuchkin, personagem principal da obra, seja fruto de certa negligência do autor com a escrita. Ao contrário disso, inclinamo-nos a acreditar que o autor procurou construir a personagem também pelo seu modo de expressão, deliberadamente concebendo a voz de sua personagem como alguém que escrevia de acordo com seu estrato social. Ou seja, mesmo que parcela da crítica tenha censurado o modo de expressão da personagem, essa escolha de Dostoiévski nos parece bastante coerente, pois não é de se estranhar que Diévuchkin “escrevesse mal”, dado que a personagem é concebida como um funcionário público de baixo escalão e com pouca instrução.

Interessante notar, aliás, que no decorrer da narrativa a própria personagem reconhece, por vezes, que sua escrita apresenta algo de reprovável. Vejamos um exemplo em trecho da carta de Diévuchkin a Várienka, moça com a qual troca correspondências:

Não repare na escrita, alminha; não tenho estilo, Várienka, não tenho nenhum estilo. Se tivesse ao menos um pouco! Escrevo o que me vem à mente, apenas para distraí-la com alguma coisa. Pois se tivesse estudado um pouco que fosse, a coisa seria diferente; mas com o que eu havia de estudar? nem que fosse um estudo de meia pataca. (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.28)

Na voz da personagem já aparece, assim, o reconhecimento de sua falta de estilo. A propósito, em vários trechos da obra é expressa a preocupação de Makar Diévuchkin com sua escrita. Uma recorrência que talvez indique ter sido a escrita da personagem um objeto de

interesse de Dostoiévski durante o desenvolvimento do livro. No intuito de balizarmos esse nosso ponto de vista, vejamos ainda mais exemplos a fim de ilustrar a “escrita” de Diévuchkin.

Em sua primeira carta a Várienka, ele escreve:

Que bela manhã está fazendo hoje, minha filha! Abriram aqui a minha janelinha; o solzinho está brilhante, os pássaros chilream, o ar recende aromas primaveris, e toda a natureza se revivifica – bem, e todo o resto também está em correspondência; tudo em ordem, à maneira primaveril! Hoje até me entreguei a sonhos bem agradáveis, e meus sonhos foram o tempo todo com você, Várienka. Comparei-a com um pássaro do céu, criado para a alegria dos homens e adorno da natureza. E então pensei que pessoas como nós, Várienka, que vivem sempre em meio a tribulações e sobressaltos, também deveriam invejar a felicidade despreocupada e inocente das aves do céu – bom, e todo o resto também assim, e por aí vai; quer dizer, fiquei fazendo essas comparações vagas. Estou com um livro aqui, Várienka, e nele também está tudo descrito desta mesma maneira e com bastantes pormenores. Escrevo isso porque os sonhos costumam variar, minha filha. Agora é primavera, por isso os pensamentos são sempre tão agradáveis, aguçados, engenhosos, e os sonhos são ternos, sempre cor-de-rosa. (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.12-13).

Esse trecho da carta com um tom algo poético não passará despercebido e será tema de comentários em outras correspondências trocadas entre os dois. Logo na sequência, na carta em que Varvara Dobrosiólova⁴ responde a Diévuchkin, ela comenta:

Para dizer a verdade, ainda agora adivinhei por sua carta que há algo de errado com o senhor – paraíso, primavera, aromas que voam, passarinhos que chilream. O que é isso, penso eu, não haverá aqui versos também? Pois é verdade, Makar Alieksiêivitch⁵, só faltam versos em sua carta! Há de tudo aqui – sensações ternas, sonhos cor-de-rosa. (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.17).

Desse modo, o trecho “poético” do texto de Diévuchkin é retomado na carta de Várienka, que critica esse rebuscamento. Por isso mesmo, quando responde a ela, Diévuchkin justifica-se: “(...) só de lembrar de tudo sinto um tremendo desgosto, desgosto por ter lhe escrito de modo tão rebuscado e estúpido”. (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.19). Além disso, o fato parece ter incomodado tanto Diévuchkin que, ainda na mesma carta, ele observa:

E que aroma são estes, quando sob as janelas de nosso pátio acontece de tudo! É óbvio que tive essa impressão toda porque sou um tolo. Mas às vezes acontece mesmo de a pessoa se deixar levar por seus próprios sentimentos a ponto de se pôr a dizer disparates. (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.20).

Assim, procura desdizer o que afirmou a respeito do “ar [que] recende aromas primaveris” e, criticando-se, chega a comentar que:

“E, quanto aos versinhos, quero lhe dizer, minha filha, que não fica bem na minha idade me pôr a treinar para compor versos. Os versos são uma tolice!” (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.20-21).

Por fim, Diévuchkin, como se quisesse antecipadamente se desculpar ou se esquivar de críticas, comenta o quão desagradável lhe parece o estilo da carta que está escrevendo a Várienka:

E não me leve a mal, minha filha, por lhe escrever uma carta dessas; ao relê-la vejo que está tudo tão incoerente. Sou um homem velho, Várienka, sem estudos, quando era jovem não aprendi direito, e agora, mesmo que recomeçasse a estudar, não me entraria nada na cabeça. Reconheço, minha filha, que não sou nenhum mestre da descrição, e sei, sem ninguém precisar apontar e ficar rindo, que, se quisesse escrever alguma coisa mais complicada, sairia uma porção de disparates. (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.22-23).

Desse modo, a própria personagem parece se envergonhar da tentativa de “escrever alguma coisa mais complicada”, o que resultaria na escrita de “uma porção de disparates”.

Interessante notar que Dostoiévski constrói essa personagem como um homem velho “sem estudos” e parece buscar explicitar pelo seu modo de expressão essa sua condição de alguém com pouca instrução. Assim, seria de se esperar que a escrita da personagem, que sua voz, representasse essa sua realidade. Muitas, porém, foram as críticas endereçadas ao romance por conta disso. Segundo informa Bianchi (2008, p.5):

Amostra exemplar dessa reação da crítica russa contemporânea ao escritor constitui um artigo de K. S. Aksákov. O crítico condena violentamente a linguagem literária de Dostoiévski em *Pobre gente*⁶, considerando as cartas de Makar Diévuchkin como uma “forma de conversação”: “Os funcionários podem falar assim, mas ele não pode escrever assim”.

Dostoiévski, portanto, parece ter razão quando se queixa ao irmão de que o confundem com a personagem. Ao tentar representar a fala de um funcionário pobre de maneira mais realista e verossímil, o artista foi incompreendido e se tornou alvo de depreciações. Lembramos, contudo, que, ao focalizar a questão da representação das vozes, não pretendemos reduzir todas as críticas à escrita de Dostoiévski unicamente a esse ponto. Pretendemos apenas apontar que, de nosso ponto de vista, parte dos julgamentos negativos a respeito da escrita de Dostoiévski podem decorrer da incompreensão de que o “mau estilo” da voz das personagens é um trabalho de estilização do autor, que procura conceber como essas personagens se expressariam, distanciando-se do modo como ele próprio, Dostoiévski, expressar-se-ia. Como o romancista diz a seu irmão a respeito das críticas a *Gente Pobre*: “Eles não percebem que este ou aquele ponto de vista é expresso por Diévuchkin, não por mim (...)” (DOSTOIÉVSKI, 1838-1880, p.40). Ou seja, entendemos que parte das censuras a Dostoiévski tem como pilar o não discernimento de alguns críticos, que confundem sua voz com as vozes de suas personagens.

Bakhtin lê Dostoiévski

Se várias são as censuras à escrita de Dostoiévski, essa mesma “má escrita” é que suscitou grande admiração por parte de Bakhtin. Para

discutirmos como tal discrepância pode ocorrer, iniciemos com a transcrição de um trecho de *Gente Pobre*, em que Makar Diévuchkin reflete sobre as percepções do “homem pobre”:

Gente pobre é caprichosa – é assim por disposição de natureza. Mesmo antes eu o sentia, e agora comecei a sentir ainda mais. Ele, o homem pobre, é exigente, até para esse mundo de Deus ele tem outra maneira de olhar, olha de soslaio para cada transeunte, lança ao redor um olhar confuso e fica atento a cada palavra que ouve – não é dele que estão falando ali, diz? O que estão comentando, como pode ser tão feioso? o que é que ele, precisamente, sente? e, por exemplo, como será ele desse nosso ponto de vista, como será daquele ponto de vista?
 (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.104)

O excerto acima possivelmente pode ser alvo de muitas críticas quanto ao “estilo”, pois o texto está bastante distante de certa concepção de literatura como espelho de uma escolha vocabular rara, floreado por figuras de linguagem. Em vez disso, o que se apresenta é uma fala por vezes confusa, entrecortada, em que se pode, inclusive, vislumbrar problemas de ordem sintática. Exemplo disso é a frase: “O que estão comentando, como pode ser tão feioso?” em que a oração “O que estão comentando” é uma interrogação do próprio Diévuchkin, enquanto a oração seguinte “como pode ser tão feioso”, justaposta à primeira, expressa já a voz daqueles que supostamente comentam sua feiura. Ou seja, há na mesma frase uma passagem da fala da personagem para a voz daqueles que o veriam e criticariam.

Se isso pode ser visto como um problema de escrita, como “falta de acabamento”, “falta de rigor de estilo”, acreditamos ser justamente a partir de passagens como essa que a obra de Dostoiévski se torna alvo de interesse para Bakhtin. A abrupta passagem da voz da personagem, que pergunta “O que estão comentando”, para a própria indagação “como pode ser tão feioso”, imaginariamente feita pelos terceiros que o olham, pode sugerir alguma “falta de acabamento”, mas, ao mesmo tempo, mostra claramente “duas vozes”, dois posicionamentos discursivos. Um seria o daqueles que julgam que Diévuchkin é feioso, outro é o da própria personagem, que se incomoda com essa avaliação.

Esse exemplo, portanto, explicita a consideração de dois pontos de vista, o do “eu” e o do “outro”, uma discussão que aparece desde o início nas reflexões de Bakhtin, para quem:

“A vida conhece dois centros de valor que são fundamental e essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e o outro; e é em torno desses centros que todos os momentos concretos do Ser se distribuem e se arranjam.” (BAKHTIN, 1919/1921, p.91).

Assim, não é de se espantar o apreço com que Bakhtin avalia a obra de Dostoiévski na medida em que vislumbra em sua literatura a preocupação com o outro, com o olhar do outro, com a voz do outro. Note-se que Bakhtin pontua serem “momentos básicos” da vida: o “eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro” (BAKHTIN, 1919/1921, p.71). Desse modo, a literatura dostoiévskiana pode interessar a Bakhtin, pois simula, através de falas como essa da personagem Makar Diévuchkin, a preocupação com o outro. De algum modo, na voz da personagem se evidencia a importância do “outro-para-mim” (as vozes que o condenam) na configuração do “eu-para-mim” (a própria opinião de Diévuchkin sobre si). Na constituição de seu “eu”, a personagem leva em consideração a voz do outro que, imagina, fala dele. Sua preocupação denota que o “eu” é sempre um “eu-para-o-outro”, sempre leva em consideração a avaliação alheia. O eu depende do outro para sua formação integral. A opinião alheia é imprescindível para seu próprio “eu-para-mim”, pois é através da fala do outro que talvez venha ser julgado “feioso”.

Entretanto, a conjugação na voz da personagem desses dois pontos de vista – o do “eu” e o do “outro” – pode causar algum estranhamento, como reconhece o próprio Bakhtin ([1952-1953], p.298):

Os enunciados do outro e as palavras isoladas do outro, conscientizadas e destacadas como do outro, introduzidas no enunciado, inserem nele algo que é, por assim dizer, irracional do ponto de vista da língua como sistema, particularmente do ponto de vista da sintaxe.

De fato, observa-se algum estranhamento “particularmente do ponto de vista da sintaxe” na introdução das vozes alheias no discurso de

Makar Diévuchkin. Além disso, na voz da personagem as vozes alheias não estão “isoladas” como palavras “do outro”; em vez disso, seguem às palavras de Makar e a falta desse isolamento parece contribuir ainda mais para certa discrepância “irracional do ponto de vista da língua como sistema”. São, portanto, compreensíveis determinadas críticas endereçadas à voz de Diévuchkin, pois, pelo menos no exemplo em análise, observam-se certos “problemas” de escrita. Ou seja, um dos fatores que pode ter contribuído para a crença da suposta “má escrita” de Dostoiévski é o fato de que as vozes de suas personagens são frequentemente (entre)cortadas por vozes alheias, gerando certo estranhamento “do ponto de vista da sintaxe”.

Contudo Bakhtin não parece estar à procura de um “bom estilo”, já que possivelmente interessava-se mais pela oportunidade de divisar nas obras dostoiévskianas a encenação das vozes, as relações da voz do “eu” com as vozes dos “outros”, a representação do dialogismo.

Buscando compreender a estima de Bakhtin pela literatura dostoiévskiana, prossigamos com mais uma passagem de *Gente Pobre* em que Diévuchkin discorre sobre seu trabalho e a respeito da alcunha que lhe atribuíram em função de seu serviço:

E o que mais posso fazer?! Pois eu mesmo sei que não é grande coisa o que faço, que é copiar; mas mesmo assim me orgulho disso: trabalho, derramo meu suor. E o que há de mais no fato de eu copiar? “Ele, dizem, faz cópias!” “Essa ratazana, dizem, é funcionário, faz cópias!” E o que há de desonesto nisso? A escrita é tão nítida, bonita, dá gosto ver, e Sua Excelência está satisfeita; sou eu que copio os documentos mais importantes para eles. (...) Pois agora me dou conta de que sou necessário, de que sou indispensável e de que não se deve desorientar uma pessoa com disparates. Pois bem, que seja um ratazana, já que encontram semelhança! Mas essa ratazana é necessária, essa ratazana é útil, a essa ratazana se agarram, dão prêmio a essa ratazana – aí está, que tipo de ratazana é esta! (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.68)

Comparemos esse excerto de *Gente Pobre* com o posicionamento de Bakhtin, segundo o qual ao enunciar todo falante pressupõe a existência “de alguns enunciados antecedentes (...) com os quais seu enunciado

entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte)” (BAKHTIN, [1952-1953], p.272).

No fragmento em exame, notamos que a voz de Diévuchkin polemiza com outras vozes, pois a personagem “dialoga” com aqueles que o acusam de ser uma “ratazana”. A voz da personagem se torna uma espécie de pequeno simulacro do diálogo entre o “eu”, Diévuchkin, e o “outro”, as vozes alheias. A pergunta que inicia o trecho – “E o que mais posso fazer?!” – parece dirigida tanto a Diévuchkin quanto aos outros. Para si, a pergunta soa como uma justificativa, uma desculpa: Diévuchkin acredita que não poderia fazer nada além de copiar. Para os outros, essa indagação é uma provocação: o que os “outros” gostariam que ele fizesse, além de copiar? De todo modo, a pergunta “E o que mais posso fazer?!” permanece sem resposta, pois o centro do debate não é o que ele poderia fazer (ou fazer a mais); em foco está a desqualificação do que ele faz. É como se uma voz alheia dissesse: “Ora, o que mais pode fazer? Qualquer coisa menos insignificante do que aquilo que faz”. Aliás, de alguma forma, Diévuchkin consente com esse julgamento ao reconhecer não ser “grande coisa” o que faz. Porém, se atribui certa validade a essa voz, Diévuchkin, ao mesmo tempo, pretende opor-se ao dizer que: “mesmo assim me orgulho disso: trabalho, derramo meu suor.” Seguindo em sua oposição, ele afronta, como em diálogo imaginário: “E o que há de mais no fato de eu copiar?” Mais uma vez a indagação não é respondida nem por ele, nem pelo “outro”.

Em lugar da resposta, inicia-se nova divagação de Diévuchkin, que se deixa levar pelas vozes que o acusam: “Ele, dizem, faz cópias!” “Essa ratazana, dizem, é funcionário, faz cópias!”. Ao empregar as aspas, Diévuchkin parece procurar se diferenciar dessas vozes: a opinião de que seja uma “ratazana” não seria a dele, mas dos outros. Opondo-se às críticas, Diévuchkin indaga: “E o que há de desonesto nisso?”. Novamente Diévuchkin se desloca do debate, pois não estava em questão a honestidade de sua função, mas o *status* social e o retorno financeiro de seu cargo. Esquivando-se das críticas, ele passa a um autoelogio do exercício de sua função: “A escrita é tão nítida, bonita, dá gosto ver, e Sua Excelência está satisfeita”. Além disso, pontua: “sou eu que copio os documentos mais importantes para eles”.

De certo modo, quando experimenta sua defesa, a personagem parece tentar ludibriar a voz alheia (e talvez a sua própria opinião) a respeito de seu trabalho. Porém, acaba aceitando as censuras a ele dirigidas e assume o qualificativo “ratazana” “já que encontram semelhança”. Mas essa anuência será apenas parcial, pois, se admite ser chamado de “ratazana”, logo fará saber que essa “ratazana é útil”, que “a essa ratazana se agarram, dão prêmio a essa ratazana”.

Na medida em que a fala da personagem dialoga – sem uma ordem aparente – com outras vozes, com movimentos de idas e vindas, seu discurso se torna, por vezes, truncado: um discurso que não atende à concepção beletриста de escrita. Bakhtin não deixa de notar esse ponto e observa:

(...) na autoconsciência do herói penetrou a consciência que o outro tem dele, na autoenunciação do herói está lançada a palavra do outro sobre ele; a consciência do outro e a palavra do outro suscitam fenômenos específicos, que determinam a evolução temática da consciência de si mesmo, nas cisões, evasivas, protestos do herói, por um lado, e o discurso do herói com intermitências acentuais, fraturas sintáticas, repetições, ressalvas e proximidade por outro. (BAKHTIN, 1929/1963, p.240).

Bakhtin observa assim que, ao adentrar a voz do herói, a voz alheia acaba gerando “fraturas sintáticas, repetições, ressalvas e proximidade”. Esses fenômenos podem dar margens a avaliações de que Dostoiévski escrevia mal, pois a polêmica no interior da voz de Diévuchkin acaba por desorganizar seu discurso, mas é plausível imaginar que a consideração das vozes alheias encanta Bakhtin ao permitir certa visualização do dialogismo. Ou seja, se alguns entendem como falta de estilo a representação da posição insegura de Diévuchkin na própria configuração de sua voz, essa mesma particularidade possivelmente foi vista como um grande mérito por Bakhtin, para quem a:

(...) orientação da palavra entre palavras, as diferentes sensações da palavra do outro e os diversos meios de reagir diante dela são provavelmente os problemas mais cadentes do estudo

metalinguístico de toda palavra, inclusive da palavra artisticamente empregada. (BAKHTIN, 1929/1963, p.232).

Desse modo, falas como a da personagem Diévuchkin provavelmente tenham despertado o interesse de Bakhtin ao exporem a “orientação da palavra entre palavras, as diferentes sensações da palavra do outro e os diversos meios de reagir diante dela”, pois a voz da personagem se constitui como uma resposta, uma reação à palavra do outro. Como Bakhtin (1929/1963, p.235, grifos nossos) observa, em *Gente Pobre*, “Dostoiévski elabora um estilo de discurso sumamente característico de toda a sua criação e determinado pela *intensa antecipação do discurso do outro*”. Ou seja, as vozes em *Gente Pobre* são exemplares das relações dialógicas na “palavra artisticamente empregada”, pois expõem “as diferentes sensações da palavra do outro”.

Bakhtin ressalta ainda que os fenômenos “produzidos pela palavra do outro na consciência e no discurso do herói, em *Gente Pobre* são apresentados numa roupagem estilística adequada do discurso de um pequeno funcionário petersburguense” (BAKHTIN, 1929/1963, p.241).

Sua avaliação, assim, diverge do julgamento daqueles que consideram que Dostoiévski escrevia mal, pelo menos, em dois pontos: (i) entendendo que a escrita de Makar Diévuchkin é representada adequadamente como a “de um pequeno funcionário petersburguense”, Bakhtin se distancia dos que condenam Dostoiévski pela “imitação da linguagem comum das relações de trabalho nas repartições públicas” (GRIGORÓVITCH *apud* BIANCHI, 2008, p.5); (ii) se o embate de Diévuchkin com vozes alheias resulta, por vezes, em um discurso algo confuso, o que pode contribuir para as críticas negativas ao “estilo” do romance, esse mesmo embate do protagonista com o “discurso do outro” é admirado por Bakhtin como ilustrativo do dialogismo constitutivo da voz da personagem.

Assim, para Bakhtin a voz de Makar Diévuchkin é estilisticamente adequada a “um pequeno funcionário petersburguense” e, ao mesmo tempo, simula, de algum modo, o dialogismo “pela intensa antecipação do discurso do outro”. Ou seja, nesses dois aspectos a questão da representação das vozes nos parece importante para esclarecer como a

apreciação de Bakhtin a respeito de *Gente Pobre* é tão diversa do julgamento de que “Dostoiévski escrevia mal”.

Será ainda salientando a questão das vozes que discutiremos, a seguir, algumas censuras à leitura bakhtiniana da obra de Dostoiévski. Certo que essas críticas não se restringem apenas ao exame bakhtiniano de *Gente Pobre*, até mesmo porque o ponto mais “controverso” da análise bakhtiniana seria a concepção da polifonia, fenômeno que o próprio Bakhtin destaca não estar presente em *Gente Pobre*, obra em que apareceria apenas o dialogismo. De todo modo, seguiremos com a análise do romance, pois acreditamos que nesse romance já aparecem alguns pontos que nos permitirão discutir se Bakhtin cometeu interpretações equivocadas em sua análise da obra dostoiévskiana.

Críticas à leitura bakhtiniana de Dostoiévski

Segundo alguns estudiosos, a admiração de Bakhtin pela literatura dostoiévskiana o teria conduzido a “generalizações (...) exageradas” (ROSENSHIELD, 1978, p.271), a “conclusões extremadas” (FRANK, 1976, p.207) ou impossíveis “em seu próprio princípio” (TODOROV, 1984, p.xxiv). Essas críticas se dirigem, sobretudo, ao modo como Bakhtin enxerga a relação entre autor e personagem nas obras dostoiévskianas que ele julga exemplares do “romance polifônico” (BAKHTIN, 1929/1963, p.5). Bakhtin não considera *Gente Pobre* uma obra polifônica, mas imaginamos que a observação de algumas características desse romance inaugural de Dostoiévski poderá nos ajudar a compreender melhor certas reflexões bakhtinianas que são alvo das críticas mencionadas.

Para esse propósito, é interessante notar que Bakhtin não entendia *Gente Pobre* como um romance polifônico, pois nesse livro o “mundo das personagens é restrito e estas ainda não são ideólogas” (BAKHTIN, 1929/1963, p.238). Essas personagens não seriam ideólogas, porque seus discursos não seriam “sobre o mundo”, mas apenas “sobre si mesmo e sobre seu ambiente imediato” (BAKHTIN, 1919/1963, p.87). A personagem Makar Diévuchkin, por exemplo, reflete sobre sua esfera particular de vida, sobre sua condição de pobreza e seu emprego, mas ainda não tece conjecturas mais amplas, que digam respeito a algo além de “seu ambiente imediato”. Diévuchkin não entra no “grande diálogo da época” (BAKHTIN, 1929/1963, p.99) acerca de temas como, por

exemplo, o da pena de morte – discutido pela personagem Míchkin de *O idiota*⁷ –, nem participa de debates como o das personagens Ivan, Aliócha e Kólia, de *Os irmãos Karamázov*⁸, sobre a existência de Deus e as consequências de tal crença. Dessa maneira, o discurso de Diévuchkin permanece um “discurso com mirada em torno” (BAKHTIN, 1929/1963, p.238), atento para o que o outro diz sobre ele, sem atingir, porém, as “categorias fundamentais do pensamento sobre o mundo” (BAKHTIN, 1929/1963, p.87).

Não obstante Bakhtin acredita que, mesmo nesse período inicial da ficção dostoiévskiana no qual se insere *Gente Pobre*, “já se manifestam com plena clareza o profundo dialogismo e o caráter polêmico da consciência de si mesmo e das afirmações sobre si mesmo”. (BAKHTIN, 1929/1963, p.238). Assim, se em *Gente Pobre* ainda não há polifonia, pois as personagens não discutem “o mundo”, desde essa primeira obra já apresentariam pelo menos duas particularidades que futuramente permitiriam a Dostoiévski compor seus romances polifônicos: o dialogismo e o interesse pela “consciência de si mesmo” ou autoconsciência.

Vejamus esse último ponto. Para Bakhtin (1929/1963, p.53), na literatura de Dostoiévski a “autoconsciência é o que constitui o objeto da visão e da representação do autor”, cujo interesse primordial seria a consciência que a personagem tem de si e do mundo. Por isso sabemos sobre a personagem Makar apenas aquilo que ele percebe, em sua autoconsciência, de si e de seu entorno. A realidade vem via autoconsciência da personagem. Nas palavras de Bakhtin (1929/1963, p.54, grifos do autor), em *Gente Pobre*, nós “não vemos quem a personagem é, mas *de que modo* ela toma consciência de si mesma”.

Para conseguir expressar a autoconsciência das personagens, Dostoiévski precisou “diminuir” a distância exotópica que separa autor e personagem. O que o autor, de sua posição externa, empregava para “criar uma imagem rígida e estável da personagem, o ‘quem é ele’”, será agora introduzido “no campo de visão da própria personagem”, no “cadinho” de sua “autoconsciência” (BAKHTIN, 1929/1963, p.53). Assim, o que antes era objeto de apreciação do autor, o ambiente externo, as características estáveis das personagens, tudo virá sob “o ponto de vista sobre o qual o herói contempla esse mundo” (BAKHTIN, 1929/1963, p.25). É como se o autor se aproximasse o máximo possível

da personagem para deixá-la falar, deixá-la expor como toma consciência de sua existência.

Apontado por Bakhtin como um atributo dos romances polifônicos, esse procedimento de dar voz à autoconsciência da personagem, acreditamos, já aparece em *Gente Pobre*, pois é através da voz de Makar que conhecemos a ele e a seu mundo. Supomos, além disso, que essa busca pela representação da autoconsciência da personagem também nos auxilia a elucidar determinadas críticas ao romance. Nossa hipótese é a de que Dostoiévski conseguiu criar tão consistentemente a voz de sua personagem, que muitos acabaram por confundi-la com o autor. Aliás, isso não ocorreu exclusivamente no caso dessa personagem. Apenas para mencionar um exemplo, ainda se questiona se a opinião de Dostoiévski teria sido representada pela personagem Ivan ou pela personagem Aliócha em *Os irmãos Karamázov*.

Ou seja, na medida em que Dostoiévski procura representar a autoconsciência das personagens, concebendo suas vozes de modo bastante coerente, alguns imaginam poder desvendar os juízos do autor em uma ou outra personagem. Nesse sentido, talvez uma das razões para se confundir Makar com o autor seria essa possibilidade, experimentada desde *Gente Pobre*, de que a voz da personagem desenvolva “até o fim a sua lógica interna e sua autonomia enquanto palavra do outro, enquanto palavra do próprio herói” (BAKHTIN, 1929/1963, p.74).

Além disso, como mencionamos, para dar voz à autoconsciência da personagem, “enquanto palavra do outro”, foi necessária uma nova posição do autor, uma posição marcada pelo “caráter *dialógico* especial” (BAKHTIN, 1929/1963, p.320, grifos do autor) do escritor frente às suas criaturas. Essa questão do “profundo dialogismo” (BAKHTIN, 1929/1963, p.238) entre autor e personagem é um segundo ponto constitutivo dos romances polifônico, que, a nosso ver, já está presente em *Gente Pobre*.

Segundo Bakhtin (1929/1963, p.53), a personagem interessa a Dostoiévski enquanto uma autoconsciência, enquanto um “ponto de vista”, uma “concepção do mundo e de si mesma”, o que “requer métodos absolutamente específicos de revelação”, já que a “vida autêntica do indivíduo só é acessível a um enfoque *dialógico*, diante do qual ele responde *por si mesmo* e se revela livremente” (BAKHTIN, 1919/1963, p.67, grifos do autor). Assim, o autor não deve falar pela

personagem, mas permitir que ela fale e, desse modo, expresse o que está em sua autoconsciência.

Mesmo que tal comentário seja a propósito dos romances polifônicos, entendemos que em *Gente Pobre* a autoconsciência já “constitui o objeto da visão e da representação do autor” (BAKHTIN, 1929/1963, p.53) e que isso requererá um novo modo de relação entre autor e personagem, um modo caracterizado pelo “caráter dialógico” do autor em relação à personagem. Em *Gente Pobre*, o autor não pretende exhibir o que pensa sobre a personagem Makar; em vez disso, abre espaço para simular como a personagem expressaria o que pensa sobre os fatos de sua vida. Assim, por exemplo, quando Makar Diévuchkin lê *O capote* (1842) de Gógol, o autor procura conceber como essa personagem – e não ele – poderia se relacionar com tal texto. Quem se ofende e se sente afrontado com o conteúdo da obra é a personagem, não Dostoiévski.

Bakhtin afirma ainda que, se o autor não mais falará pelo herói, mas buscará que ele revele o que está em sua autoconsciência, serão necessários novos modos de estruturação da narrativa. Vários elementos do romance estarão, então, empregados para provocar a palavra do herói, para incitá-lo a falar, a expor suas reflexões. Dostoiévski precisará cunhar um “clima sumamente complexo e sutil em torno da personagem que a leva a revelar-se dialogicamente (...) no processo da mais tensa interação com outras consciências” (BAKHTIN, 1929/1963, p.61). Isso poderia ser efetuado por diversos meios, seja através de situações que instigam a personagem a se manifestar, seja através da palavra provocativa do narrador ou de outras personagens, enfim, “toda a construção artística do romance de Dostoiévski está voltada para a revelação e a elucidação dessa palavra da personagem, em relação à qual é agente de funções provocantes e orientadoras” (BAKHTIN, 1929/1963, p.60). Ou seja, enredo, vozes de outras personagens, voz do narrador podem ser empregados a fim de provocar a revelação do herói.

Em *Gente Pobre*, cremos que tanto o enredo quanto a voz de Varienka, com quem Makar Diévuchkin dialoga, cumprem essas “funções provocantes”. Varienka, por exemplo, desconcerta Makar Diévuchkin, ao perguntar-lhe sobre as condições de seu quarto. Tentando encobrir o estado precário de seus aposentos, Makar se revela

ao refletir sobre a condição de pobreza das pessoas que, como ele, vivem “em meio a tribulações e sobressaltos” (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.13).

Aliás, o contexto de pobreza em que vive provocará Diévuchkin de diversas maneiras. É sempre lindando com dificuldades financeiras que o funcionário público de baixo escalão se sentirá humilhado por ter em muitas ocasiões somente um “pão simples”, que “às vezes chega a ser pão seco” (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.68), para comer. São também eventos que levam Makar a refletir acerca de sua penúria, o pedido de ajuda de uma criança a quem “é tão martirizante não dar esmolas” (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.138) ou, então, o episódio do “botão que estava preso apenas por um pedacinho de linha” e “súbito se desprendeu” (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.145) justamente quando Diévuchkin estava em presença de seu chefe. Nesse momento, o herói se envergonha de suas roupas. Essa temática, aliás, é constante em vários momentos da narrativa, quando ele se martiriza por suas vestes puídas, por seus sapatos velhos ou por não ter um capote adequado para enfrentar o frio russo.

Esses motivos incitam Makar, levam-no a expressar aquilo que está em seus pensamentos, em seu interior, em sua autoconsciência. Mas, como bem nota Bakhtin, essa não é uma reflexão fechada em si, ensimesmada. Em suas meditações Makar sempre parece mirar “em torno”, considerar o que o outro pensa sobre ele. Ilustrativa dessa reflexão na autoconsciência, porém voltada ao olhar do outro, são as explanações de Makar acerca da importância de se ter um bom capote: “(...) mas o que vão dizer os outros? O que vão dizer meus detratores, essas más línguas todas, quando aparecer sem capote? Pois é para os outros que vestimos capote, e mesmo as botas, talvez seja para eles que calçamos”. (DOSTOIÉVSKI, 1846, p.118).

De fato, como nota Bakhtin, essa mirada em torno ainda é restrita ao ambiente da personagem, que se preocupa com os julgamentos externos, mas ainda não discute o mundo. De todo modo, acreditamos que desde *Gente Pobre* já se observa a importância da autoconsciência como fundamento da representação. Além disso, nessa obra, para que o herói expresse seu ponto de vista, a narrativa é construída, dialogicamente, para provocar sua revelação. Ou seja, entendemos que, desde esse primeiro romance, Dostoiévski coloca a personagem como um “tu” com quem dialoga, com quem fala, não como um “ele”, de

quem se fala. As opiniões e vozes alheias servem, assim, para incitar Makar a manifestar seu ponto de vista, que não é o ponto de vista do autor.

Em síntese, poderíamos dizer que *Gente Pobre* manifesta dois fenômenos presentes nos futuros romances polifônicos – o interesse pela representação da autoconsciência e a nova posição dialógica do autor face à personagem –, pois conforme aponta Bakhtin (1929/1963, p.66), “Dostoiévski já começa [em *Gente Pobre*] a perscrutar o futuro tratamento radicalmente novo que dará ao herói”.

Ao assumirmos que *Gente Pobre* já expõe propriedades presentes nos futuros romances polifônicos, parece-nos válido esclarecer os motivos pelos quais divergimos de certas censuras às ponderações de Bakhtin acerca da literatura dostoiievskiana.

Ao ressaltar a questão da autoconsciência da personagem e da posição dialógica do autor em relação a seus heróis, Bakhtin prevê na literatura de Dostoiévski alguma “autonomia” para as vozes das personagens. Não entendemos, porém, significar isso que a palavra do herói deixe de ser uma criação do autor, que ela não esteja mais sob os desígnios deste. Interpretação diversa da nossa, porém, parece-nos a de Todorov (1984, p.xxv), que assevera:

Bakhtin parece estar confundindo duas coisas. Uma é que as ideias do autor sejam apresentadas por ele, no interior de um romance, como tão discutíveis como as de outros pensadores. A outra é que o autor esteja no mesmo plano que suas personagens. Ora, nada autoriza tal confusão, já que também é o autor que apresenta tanto suas próprias ideias quanto as das outras personagens. (...) Dostoiévski não é uma voz entre outras nos seus romances, é o criador único, privilegiado e radicalmente diferente de todas as suas personagens, uma vez que cada uma delas não é, justamente, senão uma voz, enquanto Dostoiévski é o criador dessa própria pluralidade.

Supomos que apreciações como essa possam ter por fundamento assertivas de Bakhtin (1929/1963: 5, grifos do autor) como as de que a “voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra

comum do autor [...] é como se [a voz da personagem] soasse *ao lado* da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis”.

É importante lembrar, porém, que Bakhtin vislumbra esses fenômenos na conjuntura da “*relativa* liberdade e independência da personagem e de sua voz no romance polifônico” (BAKHTIN, 1929/1963, p.52, grifos nossos). Ou seja, se há liberdade, esta é relativa, porque essa “liberdade do herói é um momento da ideia do autor” (BAKHTIN, 1929/1963, p.74). Assim, a relativa liberdade da palavra da personagem é produto do engenho do autor, é resultado de um procedimento do artista que, deliberadamente, arquiteta a voz do herói como uma voz própria, não como uma voz a serviço dos juízos do escritor.

De nosso ponto de vista, isso não significa dizer que “o autor esteja no mesmo plano que suas personagens”, como Todorov interpreta a posição de Bakhtin. Admitimos que a voz da personagem, sem deixar de ser resultado da criação do autor, pode ser concebida para trazer ao diálogo um posicionamento que não é o do autor; uma voz que pode, inclusive, materializar posição contrária a do seu criador.

Além disso, segundo Bakhtin (1929/1963, p.329, grifos do autor), Dostoiévski dispõe as vozes em um “*diálogo inconcluso*”, sem que a perspectiva do autor, do narrador ou de alguma personagem represente a última palavra, a verdade fechada. Assim, nos romances de Dostoiévski haveria certa igualdade entre as vozes, já que a nenhuma delas caberia a último posicionamento, a conclusão do diálogo. A possibilidade de se compor o romance desse modo é, contudo, contestada por estudiosos como Rosenshield (1978, p.307), que, em consonância com outros críticos, afirma que “as vozes do romance de Dostoiévski não possuem de forma alguma a mesma validade e independência”.

Essa observação de Rosenshield nos leva a crer que ele, assim com Todorov, parece entender as colocações bakhtinianas no sentido de que autor, narrador e personagem estariam no “mesmo plano”, como se não possuíssem predicados e funções diferentes no arranjo da obra. Em nosso julgamento, porém, Bakhtin não assevera um mesmo *status* para autor, narrador e personagem, mas ressalva que, no projeto de Dostoiévski, as vozes de autor, narrador e personagens teriam, na medida do possível, liberdade para se confrontarem, sem que uma se

impusesse a outra. Não pressupomos, assim, que a personagem seja independente do autor. Segundo o próprio Bakhtin (1929/1963, p.73) adverte:

Aqui cabe prevenir um possível mal-entendido. Pode parecer que a autonomia do herói contrarie o fato de ele ser representado inteiramente apenas como um momento da obra de arte e, conseqüentemente, ser, do começo ao fim, totalmente criado pelo autor. Em realidade tal contradição não existe. Afirmamos a liberdade dos heróis nos limites do plano artístico e nesse sentido ela é criada do mesmo modo que a não liberdade do herói objetificado.

Ou seja, a relativa liberdade do herói, da voz da personagem, é uma opção do autor, desenvolve-se sob sua orientação e não implica a absoluta independência do herói. Discordamos, por conseguinte, de glosas como as de Frank (1976, p.207) que considera “insustentáveis” certas colocações de Bakhtin, por entender que este teria suposto que em Dostoiévski há a “completa autonomia” de “cada personagem”. Como esperamos ter mostrado, Bakhtin não alega a “completa autonomia” do herói, mas uma “liberdade relativa” concebida “nos limites do plano artístico” do autor.

Esclarecemos, ainda que, se várias das objeções à análise de Bakhtin dizem respeito a suas formulações acerca do “romance polifônico”, mesmo em *Gente Pobre*, texto de estreia de Dostoiévski, já aparece o interesse do escritor pela autoconsciência da personagem, o que requer novos modos de relação entre autor e herói. Essas características não implicam, a nosso ver, uma renúncia à posição especial do autor no romance, nem mesmo a paridade entre criador e personagens, como preveem as críticas acima arroladas. Para nós, o autor, mantendo seu caráter particular na composição do romance, pode, sim, dar um novo tratamento “dialógico” às vozes das personagens, sem, com isso, renunciar a seu próprio ponto de vista. O caminho para a construção de nosso modo de composição do romance, cremos, inicia-se em *Gente Pobre*.

Considerações finais

Nosso objetivo neste artigo foi investigar como a literatura dostoiievskiana ecoa nas reflexões de Bakhtin. Elegendo o romance *Gente Pobre* como suporte principal de nossa análise, desenvolvemos no percurso do texto a hipótese de que o papel da palavra do herói em Dostoiévski pode ter levado: (i) alguns críticos a censurarem o estilo do escritor por confundir sua voz com a de personagens como Makar Diévuchkin; (ii) à admiração de Bakhtin pela prosa dostoiievskiana, na medida em que esta simula certas relações dialógicas tão caras ao pensador russo. Ao que nos parece, esse julgamento tão diverso explica-se por Bakhtin estar interessado em fenômenos linguísticos e literários (como o dialogismo e sua representação em uma obra) diversos daqueles que ocupavam os que julgaram que Dostoiévski escrevia mal.

Vimos ainda opiniões de estudiosos como Todorov (1984), Frank (1976) e Rosenshield (1978), segundo os quais esse apreço de Bakhtin pela literatura dostoiievskiana o teria levado a interpretações equivocadas ou extremas. Procuramos demonstrar que, a nosso ver, tais críticas têm por fundamento uma percepção bastante radical de certas colocações bakhtinianas. O intuito de ouvirmos esses julgamentos não é questionar, de acordo com a pergunta que dá título a este texto, se Bakhtin leu mal Dostoiévski no sentido simplista de que ele não soubesse ler ou teria feito uma leitura superficial da obra do romancista russo: trata-se, antes, de observar as possibilidades, mas talvez os limites das discussões bakhtinianas.

Quanto a esse ponto, gostaríamos ainda de sublinhar que não esperávamos essas (tantas) críticas à leitura que Bakhtin fez da literatura dostoiievskiana, pois estávamos mais familiarizados com os campos da Linguística e da Linguística Aplicada, espaços em que as explicações bakhtinianas são assumidas, habitualmente, de modo bastante positivo. Também na interface dos estudos linguísticos com as perspectivas educacionais notamos esse mesmo posicionamento de grande aceitação das reflexões de Bakhtin, cujas considerações são, por vezes, incorporadas às “novas” propostas de ensino, figurando inclusive nos documentos oficiais (cf. GOMES-SANTOS, 2004). Dentro desse nosso contexto, a pergunta que dá título ao trabalho soaria até como uma interrogação retórica, pois quem acreditaria que Bakhtin leu mal? Vimos, porém, que no campo dos estudos literários, essa pergunta,

parece, não apenas foi feita, mas respondida de maneiras diversas, o que pode indicar outros modos de contato com os estudos bakhtinianos.

Ressaltamos, por fim, que a discussão apresentada neste artigo é um fragmento apenas da reflexão maior que estamos empreendendo no intuito de nos aproximarmos da literatura dostoiévskiana que tanto influenciou debates do Círculo de Bakhtin. Para consecução dessa investigação mais ampla, acreditamos, será interessante também estudar outros textos de Dostoiévski, entre os quais obras de seu período “maduro”⁹. Através desse percurso esperamos assimilar de modo mais adequado conceitos bakhtinianos importantes aos nossos estudos e, possivelmente, também a muitos outros em curso no país.

Notas

* Doutorando do curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo 141428/2011-2.

ⁱ Nosso texto dialoga desde o título com o artigo “Dostoiévski escrevia mal?” (2008) da professora Fátima Bianchi, a quem agradecemos a imensa contribuição para a confecção do presente trabalho.

3 Seguimos no nosso texto a grafia Diévuchkin, mas na citação grafamos conforme propõe o tradutor: Dievuchkin.

4 Varvara Dobrosiólova é Várienska. A grafia dos nomes varia de acordo com a situação e a formalidade.

5 Makar Alieksiêivitch é o senhor Diévuchkin, seguindo a variação comentada na nota anterior.

6 As traduções variam, sendo o título da obra vertido ora como “Gente Pobre”, ora como “Pobre Gente”.

7 Obra de Dostoiévski publicada em 1869.

8 Obra de Dostoiévski publicada em 1881.

9 Muitos críticos consideram como obra “madura” de Dostoiévski a escrita após sua prisão e exílio na Sibéria, fatos ocorridos entre 1949 e 1959. Entre essas obras maduras estariam, por exemplo, os romances Crime e castigo (1866), O Idiota (1869) e Os irmãos Karamázov (1881).

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. M. (1919/1921). *Para uma filosofia do ato*. Tradução não revisada, para fins didáticos e acadêmicos, realizada por Carlos Alberto Faraco e Cristovam Tezza. [S.I.: s.n.]: [2005-2006].

- _____. (1929/1963). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 341 p. ISBN 974-85-218-0452-9.
- _____. ([1952-1953]). “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BIANCHI, F. (2008). “Dostoiévski escrevia mal?” In: *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*. USP, São Paulo, pp. 1-7. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/036/MARIA_BIANCHI>. Acesso em 5 mar. 2011.
- DOSTOIÉVSKI, F. M. (1838-1880). *Dostoiévski: correspondência 1838-1880*. Tradução de Robertson Friezo. Porto Alegre: 8Inverso, 2001. 248 p.
- _____. (1846). *Gente pobre*. Tradução, posfácio e notas de Fátima Bianchi. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- FRANK, J. (1976). *Dostoiévski: As sementes da Revolta, 1821-1849*. Tradução de Vera Viera. 2ª ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GOMES-SANTOS, S. N. 2004. *A questão do gênero no Brasil: teorização acadêmico-científica e normatização oficial*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: [s.n.].
- ROSENSHIELD, G. (1978) “Crime and punishment: the techniques of the omniscient author”. Lisse: The Peter de Ridder Press. Tradução de Priscila Nascimento Marques. In: MARQUES, Priscila Nascimento. *Polifonia e emoções: um estudo sobre a construção da subjetividade em Crime e Castigo de Dostoiévski*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura Russa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: [s.n.], 2010, 313 f.
- TODOROV, T. (1984). “Prefácio à edição francesa de ‘Estética da Criação Verbal’”. Tradução do prefácio Maria Ermantina de Almeida Padro Galvão. In: *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.xii-xxxiv

Palavras-chave: Bakhtin; Dostoiévski; Dialogismo; Gente Pobre.

Keywords: Bakhtin; Dostoyevsky; Dialogism; Poor Folk.

MATO GROSSO: DE DESCRIÇÃO A NOME - UM PERCURSO ENUNCIATIVO

Taisir Mahmudo Karim*

Universidade do Estado do Mato Grosso

***Resumo:** Este artigo apresenta uma análise enunciativa do nome Mato Grosso, considerando sua construção morfossintática, seu funcionamento semântico-enunciativo e a temporalidade de alguns acontecimentos enunciativos em que se inscreve. O autor busca mostrar o procedimento que desloca o sentido descritivo e faz emergir outro sentido, com o qual passa a significar como nome de região ainda no período do Brasil Colônia, primeira metade do século XVIII.*

***Abstract:** This article presents an enunciative analysis of the name Mato Grosso, considering its morphosyntactic construction, its semantic-enunciative functioning and the temporality of some enunciative events in which it is found. The author aims to show the procedure that takes the name out of its descriptive sense and brings out another sense as the name of a region of Brazil in the colonial period of the country, the first half of the eighteenth century.*

1. Introdução

Do ponto de vista de Guimarães (2002), uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a relação das palavras com algo que está fora delas, as coisas as quais elas se referem. No entanto, a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Para o autor só é possível pensar a relação entre uma palavra e o que ocorre, em virtude da relação desta com outra. Assim, a relação de uma expressão ou nome com as coisas no mundo, a qual ela refere, não é simplesmente um processo que objetiva etiquetar para classificar as coisas no mundo, como aparentemente se apresenta de forma única e acabada. Ao contrário dessa aparente perfeição, a relação de sentido entre palavras se constrói enunciativamente. Assim, a Semântica do Acontecimento se caracteriza pelo acontecimento histórico de enunciação, portanto, uma semântica que se fundamenta pelo acontecimento e que considera que

o estudo da significação deve ser tratado enunciativamente no funcionamento da língua.

A análise que propomos se insere no campo de estudos dos sentidos na/da linguagem, os quais procuram caracterizar os modos constitutivos das relações designativas das expressões/nomes no funcionamento de linguagem em diferentes textos e, desse modo, procuraremos mostrar os procedimentos linguísticos que permitem o movimento semântico que leva uma expressão descritiva a significar enquanto nome. Ou seja, um estudo capaz de descrever o movimento semântico, constituído no funcionamento enunciativo, que permite o deslocamento de sentidos da expressão descritiva. A análise tratará de modo pontual uma expressão descritiva que, de alguma forma, no funcionamento de linguagem, passa a significar um nome, se constitui em nome de um Estado. Ou ainda, o nome se constitui, constituindo entre outras coisas, a identidade de um povo que identifica a natureza jurídica, o modo de ser e de conviver dos sujeitos que ali nascem, diríamos, passa a significar as histórias deste povo. Especificamente, vamos analisar a expressão/nome *Mato Grosso* que designa um Estado da federação brasileira.

Para tanto, nos importa inicialmente observar a posição de Rancière (1994)¹, quando caracteriza, de modo particular em *Os nomes da História*, a questão dos nomes. O autor considera que as palavras da história são nomes e que estes não classificam, eles identificam. Esta posição é muito importante para nossa reflexão, por entendermos que, nessa perspectiva, um nome ao significar acaba por construir uma identidade a partir das relações sócio-históricas nas quais o nome, expressão/nome, se constitui enquanto nome no acontecimento.

Para tratar do movimento semântico que desloca o sentido descritivo da expressão/nome *Mato Grosso*, tomamos como entrada, para este estudo, o Período Político do Brasil Colônia no século XVIII. Esse período apresenta, como agenda do colonizador, a política de interiorização das bandeiras, adentrando, descobrindo e explorando o interior central da América do Sul na busca das minas e nativos, acontecimentos que permitem aos colonizadores portugueses construir novos caminhos que irão interligar a Colônia de norte ao sul, leste ao oeste. O período é marcado pelo processo de urbanização do interior da Colônia, acontecimento que fortalecerá a nova economia

pungente na Colônia com a descoberta do novo, o ouro, principalmente pelo excesso do metal encontrado em diversas regiões desse sertão.

Esse período nos permite mostrar como a descoberta do novo redefine as práticas sociais na Colônia, em especial, políticas e econômicas. Esses acontecimentos implicam na mudança das práticas sociais dos sujeitos-colonizadores. Isso nos leva a observar movimentos que deslocam sentidos que resignificam as capitânicas de até então, deslocamentos que fazem emergir novos sentidos para a Colônia como, por exemplos, os que significam a relação do sujeito à riqueza fácil, os que instituem o espaço fundador das vilas, a ocupação urbanizada do sertão central da Colônia, e com os quais se redesenham o imaginário de uma nova fronteira luso-espanhola na Colônia, diferente daquelas acordadas através de tratados entre portugueses e espanhóis². São sentidos que constroem outra narrativa geopolítica territorial da região, conquistada estrategicamente pelos sujeitos-bandeirantes, são sentidos que produzem efeitos que fazem a expressão descritiva *mato grosso* semantizar a região litigiosa enquanto parte do território da Colônia lusitana.

Para tratar da questão que levantamos, vamos analisar, de um lado, o funcionamento morfossintático da expressão *mato grosso*, de outro, o funcionamento semântico enunciativo e sua temporalidade do acontecimento, considerando o modo como se dá o agenciamento das figuras de enunciação presentes no jogo da cena enunciativa³ do acontecimento em análise, ou como essas figuras enunciativas – Locutor/Alocutário, locutor-x/alocutário e o enunciador, são representadas na cena (a Carta Régia de 09 de maio de 1748, abaixo). Também é preciso diferenciar e especificar o que vem a ser designação e referência, para nós a designação é aquilo que o nome significa no acontecimento, conforme Guimarães (2002, 2007), é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real, ou melhor dizendo, enquanto uma relação linguística tomada na história. A designação é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo e, portanto, ela é instável, embora funcione sob o efeito da estabilidade.

Já em relação à referência, ela é compreendida, segundo Guimarães (2002, p.9) como a “particularização de algo, em certas condições”, enquanto que a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem. Segundo o autor (idem, p.42):

A capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem uma expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado.

Assim, nesta análise, consideramos que a unidade de análise é o acontecimento enunciativo em que a expressão/nome ocorre. Por outro lado, o enunciado se caracteriza por integrar um texto. E isso tem um significado particularmente forte, na medida em que o texto é uma unidade de significação integrada por enunciados não necessariamente seguindo uma ordem segmental.

2. Dos registros *Mato Grosso*: o movimento que desloca a descrição.

Começamos a nossa análise com um relato sintético do acontecimento em que se dá da expressão/nome *Mato Grosso*. Essa expressão/nome aparece enquanto sentido de uma região do sertão do Brasil Colônia em meados da década de trinta do século XVIII. O uso primeiro dessa expressão se dá como uma descrição do local, e, ao ser enunciada, mobiliza sentidos que a fazem funcionar como a expressão capaz de significar ao apreender e descrever o local no qual os desbravadores, sujeitos-bandeirantes, tiveram seu primeiro contato. Essa narrativa poderia ser assim contada: desbravadores, ao avançarem suas bandeiras rumo ao sertão central à procura de novas minas, se depararam com uma mata fechada, e, quanto mais avançavam, mais densa a mata se encontrava. A partir desse primeiro contato, os sujeitos-bandeirantes referem o lugar de “mato grosso” – a expressão linguística usada para descrever e caracterizar a vegetação encontrada no local. Essa expressão/nome descritiva se dá pelo processo metonímico, que diz do tipo de vegetação que ali predominava. Expressão/nome que carrega como essência semântica, regulada pelos dicionários, o sentido institucionalizado capaz de descrever o lugar encontrado.

Começamos por dizer que essa aparente relação nome/coisa, na qual a linguagem se mostra como capaz de representar, descrever algo no mundo, não é suficiente para explicar o funcionamento semântico-linguístico de um acontecimento de nomeação, muito menos é capaz de responder o porquê e como uma palavra ou expressão se torna nome e significa como tal. Uma análise enunciativa mais detalhada poderá desfazer essa aparente relação e nos permite considerar outro caminho para dizer dessa questão. Dar nome às coisas no mundo não se reduz a uma simples ação do indivíduo numa dada situação, como aparentemente possa se mostrar, conforme o nosso relato acima. Não se reduz a essa mera relação situacional e comparativa. Isto porque os sentidos de um nome são construídos e se constituem historicamente na enunciação. O acontecimento de nomeação produz o efeito que passa a significar o referido, a dar existência histórica àquilo que foi nomeado. Essa tomada de posição nos leva a considerar a nomeação como um acontecimento do dizer no qual se dá na relação do sujeito com a língua, tomados na história.

Apresentamos abaixo três fragmentos enunciativos retirados de textos escritos por cronistas e historiadores em momentos distintos da história do Brasil. Esses fragmentos nos apresentam pistas que indicam o modo pelo qual os enunciados trazem a expressão/nome que primeiro descreve o local e depois passa a ser o nome da região:

1) [...] **toparam com matos virgens de arvoredado muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo, o foram appellidando Mato-Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquelle distrito.** (FONSECA, 1780, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo XXIX, p. 354, 1866. (Grifo nosso – Brasil Colônia)

2) Em 1734 transpuzeram a serra e na região dos Parecis affloraram novas minas. **Grandes florestas encontradas ali são a origem do nome de Mato-Grosso.** (ABREU, 1907, p.142). (Grifo nosso – Brasil República)

3) [...] **deram com uma mata virgem, espessa, formada de grossas e altas árvores. Andaram por essa mata quase**

impenetrável [...] Em face do mato espesso que atravessaram, impressionados com a altura e o porte das árvores, o emaranhado da vegetação secundária que dificultava a penetração, a exuberância da floresta, denominaram a região de Mato Grosso. (SILVA, 2000, p.34). (Grifo nosso – Brasil Nova República)

Estes fragmentos funcionam como narrativas que relatam o acontecimento que leva à nomeação do local, inicialmente a expressão *mato grosso* tem a ver com a descrição do que ali se encontrava, mais especificamente com a descrição do tipo de vegetação encontrada no lugar. Assim, poderíamos dizer que a característica da mata sugere a motivação do uso da expressão para descrever o local como tal. Analisando morfossintaticamente a expressão nome, podemos dizer que a expressão *mato grosso*, formada pelo processo de composição a partir da palavra – **mato** (substantivo) – vegetação que tem como características plantas não cultivadas, floresta, bosque – associada à palavra - **grosso** (adjetivo) – espesso, denso, grande, maior – formando a palavra composta **mato grosso** que descreve de forma abreviada aquilo que fora encontrado na região – a vegetação com a mata densa. Assim, temos a expressão construída pela formação de união binária, dois sintagmas ligados por justaposição, cujo funcionamento produz o efeito de unidade sintagmática: o mato grosso⁴.

Desse modo, pode-se dizer que a expressão *mato grosso*, como se observou nos fragmentos enunciativos 1, 2 e 3, inicialmente diz da descrição do local encontrado, não é o nome do lugar, é apenas o modo de dizer e referir aquilo que se encontra na região. No primeiro “virgens de arvoredo muito **elevado e corpulento**, recorte 1, os adjetivos negritados predicam *mato grosso*; no recorte 2: **Grandes florestas**, o adjetivo “grandes” determina *mato grosso*, e no recorte 3: “mata **virgem, espessa**, formada de **grossas e altas** árvores... quase **impenetrável... espesso**”, os termos grifados predicam *mato grosso*, a característica da mata existente na região. Observa-se que a expressão descritiva se dá pela relação da representação semântica entre os sintagmas nominais constitutivos da expressão com aquilo que eles passam a referir, a vegetação predominante do lugar, essa construção ocorre por um processo metonímico, que diz do tipo de vegetação que

ali predominava. Expressão que a partir de sua junção semântica passa a produzir o sentido que permite representar a vegetação do lugar. Essa aparente representação se deve ao fato de se atribuir os sentidos às palavras *mato* e *grosso* quando do uso do instrumento regulador de conceitos dos léxicos da língua, o dicionário.

Assim, é então preciso dizer como a expressão *mato grosso*, que inicialmente procura descrever o lugar encontrado, que apresentava como característica do local a vegetação de mata densa, se constituiu como nome da região.

Como vimos nos recortes acima, a expressão *mato grosso*, inicialmente, no seu funcionamento enunciativo semantiza a função descritiva que determina o lugar, isto é, a expressão procura descrever a característica da vegetação encontrada na região pelos bandeirantes; essa expressão, portanto, não significa enquanto nome do local, ela se apresenta como se fosse a tradução linguística daquilo que fora encontrado (a vegetação de mata densa). Nos fragmentos enunciativos 1, 2 e 3, os discursos relatados nos indicam que houve um movimento semântico da expressão descritiva que dá passagem à expressão para que possa significar enquanto nome da região, essa passagem é construída pelas relações enunciativas que integram o texto⁵ constituído com a expressão *mato grosso* que inicialmente descreve o local, e que no seu funcionamento o movimento semântico desloca o sentido que caracteriza a descrição do local. Esse próprio movimento faz emergir outro relevo semântico, a expressão descritiva também passa a significar um nome, o nome da região *de Mato Grosso*. Como se pode observar, há uma diferença de sentidos que se instala nos enunciados *ali havia um mato grosso* e *a região é o Mato Grosso*. No primeiro, o efeito de sentido semantiza a expressão como descrição da vegetação existente no local, já no segundo enunciado, produz o efeito que semantiza a expressão como o nome da região. Essa polissemia constitutiva do funcionamento da expressão/nome *mato grosso*, só é possível a partir do acontecimento que desloca os sentidos que constitui a expressão descritiva enquanto nome da região a partir de suas relações designativas que se estabelecem nos textos em que aparece. O nome *Mato Grosso* só pode ser nome porque no funcionamento enunciativo constrói relações designativas que o faz distanciar da expressão que descreve o local.

Pode-se observar nas narrativas dos fragmentos enunciativos, enunciados que trazem a expressão *mato grosso* como o nome da região. No primeiro temos “...o foram appellidando Mato-Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquele distrito”, já no segundo a indicação de nomeação aparece assim “...Grandes florestas encontradas ali são a origem do nome de Mato-Grosso” e, no terceiro temos “...denominaram a região de Mato Grosso”. Trazemos agora como se dá a temporalidade do acontecimento nestes fragmentos. A configuração da temporalidade instalada nos enunciados que diz da expressão enquanto nome da região traz como memorável a narrativa fundante do encontro dos bandeirantes com o local, o nome faz parte do passado que narra o primeiro contato dos sujeitos-bandeirantes com o local. Ou seja, o nome se dá pelo processo de reescrituração por repetição da expressão usada para descrever o local durante seu primeiro contato, esse procedimento de reescrituração da expressão descritiva acaba por instalar o movimento polissêmico próprio da reescritura. Assim, no funcionamento designativo, *mato grosso* que inicialmente significava a descrição do local, passa a designar o apelido da região, esse deslocamento semântico mobiliza a passagem que deriva a expressão enquanto nome da região, o *Mato Grosso*.

Mas, ainda é preciso mostrar e considerar o acontecimento que legitimou e institucionalizou *Mato Grosso* enquanto nome, ou seja, é preciso observar e dizer do acontecimento enunciativo que produz o movimento que desloca o sentido descritivo da expressão *mato grosso* e faz com que signifique no seu funcionamento, o nome oficial da região, A região do *Mato Grosso*. Poderíamos responder a esta questão trazendo Bosredon (1999) para explicitar o dilema levantado, para quem

os odônimos são, com efeito, fixados por um ato (para nós acontecimento de nomeação) de batismo comunitário ou institucional, frequentemente reiterado, segundo as vicissitudes da história (idem, 1999, p.11).

Ou seja, o funcionamento desse modo de fixar a nomeação por reiteração, e aqui trago novamente o procedimento de reescrituração por repetição – o modo de redizer o dito, considerando o movimento

polissêmico próprio da reescritura para referir o local com a expressão que lhe foi atribuída, a partir do acontecimento primeiro que descreve a região, constrói o efeito de sentido que produz o caráter de univocidade de um nome próprio e de sua significação de referir o local.

No entanto, ainda nos falta observar outro modo do funcionamento linguístico para a questão, o da caracterização do agenciamento enunciativo⁶ na cena enunciativa do acontecimento. Isto é, para dizermos desse deslocamento é preciso dizer em que cena enunciativa essa passagem se dá e como as figuras enunciativas são agenciadas. Para dizer sobre isso, tomamos para a análise o documento oficial da criação da Capitania das Minas do Cuyabá e do *Mato Grosso*, isto é, a Carta Régia, de 9 de maio de 1748, que ordena a criação de mais dois novos governos na Colônia e na qual o rei de Portugal faz referência à nomeação dessas capitanias. A carta diz o seguinte:

4) D. João, por graça de Deus, Rey de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, etc. **Faço saber a vós**, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, **que por resolutos se criem de novo dois governos, um nas Minas de Goiás, outro nas de Cuiabá**, e considerar ser desnecessário que haja mais em S. Paulo Governador com patente de General, **razão por que mando** que D. Luiz de Mascarenhas se recolha para o Reino na primeira frota. **Hei por bem por resolução do presente mês e ano**, em consulta do meu Conselho Ultramarino, cometer-vos a administração interina dos ditos dois novos Governos, enquanto não sou servido nomear governadores para eles, **a qual administração vos ordeno exerciteis** debaixo da mesma homenagem me destes pelo Governo que ocupais, e por ser conveniente que as duas Comarcas de S. Paulo e Paranaçuá, que medeiam e são mais vizinhos a esta Capitania do Rio de Janeiro dependam desta; sou servido que o Governador da praça de Santos administre todo o militar das ditas duas Comarcas, **ficando subalterno** dessa Capitania do Rio de Janeiro, como estava antes que se criasse o Governo de São Paulo, e como estão os Governadores da ilha de S. Catarina, do Rio Grande, de São Pedro e da Colônia, e os confins do mesmo Governo subalterno de Santos, serão para parte do Norte por onde partem os

Governadores dessa mesma Capitania do Rio de Janeiro, e S. Paulo, e para a parte do Sul, por onde parte o mesmo Governo de S. Paulo, como o da Ilha de S. Catarina, e no interior do sertão, pelo Rio Grande, e pelo Rio Sapucaí, ou por onde vos parecer; e se vos avisa a que os confins do Governo de Goiás hão de ser da parte do Leste, por onde hoje partem os governos de S. Paulo, e de Minas Gerais, e da parte do Norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de S. Paulo com os de Pernambuco e Maranhão **e os confins do Governo de Mato-Grosso e Cuiabá**, hão de ser para a parte de S. Paulo pelo dito Rio Grande e pelo que respeita a sua confrontação com os Governos de Goiás e do Estado de Maranhão, visto a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, **tenho determinado se ordene a cada um dos novos Governadores**, e também ao do Maranhão, informem por onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão. El-Rey Nosso Senhor o mandou pelo Dr. Rafael Pires Pardiniho e Tomé Joaquim da Costa Corte-Real, Conselheiros do meu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias: Pedro José Corrêa, a fez em Lisboa, a 9 de maio de 1748. O Secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre, a fez escrever Rafael Pires Pardiniho Tomé Joaquim da Costa Corte-Real. (Carta Régia de 9 de maio de 1748, In: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Capitães-Generais de Mato Grosso – Carta Régia de 09-05-1748 cria Capitania de Mato Grosso, 1973, p. 11/12/13). (Grifo nosso)

Este acontecimento de criação e nomeação da Capitania traz em sua cena enunciativa o lugar social da Monarquia, o Locutor responsável pelo dizer é identificado como o lugar social do locutor-secretário da realza, que reproduz o dizer do Rei, assim o Rei ao ser relatado se torna o Locutor que ao enunciar enuncia do lugar social constituído pelo locutor-rei, ou seja, fala do lugar daquele que pode criar e nomear a Capitania, que diz da perspectiva de um enunciador-universal, assimilando o lugar jurídico-administrativo do Estado português. Desse modo, temos uma cena que se configura sob os seguintes aspectos: o locutor-rei fala para seu alocutário-governador e capitão general-do-Rio de Janeiro, o qual representa os subalternos da Coroa lusitana na

Colônia, os alocutários-subalternos inclusive o governador e capitão general. Esse acontecimento enunciativo, como se observa, é atravessado por enunciados que trazem marcas que indicam a força da imposição do dizer do Rei, essas marcas imperativas aparecem espalhadas por todo o texto como enunciados determinativos que define a força ilocucionária impositiva do lugar da Coroa Portuguesa, conforme destaques na Carta Régia. O lugar da força performativa do acontecimento que institucionaliza a expressão como nome da região se dá assim, do lugar social do Rei de Portugal, que é regulada pelo funcionamento político do regime monárquico, constitutivo das relações sociais e de poder, como se pode observar: **Faço saber a vós; que por resolutos se criem de novo dois governos; razão por que mando; a qual administração vos ordeno exerciteis; tenho determinado; e os confins do Governo de Mato-Grosso e Cuiabá, hão de ser para a parte....** O modo específico de enunciar que essa cena traz no seu funcionamento de linguagem garante o fundamento que sustenta a performatividade deste acontecimento.

Assim, esse acontecimento de dizer, tomado pela temporalidade própria que o constitui, traz em sua relação, no presente, acontecimentos passados que no seu funcionamento projeta sua latência de futuro; o funcionamento da temporalidade, próprio do acontecimento, o qual possibilita novos dizeres, enunciados outros passam a ser possíveis, como se pode observar nos fragmentos enunciativos 1, 2 e 3.

O Locutor que enuncia precisa estar predicado pelo lugar social do locutor-x para dizer o que diz, assim, procuramos mostrar em nossa análise que dizer *Mato Grosso* enquanto nome institucionalizado de uma região, o L precisa ocupar um lugar social de locutor-x autorizado a dizer o que diz. Voltemos à análise da cena enunciativa na qual esse acontecimento se deu. O agenciamento de enunciação dessa cena apresenta o Locutor que enuncia diz do lugar social do locutor-secretário tomado pelo lugar social do locutor-rei – o qual fala do lugar de dizer do enunciador-universal (a perspectiva do jurídico-administrativo da monarquia, o lugar que determina o que fazer e que se deve cumprir) que fala a seus alocutários-subalternos (lugar daqueles que fazem cumprir o que fora determinado). Essa especificidade do modo de agenciamento enunciativo na cena da Carta Régia acaba por construir a passagem semântica que desloca o sentido da expressão

descritiva, assim a expressão mato grosso passa a significar o nome da região, a capitania de Mato Grosso.

Temos assim, como representação da cena enunciativa da Carta Régia, a seguinte configuração:

L que diz do lugar social do locutor-secretário que representa o dizer do locutor-rei, este introduz a perspectiva do enunciador-universal que assimila o lugar jurídico-administrativo do Estado e determina a criação e nomeação da Capitania para seus alocutários-subalternos da Colônia portuguesa. Isto é, L = locutor-secretário = locutor-rei = Enu-universal que ordena X para os alocutários-subalternos na Colônia.

Considerações finais

As análises do funcionamento enunciativo da expressão/nome mato grosso a partir dos fragmentos que tomamos como materialidade linguística nos mostram o movimento semântico dessa expressão/nome, ou seja, esse funcionamento nos traz o deslocamento de sentido da expressão que descreve algo (o lugar), esse deslocamento produz o efeito que faz com que a expressão descritiva passe a significar o nome do lugar o *Mato Grosso*. Pode-se observar na análise morfossintática o processo constitutivo da expressão. A expressão é construída pelo processo binário de justaposição *mato + grosso*, esse processo produz o efeito de unidade sintagmática que acaba por construir sentidos que passam a significar o lugar a partir do acontecimento no qual a expressão procura descrever a região encontrada, assim, *mato grosso* não é um nome e sim uma descrição do local. Já no funcionamento enunciativo dos acontecimentos que trazem a expressão/nome, a designação nominativa da expressão vai sendo construída pelas relações enunciativas, próprias da linguagem, assim, no funcionamento enunciativo da linguagem, gradativamente vai se silenciando o sentido de caráter descritivo da expressão isto é, o sentido que procurava descrever o lugar vai se distanciando para abrir espaço para o sentido que semantiza *Mato Grosso* enquanto o nome do lugar.

Por outro lado, o movimento semântico que desloca a expressão descritiva e que a faz significar enquanto nome se dá a partir do modo específico de agenciamento das figuras enunciativas na cena do acontecimento da Carta Régia que passa a nomear o lugar. As análises apontam as marcas imperativas que aparecem espalhadas por todo o

texto como enunciados determinativos que define a força ilocucionária impositiva do lugar da Coroa Portuguesa, estas indicam o Locutor que diz do lugar social do Rei, o qual garante a performatividade que dá legitimidade ao acontecimento que nomeia a região de *Mato Grosso*. Nesse sentido, esse conjunto específico de procedimentos de linguagem constitutivo do funcionamento enunciativo faz com que a expressão descritiva passe também a semantizar o nome da região do Mato Grosso. É interessante observarmos, ainda, que o acontecimento que nomeia a região dá passagem ao político constituído pelo dizer que consolida a região litigiosa parte do território da Colônia lusitana, outro aspecto que se deve considerar nesse acontecimento de nomeação além de significar a história do lugar é de que o nome passa também a determinar a identidade sociocultural dos que ali nascem, os mato-grossenses.

Notas

* Professor Doutor em Linguística do Departamento de Letras UNEMAT/Cáceres, coordenador do Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem – CEPEL, coordenador do Projeto de Pesquisa Estudo da Significação: Nomes Próprios.

¹ Rancière (1994) em *O Excesso das Palavras - Os Nomes da História - Um Ensaio de Poética do Saber*.

² Ver Mendes Araújo (2001) “O Discurso de Constituição da Fronteira de Mato Grosso”. In: *Fronteira - memória e linguagem*. Editora Pontes/UNEMAT.

³ Sobre cena enunciativa ver Guimarães (2002) em *A Cena Enunciativa*.

⁴ Ver Bosredon (1999) em: “Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes”. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, nº03. Campinas: Pontes.

⁵ Guimarães (2011, p.19), em *Análise de texto. Procedimento, Análise, Ensino*.

⁶ Ver Guimarães (2010) em: “Dois modos de dizer Eu”. In: Orlandi, E. *Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG.

Referências Bibliográficas

- ABREU, J. C. de. (1907). *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Morosco & C.
- BOSREDON, B. (1999). “Modos de ver, Modos de dizer: titulação da pintura e discursividade”. In: *Revista Rua*, nº 05, Labeurb, Unicamp.

- _____. “Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes”. (1999). In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n°03. Campinas: Pontes.
- CARTA Patente de 25 de setembro de 1748. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Tomo CXLVI – ano LXX, 1998.
- CARTA Régia de 09 de maio de 1748. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Gráfica Olímpica Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1973.
- FONSECA, J. G. da. (1886). Notícia da Situação de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: Livreiro Editor.
- GUIMARÃES, E. (1987). *Texto e argumentação. Um estudo de conjunções do Português*. Campinas: Pontes.
- _____. (1995). *Os Limites dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____. (2003). “A Marca do Nome”. In: *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI*. N. 9.
- _____. (2010). “Dois modos de dizer Eu”. In: ORLANDI, E. *Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG.
- _____. (2011). *Análise de textos: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG.
- KARIM, T. M. (1997). “Em se falando de Igrejas”. In: DA SILVA, Denise E. Garcia. (Org.) *Papéis Revista de Letras*, vol. 07. A Universidade.
- _____. (2003). “Dois nomes dois destinos”. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes.
- MENDES ARAÚJO, O. M. C. (2001). “O discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso”. In: *Fronteira, Memória e Linguagem*. Campinas: Pontes/Unemat.
- RANCIÈRE, J. (1994). *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Campinas: Pontes.

Palavras chave: nome e nomeação; significação; Mato Grosso

Keywords: name and naming; meaning; Mato Grosso

SOBRE O (NÃO) DESLOCAMENTO DOS SENTIDOS DA DIFERENÇA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Eliana Lucia Ferreira

UFJF

Juliana Santana Cavallari

Univás

Resumo: *Este artigo tem como objetivo compreender os sentidos da diferença na construção de práticas inclusivas, pela análise de trechos de documentos oficiais que definem os direitos da pessoa com deficiência e regulam e normatizam a educação inclusiva. De uma perspectiva discursiva, as autoras destacam nos documentos a individuação do sujeito dito especial e de seus direitos, o que o inscreve em uma formação discursiva que o identifica ao diferente e à deficiência.*

Abstract: *Through the analysis of excerpts from official documents that define the rights of people with disabilities and regulate and normalize inclusive education, this article aims to give visibility to the senses of difference in the building of inclusive practices. From a discursive perspective, the authors highlight the individuation of the subject taken as 'special' and of his rights, a movement that inscribes him in a discursive formation that identifies him as different and disabled.*

Introdução

Nosso objetivo, no presente estudo, é mostrar o deslocamento dos sentidos da *diferença* e a forma sujeito dispostos na construção de práticas inclusivas, sobretudo na educação regular e formal, a partir da análise de trechos de documentos oficiais que regulam e normatizam a educação inclusiva. Propomo-nos a analisar como as práticas sociais que visam à inclusão funcionam e significam, tendo em vista que as práticas sociais são práticas significativas, pois o homem é um ser histórico e simbólico (ORLANDI, 2013). “Sendo a linguagem a

mediação necessária entre os sujeitos e a realidade natural e social” (*op.cit.*, p.6), faz-se necessário observarmos como a linguagem é posta em funcionamento e significa nos recortes aqui analisados, produzindo um efeito de verdade sobre a inclusão e sobre a diferença.

Para pensarmos o sujeito e o sentido, nos colocamos a pensar a questão da forma material, considerada como forma encarnada e significada na/pela história via simbólico. Não se trata de uma forma abstrata ou empírica, mas sim da forma pela qual os sentidos se constituem, à medida que o sujeito significa e se (re)significa. Orlandi (1988) enfatiza que nem a forma/conteúdo e nem o sujeito/sentido, estão separados – eles se constituem ao mesmo tempo – tendo em vista que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, para a Análise de Discurso de linha francesa (AD). Em suma, sujeitos e sentidos se constituem mutuamente via simbólico, afetados pela história.

Sabemos que o sujeito não é origem dos sentidos que produz e nem possui o controle absoluto sobre os sentidos que seu dizer evoca e produz no outro, já que todo e qualquer sujeito de linguagem está sempre atravessado pelo social, isto é, pelas condições de produção de seu enunciado e pela ideologia, além de ser afetado pelas formações imaginárias que permitem a antecipação de determinados sentidos já-ditos ou estabilizados. Vale ressaltar que, quando estamos pensando na questão dos discursos sobre a diferença, estamos interessadas em perceber como os sentidos estão sendo constituídos nos/pelos documentos oficiais ou nas políticas públicas do Estado que tem o poder de construir um saber sobre o sujeito que é posto e nomeado pela diferença. Mais especificamente, *queremos identificar como este sujeito (sujeito social, sujeito histórico) está sendo individuado pelo Estado, através do discurso da inclusão e de práticas inclusivas que produzem identificações no sujeito dito especial e em situação de inclusão escolar.*

Para contemplarmos nossos objetivos, tomamos como material de análise trechos dos documentos oficiais que versam sobre os direitos da pessoa com deficiência, além de trechos da política nacional da educação inclusiva. Tais documentos nos permitem entrever o modo como a diferença e o diferente são representados e o lugar dado a eles no discurso oficial sobre a educação inclusiva. Do ponto de vista

teórico-metodológico, este estudo se ancora nos pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa (AD).

Contextualizando a forte presença do discurso da inclusão na contemporaneidade, a partir do século XX, a sociedade passou a ser mais sensível aos problemas das pessoas com deficiência. Leis e políticas sociais e públicas foram estabelecidas para preconizar uma sociedade mais inclusiva. A partir dessas ações, buscou-se instituir outros sentidos para os sujeitos e para a sociedade, possibilitando uma nova compreensão sobre as diferenças educacionais, corporais e, conseqüentemente, sociais.

O estudo de Bolonhini e Costa (2011, p.91) sobre a questão do ensino de surdos e sua relação com o bilinguismo, no Brasil, sugere que “as leis apontam o caminho de deslocamentos, de questões que tiveram de ser pensadas após a consideração da LIBRAS como parte da formação discursiva do sujeito surdo”. Trazendo essas afirmações para as novas leis e políticas públicas que versam sobre a inclusão, de modo geral, podemos afirmar que alguns deslocamentos no modo de ver e de representar a diferença já se instituíram, embora o ideal de inclusão preconizado nesses documentos ainda esteja longe de ser alcançado. Essas leis, segundo as referidas autoras, nos permitem perceber a historicidade das leis atuais e o caminho que elas apontam em relação à inclusão e às propostas e leis anteriores.

Sabemos que o entendimento da diferença não abarca a totalidade das contingências sociais e das várias facetas da inclusão, tampouco fornece um esquema estruturador da relação que se pretende inclusiva e significativa, mas apresenta elementos, por vezes equívocos e contraditórios, para refletir sobre os sentidos que a inclusão adquire e que são sócio-historicamente compartilhados. Para evocar e compreender como os sentidos acerca da inclusão produzem efeito de verdade ou de evidência, faz-se necessário abordar as representações acerca do sujeito em situação de inclusão, a partir do espaço e lugar social que ocupa, sobretudo na escola regular.

Uma maneira interessante de pensar os deslocamentos dos sentidos acerca da diferença é no espaço escolar, através do funcionamento de práticas, juridicamente instituídas, que se pretendem inclusivas. A escola, de modo geral, é um espaço simbólico que tem as suas particularidades, pois no ambiente escolar podemos pensar em sujeitos sociais e históricos que se colocam e se instituem no contraponto entre

diferenças e igualdades. Vê-se presente, neste espaço, dois sujeitos: um que está dentro do funcionamento dos espaços sociais e para os quais a instituição é pensada ou idealizada, e o outro que está fora desse espaço e que, ao ser afetado pela ideologia da normalidade, é tomado como objeto do saber do outro que possui seu poder-saber historicamente legitimado sobre a diferença e aparente ‘anormalidade’ marcada no corpo do outro. É nesta relação contraditória entre normalidade e anormalidade que vamos ater algumas de nossas considerações.

Identidade e identificação

Segundo as concepções de identidade e de identificação que direcionam este estudo, a identidade é sempre imaginária, já que põe em funcionamento as imagens que o sujeito faz de si mesmo e que, inevitavelmente, evocam as imagens do outro sobre si; imagens essas discursivamente construídas e materializadas. Assim sendo, as representações identitárias, sustenta Costa (2001), possibilitam ao sujeito reconhecer-se, através do que é discursivamente construído como um contorno imaginariamente consistente para “si mesmo”.

Hall (2000) enfatiza que as identidades são construídas por meio da diferença, ou seja, por meio da relação com o Outro (linguagem, cultura, exterioridade), da relação com aquilo que não é ou aquilo que falta. O autor (*op.cit*, p.118) utiliza o termo identidade

para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar.

Valendo-nos da citação acima, podemos afirmar que é por meio de práticas discursivas que se constroem identidades que se diferenciam das demais, lembrando que o sujeito se reconhece em múltiplas identidades, conforme a posição discursiva que ocupa. Entendemos, a partir da leitura de Hall (2000, p.108), que “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. Vale ressaltar que, para a noção de identidade que adotamos, a diferença é constitutiva de toda e qualquer

posição e prática discursiva, além de ser necessária para construção de uma imagem de identidade que se apresenta como idêntica a si mesma, justamente por ser diferente das demais. Assim sendo, é mais fácil capturarmos o que somos a partir do que dizemos e imaginamos não ser.

As identificações, por sua vez, são necessárias para construir “pertencas”, isto é, para situar o sujeito no mundo e nas relações sociais. As múltiplas identificações – resultantes de traços e já-ditos que já foram incorporados pelo sujeito – ao mesmo tempo em que determinam o seu lugar social, também (des)estabilizam sua identidade, justamente por serem múltiplas e transitórias as identificações. Por este viés, Hall (2000, p.62) afirma que “as identificações são os mecanismos pelos quais são construídas as identidades que, fragmentadas, estão em constante movimento”. Portanto, podemos dizer que as identificações desestabilizam o sujeito ao invés de estabilizá-lo: são a sedimentação de nós e dos “nós” na constituição de qualquer Eu.

Dentro da perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, é significativo compreendermos como as formas de assujeitamento, de interpelação e de individuação do sujeito, segundo Orlandi (2014), funcionam na construção da identidade que, por sua vez, resulta de processos de identificação.

Para o analista de discurso, “o processo de constituição do sujeito se dá pela *interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia*” (ORLANDI, 2014, p.5). Nas palavras da referida autora, que se ancora nos postulados pecheutianos,

não há sujeito sem ideologia; o que pode haver são novas formas de assujeitamento produzidas pelo sistema capitalista, em diferentes processos de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, mantida sua forma sujeito histórica, a do capitalismo.

Parece-nos produtivo, para o desenvolvimento da análise que se segue, problematizarmos de que modo o poder (aqui representado pelo poder dos documentos oficiais e das políticas públicas de inclusão) atua na formação social e nas relações estabelecidas na instituição escolar. Orlandi (2014) nos esclarece que o poder depende da maneira como a ideologia funciona nos indivíduos ideologicamente interpelados em sujeito. Em nossa formação social, acrescenta a autora, o que temos são

relações de poder constituídas pela inscrição em formações discursivas, pela ideologia. Daí a importância de observarmos qual é o efeito ideológico e de verdade produzido nos/pelos documentos analisados, a partir da(s) formaçõ(es) discursiva(s) nas quais se inserem e dos interdiscursos que evocam.

Sobre a individuação do sujeito “ela é, por assim dizer, um pré-requisito no processo de identificação do sujeito” (ORLANDI, 2014, p.8). Uma vez constituído em sua forma histórica, a do capitalismo, com seus direitos e deveres sustentados no jurídico, temos a individuação do sujeito pelo Estado. Com base na mesma autora, é o sujeito individuado (sujeito *a*, para se tornar sujeito *de*) que se inscreve em uma ou outra formação discursiva, ao identificar-se, pela via do esquecimento e na ilusão de controle, com este ou aquele sentido, assumindo uma posição sujeito na formação social. Esta posição sujeito social deriva dos modos de individuação do sujeito pelo Estado, por meio das instituições que disseminam e ratificam certos discursos sócio-historicamente legitimados. Partindo das considerações arroladas, é possível afirmar que *assujeitamento*, *individuação* e *identificação* se articulam mutuamente. Retomando Orlandi (2014, p.9), “(...) Estas posições-sujeito se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação, com uma ou outra formação discursiva, com um ou outro sentido, a partir do modo como o sujeito é individuado e identifica-se”.

Interessa-nos, neste estudo, observar de que modo o sujeito dito especial é individuado na instituição escolar, com base nos documentos oficiais que representam e disseminam a voz do Estado, produzindo processos de identificação nos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, sobretudo nos professores que se assujeitam e tentam fazer valer a proposta de educação inclusiva e dos alunos que são ditos especiais, por apresentarem a diferença e/ou a deficiência marcada no corpo. O que se mostra, embora de maneira velada, no espaço escolar, é a maneira como o Estado individua o sujeito representado como diferente e/ou deficiente. Faz-se presente, então, um indivíduo não só interpelado em sujeito, mas um sujeito em constante processo, afetado e produzido pela instituição e pelas discursividades que esta instituição põe em funcionamento e que significam ao evocar já-ditos sobre a inclusão, bem como representações imaginárias acerca do diferente e da deficiência. Desse modo, os sujeitos e os sentidos se constituem no mecanismo de interpelação ideológica, determinado

historicamente. No caso da proposta de educação inclusiva, destaca-se, sobretudo nos documentos oficiais, a individuação do sujeito dito especial e de seus direitos, inscrevendo-o em uma formação discursiva que o identifica ao diferente e à deficiência.

Sobre a diferença nas políticas públicas de inclusão

É notório que o processo de inclusão vem (des)estabilizando alguns sentidos, ao mesmo tempo em que convocam novos efeitos de sentido. Uma das marcas apresentadas pela diferença social, sobretudo no espaço escolar, é constituída pelos sentidos formulados e evocados a partir do lugar da impossibilidade, que se materializa pela coisificação corporal e/ou pela deficiência marcada no corpo e que aponta para a falta que o sujeito carrega: falta de audição, falta de visão, falta de capacidade intelectual, dentre outras. Vê-se, portanto, que o sujeito não é considerado em sua totalidade, mas sim a partir do que aparentemente lhe falta. Tem-se, portanto, um efeito metonímico de sujeito, já que parte de seu corpo deficiente é tomado pelo todo de sua identidade ou de seu ser sujeito no mundo. Nesse prisma, Bolonhini e Costa (2011, p.99) salientam que a posição sujeito deficiente (no caso das autoras, do sujeito surdo) é definida pela diferença. Há um deslocamento “de uma posição-sujeito caracterizada pela falta para uma caracterizada pela diferença”.

Não se trata de uma impossibilidade da inserção em um mesmo espaço ou formação social, mas da impossibilidade de uma inclusão que se mostre significativa: capaz de amparar e de fornecer balizas para a reorganização educacional, social, espacial, de modo a promover deslocamentos de sentidos e nos processos de identificação. Temos, no espaço escolar, uma constante busca por um deslocamento no processo de significação da diferença e do sujeito marcado e representado por ela. Concordamos com Coracini (2007), quando afirma que ajuntar indivíduos ou inseri-los em um mesmo espaço não significa, de fato inclui-los. Ao comentar sobre a lei que obriga a conceder vagas na universidade para egressos da escola pública, negros e deficientes, a autora (*op.cit.*, p.107) conclui que “todos eles devem ter lugar numa sala de aula ‘norma’, partilhar do mesmo espaço físico, um ao lado do outro, como se isso significasse, por si só e por força da lei, ausência de discriminação, *in-clusão, in-serção social*”.

Vale ressaltar que a relação dentro e fora é afetada por representações imaginárias, pois as pessoas, mesmo convivendo em um mesmo espaço, estão, imaginariamente, separadas por diferenças de diversas ordens e naturezas. Parafraseando Coracini (2007, p.109), a vontade de igualar, de homogeneizar, na melhor das intenções, promove e reforça, contraditoriamente, a desigualdade. Nas palavras da autora “constroem-se muros que separam, que distinguem uns e outros, reforçam-se as diferenças. É exatamente quando pensamos tornar iguais os desiguais que nos damos conta da impossibilidade da igualdade e reforçamos a desigualdade e a discriminação”.

Em outras palavras, entre os sujeitos que compartilham um mesmo espaço social existe uma segregação que ultrapassa as paredes institucionais. Esta segregação, muitas vezes, passa a fazer parte das representações identitárias do sujeito marcado pela deficiência. Em um estudo anterior Cavallari (2014), a partir de formulações proferidas por agentes educacionais sobre a proposta de educação inclusiva (EI), enfatiza que as noções de *diferente* e de *deficiente* se confundem (e também se fundem) nos depoimentos de professores, pedagogos e professores, justificando a necessidade da aplicação de práticas pedagógicas igualitárias e simplificadoras das diferenças. Lembrando que a inclusão se faz necessária para além das deficiências, podemos afirmar que há um equívoco de ordem ideológica em funcionamento na proposta de EI que parece endereçar e se ocupar, mais especificamente, da inclusão do aluno deficiente e não da inclusão da/pela diferença.

Na tentativa de deslocar os sentidos deste acontecimento social da inclusão que ainda se mostra contraditório e repleto de equívocos, o Estado estabelece direitos e implementa políticas públicas que buscam minimizar a exclusão e as relações excludentes, numa tentativa de promover sentidos outros que não sejam marcados pela diferença que subtrai ou exclui o sujeito das formações sociais, pois é tomada como sinônimo de anormalidade. Conforme Foucault ([1970] 2008, p.10), “Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição”. Vejamos como a separação e a diferença se materializam nos trechos dos documentos abaixo que apresentam os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial.

O art. 24 da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU/2006) estabelece que os estudantes com deficiência, dentre eles aqueles com transtornos globais do desenvolvimento, não devem ser excluídos do sistema regular de ensino sob a alegação da deficiência, mas os mesmos devem ter acesso a uma educação inclusiva, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem e terem garantidas as adaptações razoáveis de acordo com suas necessidades individuais no contexto do ensino regular, efetivando-se, assim, medidas de apoio em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Tendo em vista o tom imperativo e informativo do trecho destacado acima, nota-se que os enunciados parecem pressupor um consenso sobre o que seja *excluir*, *incluir* e *incluir plenamente*. Tal consenso, conforme Coracini (2007, p.99), “fecha as possibilidades salutares de questionamento das verdades subjacentes”. Assim sendo, parece já estar dado e sabido o que é incluir e como realizar uma inclusão plena, representada como ideal.

Como já destacado anteriormente, a forma sujeito capitalista se sustenta no jurídico, segundo Orlandi (2013), com seus direitos e deveres bem instituídos e demarcados, em especial nos documentos oficiais. O artigo 24 assegura o direito dos estudantes com deficiência de ter acesso a uma educação inclusiva, *em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem*, de preferência no sistema regular de ensino. No recorte abordado, o fato de *não excluir o aluno com deficiência do sistema regular de ensino* significa, simplesmente, não negar a ele o convívio no espaço dos alunos ditos normais, como se a simples convivência neste espaço já propiciasse, quase que automaticamente, a não exclusão ou a inclusão do aluno deficiente na escola regular. Por esse viés, Coracini (2007, p.106) propõe que

para ser considerado como cidadão, o indivíduo precisa entrar nas regras do jogo hegemônico, ou seja, nas regras do jogo do poder e nele, dentro dele, encontrar o seu lugar. (...) Assim, trazer para dentro o que está fora – o que se encontra à margem da

sociedade – deve ser uma das tarefas da escola, da universidade, da sociedade...

As afirmações e pontuações anteriores nos permitem entrever como se dá a individuação do sujeito pelo Estado nas políticas públicas de inclusão. Incluir o diferente *em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem*, tal como versa o documento em questão, “significa permitir que o outro (deficiente) conheça as nossas verdades – as verdades dos ‘normais’, o mundo ‘perfeito’ ou perfectível dos perfeitos (normais) – onde todos conviveriam, ideal e imaginariamente, em pé de igualdade – “na expectativa, ainda que não explicitada e certamente inconsciente, de que (o deficiente supostamente incluído) venha a se tornar semelhante a nós ou talvez de que se mantenha diferente de nós para que nos sintamos mais felizes, mais privilegiados do que ele (...)” (CORACINI, 2007, p.106-7). Em suma, no recorte acima, tal como já havíamos sinalizado em outras formulações proferidas por agentes educacionais (CAVALLARI, 2014), a EI silencia a(s) diferença(s) e o diferente, já que *incluir* produz o efeito de sentido de *normalizar* ou de *tornar o outro meu semelhante*. A aplicabilidade da lei, assegura os direitos da pessoa com deficiência, ganhando estatuto de compromisso moral e social.

De modo semelhante ao artigo 24, destacado anteriormente, o parágrafo 1º, I e II, do artigo 2º, do Decreto 7.611/2011 preconiza que os sistemas de ensino devem garantir o acesso ao ensino regular aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nesta mesma linha, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, dentre seus objetivos, destaca a importância das áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, desporto, entre outras, para promover a educação inclusiva. Ressalta-se que cabe à escola garantir o ingresso de todas as pessoas, assim como promover as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento escolar, independentemente de suas características individuais. A ação intersetorial deve ser sempre adotada, tendo em vista o atendimento integral do sujeito, uma vez que se fizer necessário. Mais uma vez, observa-se que a diferença que demandaria práticas docentes e sociais particulares e mais singularizadas, levando-se em conta *as características individuais* de cada situação de inclusão, acaba sendo

apagada ou silenciada, em nome de uma suposta igualdade de direitos e de deveres. Assim sendo, podemos inferir que, contraditoriamente, o atendimento integral do sujeito independe ou prescinde das características individuais dos estudantes com deficiência, tornando a inclusão pouco significativa.

Atualmente, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008, à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006, orienta os sistemas de ensino para a construção de sistemas educacionais inclusivos que assegurem o direito de todos à educação. No entanto, vale destacar que a educação que é de todos não é de ninguém, pois universaliza os sujeitos e suas demandas, não levando em conta a diferença e a alteridade que promovem deslocamentos subjetivos e sociais. Em nome de uma prática pedagógica mais justa e igualitária, igualam-se, também, os sujeitos, suas demandas e desejos, confinando-os a um mesmo espaço e prática discursivo-pedagógica, em que o aluno deficiente só parece ser considerado ou endereçado como objeto do saber do outro (professor, coordenador, pedagogo, etc.) que, por sua vez, deve sempre saber o que fazer diante do inesperado, de modo a promover a inclusão plena (CAVALLARI, 2014).

Podemos observar, a partir dos trechos dos documentos oficiais destacados anteriormente, que o espaço escolar está sempre no confronto do simbólico com o político. Portanto este sujeito que está dentro desta espacialidade escolar encontra-se investido de discursos que emergem de uma historicidade e de uma memória discursiva constituída pelo político-educacional. Saber como os discursos funcionam, segundo Orlandi (1999, p.10), “é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro”. A política pública da EI tida como ideal e moralmente correta, sustentada pela memória institucional que cristaliza os sentidos da inclusão, se distancia da práxis escolar que ainda deixa a segregação e a exclusão em evidência. Há uma (con)fusão que constitui o discurso político e o discurso da educação formal acerca da inclusão, já que essas discursividades passam a funcionar quase que indistintamente (discurso político-educacional da inclusão), na tentativa de viabilizar a EI e suas diretrizes já anunciadas e prescritas em documentos oficiais.

Contraditoriamente, “educação e inclusão só se implicam mutuamente no macrodiscurso político-educacional da inclusão, mas não nas práticas discursivo-pedagógicas em que parece haver uma hiância ou uma lacuna imaginariamente intransponível entre a educação tradicionalmente concebida e ainda praticada e as premissas da EI” (CAVALLARI, 2014, p.19).

Esse confronto que se materializa nos recortes abordados nos permite entrever a resistência em relação à inclusão da diferença, em nome de uma suposta normalidade que não leva em conta *as características individuais*. Há, então, algo que falha: uma resistência marcada na própria materialidade que aponta para o modo como o sujeito e as propostas inclusivas se revestem de significações pré-construídas (tidas como verdadeiras) e como o sujeito em situação de inclusão é representado e significado nos documentos oficiais que normalizam e normatizam a inclusão escolar, ou melhor, que normatizam para promover a normalização. De acordo com o dicionário *Aurélio*, o verbo *normalizar* tem as seguintes acepções: *tornar normal; fazer voltar à normalidade; submeter à norma ou normas; padronizar; retornar à ordem; voltar ao estado normal*. São esses movimentos e tentativas de normalização e de padronização que vemos irromper na materialidade posta nas propostas de EI que, por sua vez, têm a função de *normatizar*, isto é, de *estabelecer normas para* garantir uma inclusão normalizadora dos sujeitos e de suas práticas. Este sujeito apontado e representado como sujeito da diferença que se *confunde e se funde* à deficiência vai se constituindo numa posição simbólica e discursiva, historicamente estabelecida.

Nota-se, ainda, que a posição discursiva do sujeito que se pretende incluir é perpassada ou atravessada pela linguagem da corporificação. O corpo do sujeito é investido da linguagem que é metafórica e opaca por excelência e que, portanto, não consegue dizer tudo sobre o referente, já que a língua posta em funcionamento se constitui na heterogeneidade e é repleta de silenciamentos ou de formas do silêncio, tal como postula Orlandi (2007). Portanto, quando se propõe a inclusão escolar, atribuindo a ela estatuto de lei a ser seguida, podemos afirmar, com base nos recortes destacados anteriormente, que é na tentativa de silenciar ou tamponar a diferença que ela se mostra e vem à tona, nos permitindo compreender como sujeito/sentido se aproximam e/ou se deslocam.

Este deslocamento de sentidos e de posições enunciativo-discursivas se dá porque o sujeito se coloca, imaginariamente, na origem do discurso da diferença, na ilusão da origem dos sentidos (PÊUCHEUX, 1999). Essa ilusão não significa *engano* que pode ser sanado ou revertido, pois a linguagem tem a possibilidade de projeção imaginária daquilo que representa o sujeito no mundo e daquilo que o projeta no discurso. O sujeito enunciador se identifica a certas formações discursivas para que seu dizer produza sentidos, embora não se dê conta disso. Trazendo essas considerações para a temática aqui abordada, é comum na atualidade, sobretudo nas instituições que ratificam as políticas públicas pré-estabelecidas, haver uma suposta ou, pelo menos, falsa identificação com o discurso da inclusão e com as propostas que garantem a inclusão de todos, lembrando que a memória discursiva ou os discursos que já se fizeram memória, justamente por terem sido esquecidos e considerados como verdadeiros, no caso: o discurso jurídico (na forma de lei a ser seguida), o discurso da moral ou do politicamente correto e o discurso religioso que prega o amor ao próximo como a si mesmo são alguns dos discursos que atribuem efeito de evidência e de verdade à proposta de inclusão, produzindo e convocando identificações.

A identidade não é uma essência em si, não é uma unidade idêntica a si mesmo e inabalável, ela resulta de processos de identificação e se constitui na relação do sujeito com a linguagem e com o mundo. Vale ressaltar que só se pode pensar em identificação, se pensarmos no seu contraponto que é a desidentificação, pois o sujeito se constitui nas relações de identificação e desidentificação que se manifesta como resistência.

A interpelação é este processo pelo qual o sujeito se constitui na relação do simbólico com a história, que vai estabelecer a forma-sujeito-histórica deste sujeito na condição que ele se apresenta neste espaço escolar visível e que permite que o sujeito se identifique com determinados lugares sociais e com posições discursivas que refletem a posição ideológica do sujeito de linguagem. Portanto este processo não é linear e tão pouco fechado em si, pois é constituído de falhas e equívocos. Consequentemente, muitos sujeitos não se identificam, não se subjetivam e não se reconhecem enquanto sujeito desta espacialidade escolar inclusiva.

Para que o indivíduo seja interpelado em sujeito, ele tem que ser afetado pela ideologia, ou seja, afetado pelo simbólico e pelo Ideal da cultura: pelos valores e regras socialmente instituídos em um dado momento sócio-histórico. São muitos os que, embora afirmem o contrário, não se mostram afetados pelo discurso da inclusão da diferença pela diferença e não pela normalização, talvez pelo fato de algo sempre falhar no processo de individuação do sujeito pelo Estado, segundo Orlandi (2013), que, no caso deste estudo, é o responsável por disseminar e garantir políticas públicas que propiciem a inclusão.

É interessante lembrar, como já discutido anteriormente, que os processos de identificação produzem um efeito de reconhecimento, ou seja, o sujeito se reconhece em certos sentidos e não se reconhece em outros, já que se filia a certas formações discursivas para que os sentidos de suas formulações sejam socialmente compartilhados. Então, embora haja propostas, leis, decretos que são pensáveis, que são dizíveis e reconhecidos como verdadeiros, para alguns sujeitos, graças ao lugar social que ocupam e a formação discursiva à qual se filiam, essas mesmas discursividades que se materializam como leis, decretos, propostas etc. parecem não fazer sentido para outros sujeitos, em especial para aqueles diretamente envolvidos no processo de inclusão, a saber: professores de escolas regulares que possuem alunos ditos especiais em suas turmas e que não sabem o que fazer para de fato incluí-los; alunos em situação de inclusão por motivos diversos e que são deixados à margem do processo de inclusão; alunos ditos normais que passam a conviver com a diferença e com a deficiência muitas vezes já diagnosticada em colegas de turma.

A determinação histórica não se dá de forma linear e da mesma maneira entre os diferentes sujeitos que dividem um mesmo espaço. Se uma pessoa teve sua condição de aluno negada ao longo da sua história, esses discursos irão afetar sua subjetividade. *Portanto, estar na espacialidade da escola não é condição única para interpelar os sujeitos, filiando-os e identificando-os ao discurso da inclusão e da diferença. A forma histórica do sujeito imerso e afetado pelas políticas públicas de inclusão é determinada por discursividades e posições contraditórias. E esta contradição é constitutiva do momento histórico atual.* Por outro lado, este deslocamento do sentido da diferença também se constitui pelo Estado, ainda que haja falhas ou resistência ao longo dos processos de individuação e de identificação. Segundo

Focault (1999), através das instituições o sujeito se individualiza em sujeito social, passando a fazer parte de uma certa sociedade.

Conclusão

Embora não possamos dizer que a inclusão escolar compreenda a totalidade da vivência e dos processos de identificação das pessoas com deficiência, cabe-nos ressaltar que a EI torna os sujeitos em situação de inclusão visíveis. A identidade desses sujeitos é construída no limiar das relações entre uma ordem social vigente, dada pela estigmatização, e pela sua própria necessidade de ocupar os espaços sociais. *Criam-se ambivalências e contradições nas condutas e representações sociais que compõem o universo do deficiente, tornando visível, a partir dos documentos que prescrevem a inclusão como promessa e possibilidade de igualdade, a distância que ainda existe e que, por vezes, se apresenta como intransponível, entre o sujeito da normalidade e o sujeito da inclusão.*

Sendo assim, podemos dizer que o deslocamento do sentido da diferença se mostra como um efeito construído pela história contraditória da própria diferença e do modo como ela é representada e significada na sociedade, de modo geral, e no espaço escolar, em especial.

Vale destacar que não estamos, com as considerações trazidas neste estudo, desqualificando as políticas públicas que visam a assegurar a inclusão e a educação de todos, mas sim buscando compreender alguns dos equívocos que constituem as propostas inclusivas e suas especificidades, para que, em última instância, possamos vislumbrar processos inclusivos que encarem a diferença como possibilidade de alteridade e de soma e não como algo que subtrai ou que deve ser subtraído do espaço escolar normatizado e, conseqüentemente, normalizado. É tomando a diferença como constitutiva de qualquer sujeito atravessado pela linguagem, e não só do sujeito deficiente, que poderemos vislumbrar deslocamentos mais significativos no processo de educação inclusiva que vão além das prescrições legais sobre como lidar com a diferença e a deficiência.

Notas

¹ Segundo Orlandi (1999, p.43), “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

² De acordo com Orlandi (1999, p.31), “chamamos memória discursiva o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, do já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Referências Bibliográficas

- BOLONHINI, C. Z.; COSTA, J. P. (2011). “Libras, Língua Portuguesa e o Bilinguismo”. In: CAVALLARI, J. S.; UYENO, E. Y. *Bilinguismos: Subjetivação e identificações nas/pelas Línguas Maternas e Estrangeiras*. Campinas: Pontes.
- BRASIL. (2009). *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. . Diário Oficial da União, Brasília.
- BRASIL. (2008). *Decreto Legislativo nº 186, 09 de julho de 2008*. Diário Oficial da União, Brasília.
- BRASIL. (2008). *Inclusão. Revista da Educação Especial*. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEESP.
- CAVALLARI, J. S. (2014). “Equívocos que constituem o macrodiscurso político-educacional da inclusão”. In: FERREIRA, E. L.; ORLANDI, E. P. (orgs.) *Discursos sobre a inclusão*. Niterói: Editora Intertextos.
- CORACINI, M. J. (2007). “Identidade e cidadania: a questão da inclusão”. In: CORACINI, M. J. *A celebração do Outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras.
- COSTA, A. (2001). *Corpo e Escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará,
- FOUCAULT, M. (1997). *A arqueologia do saber*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. [1970] (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- HALL, S. (2000). *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- ORLANDI, E. P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2ª ed.

- _____. (1988). “A incompletude do sujeito e quando o outro somos nós?” In: ORLANDI, E. et al. *Sujeito e texto*. São Paulo: EDUC.
- _____. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2007). *As Formas do Silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 6 ed.
- _____. (2014). “Formação ou Capacitação? Duas formas de ligar sociedade e conhecimento”. In: FERREIRA, E.L.; ORLANDI, E.P. (orgs.) *Discursos sobre a inclusão*. Niterói: Editora Intertextos.

Palavras-chave: inclusão social, discurso, diferença

Key-words: social inclusion, discourse, difference

REVISITANDO A LEI DA ESPECIALIDADE DE BRÉAL À LUZ DA GRAMATICALIZAÇÃO

Kelly Cristina Tannihão*
Centro Universitário UniSeb

1. Introdução

O presente trabalho se propõe a revisar algumas ideias de Bréal e, principalmente, a apresentar convergências entre a Lei da Especialidade, de Bréal, e a Teoria da Gramaticalização. Para tal propósito, há uma parte introdutória, dedicada à apresentação do Ensaio de Semântica (1897) e de seu autor, Michel Bréal. A segunda parte contém uma apresentação da Lei da Especialidade, de Bréal. A terceira parte do trabalho é dedicada a um histórico das ideias sobre gramaticalização, dos chineses a Meillet. Finalmente, a quarta parte apresenta algumas convergências entre as duas propostas, a da Lei da Especialidade e da Gramaticalização, seguida pelas “últimas palavras”.

2. Michel Bréal e o Ensaio de Semântica (1897)

Michel Bréal geralmente é lembrado como o fundador da disciplina Semântica, ou como o primeiro a usar este termo. No entanto, ao ler o *Ensaio de Semântica* (1897), é possível afirmar que Bréal não apenas é o “pai da Semântica”, como comumente se afirma, mas também um autor no qual é possível encontrar muitas das ideias que constituem a linguística moderna, para além da Semântica.

Na parte introdutória do *Ensaio* ([1897] 1992), intitulada “A ideia deste trabalho”, Bréal critica a abordagem mecanicista e naturalista, que até então prevalecia nos estudos linguísticos, e que tratava as línguas de forma autônoma. Para ele, cada indivíduo “colabora com sua parte para a evolução da fala humana” (BRÉAL, [1897]1992, p.17). Dessa maneira, desloca o foco dos estudos linguísticos, centrados, naquele momento, na fonética e na morfologia, afirmando que a única causa

verdadeira do desenvolvimento da linguagem é o que ele chama de “vontade humana” (BRÉAL, [1897]1992, p.19). Na sequência do texto, define o que seria essa vontade:

Creio que é preciso representá-la (a vontade) sob a forma de milhares, milhões, bilhões de tentativas, muitas vezes infelizes, algumas vezes com algum sucesso, que assim dirigidas, assim corrigidas, assim aperfeiçoadas, acabam por se definir numa dada direção. O objetivo, em matéria de linguagem, é o de ser compreendido. A criança, durante meses, exerce sua língua, proferindo vogais, articulando consoantes: quantos fracassos, antes de chegar a pronunciar claramente uma sílaba! As inovações gramaticais são do mesmo tipo, com a diferença de que todo um povo delas participa. Quantas construções confusas, incorretas, obscuras, antes de encontrar a que será a expressão, não adequada (este não é o ponto), mas, ao menos, suficiente do pensamento! Neste longo trabalho, não há nada que não venha da vontade (BRÉAL, [1897]1992, p.19-20).

A seguir, o autor afirma que o que se propôs a fazer foi traçar grandes linhas, marcar divisões, de uma maneira provisória, “sobre um domínio ainda não explorado, e que reclama o trabalho combinado de várias gerações de linguistas” (BRÉAL, [1897]1992, p.20). A seguir, ele propõe que o livro seja visto como uma simples introdução à ciência que propõe chamar de Semântica¹ (BRÉAL, [1897]1992, p.20).

Dessa forma, no livro *Ensaio de semântica*, publicado em 1897, o autor não só inaugura a Semântica, mas a expõe como uma disciplina ampla, a partir da qual as outras áreas da Linguística devem ser pensadas. Para ele, o papel da significação, o semântico, ocupa posição central na reflexão sobre a linguagem, pois o que importa na linguagem, em primeiro lugar, é a significação.

Após essa introdução, o *Ensaio* é dividido em três partes, que contêm subdivisões: “as leis intelectuais da linguagem”; “como se fixou o sentido das palavras”; e “como se formou a sintaxe”. Na terceira edição do *Ensaio*, que data de 1904, foram incluídos quatro capítulos: “Que chamamos pureza da língua?”; “A história das palavras”; “A linguística é uma ciência natural?”; e “As origens do verbo”.

Este livro é um rico fomentador de reflexões e, assim como afirmou Bréal na parte introdutória, apresenta pontos que poderiam ser

posteriormente recuperados na reflexão linguística. No entanto, durante muito tempo, não foram dadas a atenção e a importância que as ideias de Bréal mereciam, e merecem. Seide (2006, p.1265) afirma que apenas na década de 1990 as ideias divulgadas por Bréal começaram a ser revisitadas, com o intuito de dar a devida atenção às importantes contribuições desse autor. De acordo com essa autora,

Nerlich e Clarke (1996) revelam que muitas das idéias defendidas por Bréal são *insights* pragmáticos; Geeraertz enfatiza os tópicos nos quais Bréal pode ser visto como precursor da Semântica Cognitiva (1998); Guimarães põe em relevo o legado brealino para a constituição dos estudos da enunciação a partir de Benveniste (1992, 1995, 2002 e 2004). (SEIDE, 2006, p.1265).

Dessa forma, Bréal pode ser revisitado e relacionado a várias reflexões da linguística moderna, já que muitas de suas ideias continuam ocupando posição central na reflexão linguística de hoje, o que ainda não tem sido feito de forma satisfatória. Para este trabalho, propõe-se abordar as relações, bastante claras, mas nem sempre explicitadas, entre as reflexões de Bréal, mais especificamente sobre a Lei da Especialidade, e a Gramaticalização.

2.1 A Lei da Especialidade

Na primeira parte do *Ensaio*, Bréal apresenta “As Leis Intelectuais da Linguagem”, das quais faz parte “A Lei da Especialidade”. O conceito mecânico de “lei”, próprio à linguística de seu tempo, é deslocado por Bréal para o tratamento da significação. Ele a define, em sentido filosófico, como uma relação constante em uma série de fenômenos que se configura como uma tendência e não uma direção infalível na evolução das línguas; assim, se uma gramática tende a se simplificar, conclui que a simplificação é a lei da gramática dessa língua. Concluindo sua linha de argumentação, afirma que “se certas modificações do pensamento, expressas inicialmente por todas as palavras, são pouco a pouco reservadas a um pequeno número de palavras, ou mesmo a uma única palavra, que assume a função somente

para si, dizemos que a especialidade é a lei que presidiu essas mudanças” (BRÉAL, [1897]1992, p.23).

Como primeiro exemplo dessa lei, Bréal ([1897]1992) afirma que há uma tendência do espírito a substituir itens dependentes por itens independentes e apresenta o exemplo do comparativo e do superlativo. Segundo o autor, as línguas antigas tinham diferentes e numerosos sufixos para exprimir a gradação dos adjetivos, como as sílabas *-ro* (*superus, inferus*), *-tero* (*interus, exterus*), *-ior* (*purior, largior*) para o comparativo; e *-mo* (*summus, infimus*), *-timo* (*intimus, extimus*), *-issimo* (*carissimus*) para o superlativo. O latim renunciou a esses numerosos sufixos, mantendo apenas a forma *-ior* para o comparativo e a forma *-issimus* para o superlativo; nas línguas românicas, houve a substituição das formas presas, ou seja, dos sufixos, por formas independentes. No português, por exemplo, a palavra que assumiu as funções do comparativo e do superlativo foi *mais*. Ainda de acordo com Bréal, as palavras privilegiadas, ou seja, as que se mantiveram, exercendo a função das antigas formas, são, elas mesmas, comparativas; assim, a sobrevivente de uma espécie extinta substitui a função de todas as outras.

Bréal, com este exemplo, afirma que já possível ver em que consiste a Lei da Especialidade:

(...) Entre todas as palavras de uma certa espécie, marcadas por um certo traço gramatical, há uma que é gradativamente destacada. Torna-se o expositor por excelência da noção gramatical da qual possui marca. Mas, ao mesmo tempo, ela perde seu valor individual e passa a ser apenas um instrumento gramatical, uma das molas da frase (BRÉAL, [1897]1992, p.25).

O autor ainda aplica essa lei a outras mudanças linguísticas. O segundo exemplo da aplicação da Lei é a substituição das declinações pelas preposições nas línguas românicas. Bréal afirma que a marcação das relações entre as palavras, tal como era feito no latim, ou seja, por meio de várias declinações, era complicado e insuficiente, por isso, ao lado desses casos, colocaram-se advérbios, que serviam para determinar melhor as relações estabelecidas. Os advérbios passam, então, a serem vistos como causa do caso e, de advérbios, passam a preposições; em palavras de Bréal ([1897]1992, p.26): “os advérbios de lugar e tempo (...) após ter sido o acompanhante do genitivo, do dativo, ou do

acusativo, tornaram-se a causa desses casos: de advérbios passaram a preposições”. As preposições, por sua vez, primeiramente são usadas ao lado do caso, mas, como marcam de modo preciso e explícito as relações marcadas pelos casos de forma vaga e geral, as desinências “começam a ficar incertas. São empregadas com distração, são confundidas umas com as outras” (BRÉAL, [1897] 1992, p.26) e, paulatinamente, são substituídas pelas preposições.

O terceiro exemplo é do inglês. Primeiramente o autor cita rapidamente o caso do genitivo, mas é na conjugação que vai concentrar o exemplo de aplicação da lei da especialidade. Para ele, houve a especialização do verbo *do*, que passou a marcar, sozinho, ideia de tempo, pessoa, modo e a afirmação, que cada verbo marcava por si mesmo; ele inclusive serve de auxiliar a ele mesmo. Nessa especialização, no entanto, o *do* perde sua característica de verbo, funcionando apenas como instrumento gramatical.

É pouco provável que um linguista, nos dias de hoje, leia a definição e a aplicação da Lei da Especialidade de Bréal e não a relacione à ideia de Gramaticalização, pois o cerne da ideia de gramaticalização está presente nesta lei. Mas, antes de se relacionar a Lei da Especialidade à Gramaticalização, é importante traçar um breve histórico das ideias desta última.

3. Um histórico da Gramaticalização: dos chineses a Meillet

São poucos os manuais de linguística que, ao fazerem um histórico das ideias de gramaticalização, termo utilizado apenas no século XX, citam Bréal. Dentre os que o mencionam rapidamente, é possível citar Hopper e Traugott (1993) e Heine, Claudi e Hünemeyer (1991). Entre os dois, no texto de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), é possível ter um histórico mais amplo, que localiza Bréal na história da Gramaticalização.

Gramaticalização, tal como definida por Meillet, consistiria na atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma (MEILLET, [1912]1982). Modernamente, seria possível definir o processo como a mudança de palavras de uma categoria gramatical plena, como nomes, verbos e adjetivos, para uma categoria de classes gramaticais, como auxiliares e preposições, por exemplo (GONÇALVES et al., 2007), havendo, nesse processo, uma espécie de esvaziamento semântico em função de um ganho funcional.

Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991, p.5), ao fazerem um histórico dos primeiros trabalhos sobre a ideia de Gramaticalização, mencionam que, desde o século X, autores chineses têm distinguido elementos linguísticos “completos” de “vazios”. Afirmam que Zhou Bo-qi argumenta que os símbolos “vazios” se originaram de “símbolos completos”; no século XVIII, citam os filósofos franceses Condillac e Rousseau, que afirmaram que a complexidade gramatical e o vocabulário abstrato são derivados de lexemas concretos. Dos dois últimos, aparentemente foi Condillac o primeiro a afirmar que as flexões verbais são derivadas historicamente de palavras independentes. Na sequência do histórico, Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991) citam John Horne Tooke, um filologista inglês, como o “pai dos estudos de gramaticalização”. Este autor, em trabalhos de 1786 e 1805, publicados, em 1857, em um único volume, intitulado *Epea pteroenta or the diversions of Purley*, afirma que advérbios, conjunções e preposições resultam da abreviação ou “mutilação” de palavras necessárias, que seriam os nomes e verbos.

Os autores continuam com o histórico, afirmando que a Gramaticalização foi um tópico da Linguística durante todo o século XIX. Foi tema central em Franz Boop, que apresentou vários exemplos de transformação de material lexical em auxiliares, afixos e flexões; aparece em Schlegel, para quem as palavras perdem o conteúdo semântico para facilitar sua circulação na língua; está presente em Humboldt, que defende a tese de Tooke, de que as classes de palavras como preposições e conjunções “têm sua origem em palavras reais que denotam objetos” (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p.6).

Durante a primeira metade do séc. XIX, Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991) afirmam que talvez a noção mais comentada de gramaticalização tenha sido a de Franz Wüllner (1831), o qual afirma que, com alguns exemplos, pode concluir que as designações de conceitos não-perceptíveis são derivadas de conceitos perceptíveis. Uma concepção comparada a de Wüllner foi adotada por Whitney (1875). Segundo Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991), algumas visões de Whitney sobre mudança semântica são diretamente relevantes para a concepção moderna de gramaticalização. Para o autor, a transferência e a extensão são importantes fatores para a mudança semântica, pois elas conduzem a um movimento no vocabulário da designação do que é mais material para o que é mais abstrato e conceitual. O autor ainda afirma que o processo não é restrito ao léxico, também pode conduzir à

emergência de formas gramaticais, envolvendo um processo de atenuação, de formalização completa, do que era sólido, positivo, substancial.

Os autores ainda citam alguns nomes que apareceram na segunda metade do século XIX, como, por exemplo, Wegener (1885), Riis (1854) e Christaller (1875). Destacam Gabelentz (1891), que propôs a noção de espiral evolutivo para descrever o desenvolvimento de categorias gramaticais.

Na sequência do histórico sobre gramaticalização, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p.8) mencionam o semanticista Michel Bréal, que, no final do século XIX, afirma:

Entre todas as palavras de uma certa espécie, marcadas por um certo traço gramatical, há uma que é gradativamente destacada. Torna-se o expositor por excelência da noção gramatical da qual possui marca. Mas, ao mesmo tempo, ela perde seu valor individual e passa a ser apenas um instrumento gramatical, uma das molas da frase (BRÉAL, 1897 apud HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p.8).

Após a citação de Bréal, os autores dizem que foi um compatriota de Bréal, Antoine Meillet, que pode ser chamado de fundador dos estudos de gramaticalização moderna. Afirmam ainda que Meillet (1912) não apenas introduziu o termo *gramaticalização*, mas também justificou a relevância de estudos da gramaticalização como uma das maiores atividades na ciência da linguagem (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991).

Para Meillet, há dois processos responsáveis pelas mudanças gramaticais: a analogia, que “consiste na composição de uma forma a partir do modelo de uma outra” (MEILLET, [1912]1982, p.130); e “a passagem de palavras autônomas ao papel de agentes gramaticais”, ao que ele chamou de *gramaticalização* (MEILLET, [1912]1982, p.133). Esse segundo processo é definido então como uma perda gradual de força expressiva de uma palavra, transformando-se em uma palavra acessória, destituída de seu sentido anterior. Para o autor, a transição entre uma palavra lexical e uma forma gramatical é sempre uma espécie de *continuum*.

Após Meillet, há vários outros estudos sobre gramaticalização. Apenas a título de ilustração, Hopper e Traugott (1993, p.XV) definem gramaticalização como “processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Nesses termos, a gramaticalização é unidirecional e poderia ser representada em uma escala como: item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.7).

Gonçalves *et al.* (2007, p.19) afirmam que os estudiosos que passaram a desenvolver pesquisas sobre gramaticalização, apesar de alguns pontos de discordância, partilham o mesmo pensamento no que se refere a dois pontos:

- (i) Fazem a distinção entre itens lexicais, signos linguísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um lado, e itens gramaticais, signos linguísticos “vazios”, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, do outro;
- (ii) consideram que as últimas categorias tendem a se originar das primeiras.

Assim, em uma definição clássica de Gramaticalização, “palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposição, advérbios, auxiliares etc.), as quais, em momento posterior, podem vir até mesmo a se tornar afixos” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.20).

Os autores ainda apresentam um resumo da escala evolutiva dos estudos de gramaticalização, que se reproduz abaixo:

- (i) a versão de Meillet, que concebe a gramaticalização como passagem do [lexical] > [gramatical];
- (ii) a oferecida por Kurilowicz, que adiciona ao cline² de Meillet a passagem do [- gramatical] > [+ gramatical];
- (iii) as versões dos estudos atuais: [qualquer material linguístico] > [+ gramatical] (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.27).

Assim, nas abordagens citadas, de forma geral, gramaticalização é definida como a passagem de itens mais lexicais a itens mais gramaticais, envolvendo mudança de sentido e de função.

4. Convergências: Bréal e Meillet

A partir do histórico da Gramaticalização, é possível traçar alguns paralelos entre Bréal e Meillet e supor uma influência de Bréal sobre Meillet, já que aquele foi professor deste. De acordo com o apêndice do *Ensaio* feito por Guimarães (1992), Bréal é contemporâneo de Condillac, um dos primeiros autores mencionados no histórico das ideias sobre gramaticalização. Bréal fez parte do grupo que fundou a *École des Hautes Études*, onde teve como alunos Saussure e Meillet. Ainda de acordo com Guimarães (1992), Bréal fez com que Saussure fosse contratado para lecionar na *École*, em 1881. Meillet então foi aluno de Saussure, substituindo-o, em 1889, na *École Pratique des Hautes Études*. Em 1905, Meillet assume o posto de Bréal no *Collège de France*.

Através desse breve retrospecto, é possível observar que houve um contato direto entre Bréal, Saussure e Meillet, o que pode sugerir que as ideias de Bréal, como professor de Meillet, tenham exercido grande influência em suas reflexões, já que apresentam vários pontos de convergência.

No entanto, na história da reflexão linguística, Meillet poucas vezes aparece relacionado a Bréal³, e, quando se fala de Gramaticalização, faz-se um recorte e citam-se nomes anteriores a Bréal, até chegar a Meillet; e, ao mencionarem Meillet como o fundador dos estudos modernos de Gramaticalização, nunca se faz referência ao nome de Bréal, seu professor, e em cujas ideias provavelmente se inspirou.

Ainda sobre influências intelectuais, Guimarães (1992), na apresentação do *Ensaio*, ao falar da *inteligência*, afirma que Condillac é fonte, nesse caso, do pensamento de Bréal⁴. Seria possível ir além, afirmando que Condillac é fonte, também em outros casos, do pensamento do referido autor, já que ele é um dos primeiros autores mencionados na cronologia da ideia de gramaticalização.

Mas, correlacionando apenas Bréal e Meillet, é possível, como já afirmado, traçar pontos em comum entre a Lei da Especialidade e a Gramaticalização, tal como definida pelo segundo autor.

Bréal ([1897]1992, p.24), ao analisar as formas sintéticas e analíticas, afirma que a substituição de expositores variáveis por invariáveis se explica pela necessidade de clareza. Meillet ([1912]1982, p.147), por sua vez, afirma que a formação de construções analíticas ocorre pela necessidade de expressão. Assim, é possível observar o primeiro ponto de convergência entre os autores: uma necessidade subjetiva no emprego da linguagem - a necessidade de clareza/expressão - motiva a substituição de construções sintéticas por analíticas.

Outro ponto em comum é que, para os dois autores, a mudança não é abrupta, ou seja, é necessário um longo período para que uma estrutura seja modificada. Ao expor o exemplo dos marcadores de comparativo, Bréal ([1897]1992, p.25) afirma:

Adivinha-se ao mesmo tempo, a razão pela qual a lei da especialidade precisou da ajuda de séculos antes de poder manifestar-se. As palavras são em si mesmas muito significativas para se prestar, logo no primeiro lance, a esse papel de auxiliar. É preciso que um longo uso em associações diversas tenha lentamente preparado os espíritos a retirar dela o excesso de valor.

Na mesma direção, Meillet ([1912]1982, p.135-136) afirma que as palavras podem ser mais “principais” e mais ou menos “acessórias”, assim, “cada vez que um elemento linguístico é empregado, seu valor expressivo diminui” e, se um determinado agrupamento de palavras se torna mais frequente, ele gradualmente perde expressividade, sendo reproduzido mais automaticamente pelos sujeitos falantes, perdendo assim seu valor semântico e se transformando em um tipo de estrutura auxiliar. Nessa perspectiva, a mudança também não pode ser muito rápida, pois há processos envolvidos; assim, para Bréal, a mudança é um **processo lento e gradual** e, para Meillet, é um *continuum*. Além disso, ambas as abordagens envolvem perda semântica e alteração gramatical, ou seja, há o enfraquecimento semântico e um ganho funcional.

Outra relação possível entre os dois autores é a abordagem historicista (antinaturalista) dada à Lei da Especialidade e à Gramaticalização. Bréal deixa claro, no *Ensaio*, que a linguagem é instrumento de civilização, que **as mudanças são acontecimentos**

históricos, que o histórico diz respeito à intervenção do sujeito na linguagem, que as formas da língua trazem a marca do aspecto subjetivo, que o homem tem relação com o desenvolvimento da linguagem e que o sentido é uma relação com o mundo. Para o autor,

Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que me proponho a chamar *o aspecto subjetivo da linguagem*. (BRÉAL, [1897]1992, p.157)

Na sequência, o autor afirma que “o aspecto subjetivo da linguagem é representado por palavras ou membros de frase; por formas gramaticais; pelo plano geral das línguas” (BRÉAL, [1897] 1992, p.157). Assim, para Bréal, o elemento subjetivo é essencial na organização das línguas.

Para Meillet (apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.114), a língua é uma instituição social:

[...] A língua é uma instituição com autonomia própria; deve-se determinar portanto as condições gerais de desenvolvimento a partir de um ponto de vista puramente lingüístico; [...] mas como a língua é [também] uma instituição social, disso decorre que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar a fim de explicar a mudança lingüística é a mudança social, da qual as variações lingüísticas são somente as consequências – às vezes imediatas e diretas e, no mais das vezes, mediatas e indiretas [...].

Meillet ([1905-1906]1982) define a língua como um fato social, tomando a definição de “fato social” como proposta por Durkheim

(1895), que foi quem primeiro definiu sistematicamente os fatos sociais ao tomá-los como objeto da Sociologia. Tais fatos, como definidos por Durkheim (1895), são de caráter obrigatório e opressor. A língua, para Meillet, existe independentemente de cada indivíduo falante, mas não independente de todos e encontra sua realidade através da soma dos indivíduos ou através da soma de seus enunciados. Entretanto, embora tenha conservado a definição de Durkheim, o conceito de língua de Meillet não exclui a atuação do indivíduo sobre a linguagem; assim, se os indivíduos, como seres sociais, mudam, a língua muda, refletindo essa mudança social (SILVA; MILANI, 2013).

Assim, Meillet considera a língua como uma **instituição social**. Dessa maneira, pode-se afirmar que, em alguma medida, Meillet considera o elemento subjetivo na relação com a linguagem, ainda que não de modo central como em Bréal.

Retomando as convergências entre a Lei da Especialidade e a Gramaticalização, é possível assumir que ambas são processos de mudança que envolvem a significação. Como o ponto central para Bréal é a **significação**, é a partir dela que o autor pensa a linguagem. Para ele, a mudança semântica nas línguas se encontra em primeiro plano, conduzindo a transformações na sua organização geral.

Apesar de não aparecer com a centralidade que Bréal concede à significação, na Gramaticalização ela também é ponto decisivo, pois, principalmente nos primeiros estudos sobre gramaticalização, o primeiro estágio referido é o enfraquecimento semântico, tomado como o início da alteração na referencialidade da palavra. Essa preocupação com o sentido aparece nos primeiros estudos sobre o processo, na abordagem de Meillet e se mantém nos estudos mais recentes sobre o assunto. Há inclusive estudos que enfatizam algumas características semânticas do processo, tanto que, entre outros nomes dados ao processo, é possível encontrar os termos *enfraquecimento semântico* e *apagamento semântico* (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p.3) como termos mais ou menos intercambiáveis para o termo Gramaticalização.

Assim, é possível indicar quatro pontos de relação entre os autores estudados, que ainda merecem um maior aprofundamento nas suas diferenças: a consideração da relação língua-linguagem-falante; o processo contínuo/reiterado de mudança linguística; o caráter social atribuído às mudanças; e a consideração da significação na Lei da Especialidade e na Gramaticalização.

Últimas palavras

Pela breve cronologia aqui exposta, vê-se que houve um contato direto entre Bréal e Saussure na *École des Hautes*. No entanto, como o Curso de Linguística Geral (1916), de Saussure, publicado postumamente, representou um divisor de águas, tendo sido seu autor considerado o fundador da “Linguística Geral”, tanto o Ensaio de Semântica (1897) quanto seu autor, Michel Bréal, integram uma parte ainda pouco reconhecida e valorizada pela história da Linguística moderna.

Mas, apesar desse pouco reconhecimento, é possível reafirmar a atualidade do pensamento de Michel Bréal. Atualidade comprovada pelo fato de que, tal como o próprio autor afirmou na parte introdutória de seu *Ensaio*, suas ideias traçam algumas grandes linhas, marcam algumas divisões, como um plano provisório de um domínio não explorado e que exige o trabalho combinado de várias gerações de linguistas. Ao se fazer uma leitura atenta do *Ensaio*, é possível perceber que tais linhas e divisões continuam atuais e que ainda é relevante que os linguistas de hoje explorem a diversidade de assuntos de que Bréal fez apenas o prenúncio, atentando para o modo, muitas vezes original, pelo qual os tratou, afinal, mais de um século se passou e suas ideias ainda não parecem ter recebido todo o reconhecimento de seu papel na história da Semântica e na Linguística Geral.

Notas

* Doutoranda em Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – Unicamp.

¹ O termo “Semântica” para nomear a “ciência das significações” por ele proposta foi apresentado por Bréal em um artigo de 1883: BRÉAL, M. Les lois intellectuelles du langage. Fragment de sémantique. *Annuaire de l'Association pour l'encouragement des études grecques en France* 17, 1883, p.132-142.

² Escala de gradação contínua.

³ Seria interessante verificar criteriosamente nos escritos de Meillet se há alguma referência a Bréal, seja no que diz respeito à gramaticalização, seja em outras partes de sua obra, o que não conseguimos fazer ainda.

⁴ “(a inteligência) se apresenta como a faculdade para conhecer, e tem sua origem no funcionamento do signo, isso é o que nos diz Taine e Condillac, fonte, nesse caso, do pensamento de Bréal” (GUIMARÃES, 1992, p.11).

Referências Bibliográficas

- BRÉAL, M. (1883). “Les lois intellectuelles du langage. Fragment de sémantique”. In: *Annuaire de l'Association pour l'encouragement des études grecques en France* 17, pp.132-142.
- BRÉAL, M. ([1897]1992). *Ensaio de Semântica*. Trad. Aída Ferras et al. (trad.) São Paulo: Pontes/Educ.
- DURKHEIM, E. ([1895]2007). *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes.
- GONÇALVES, S. C. L. et al. (2007). “Tratado geral sobre gramaticalização”. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola editorial, pp.15-66.
- GUIMARÃES, E. (1992). “A lingüística é uma ciência histórica?”. In: *Ensaio de Semântica*. In: BRÉAL, M. ([1897] 1992). São Paulo: Pontes/Educ, pp.9-15.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEILLET, A. ([1912]1982). *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion.
- SAUSSURE, F. ([1916]2006). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- SEIDE, M. S. (2006). “A Semântica de Michel Bréal e a Terminologia: pontos de contato”. In: *Estudos Lingüísticos XXXV*, pp.1265-1270.
- SILVA, D. M. da; MILANI, S. E. (2013). “Whitney, Saussure, Meillet e Labov: A língua como um fato social”. In: *Anais do SILEL*. Volume 3, N. 1. Uberlândia: EDUFU.
- TOOKE, J. H. (1857). *Epea pteroenta or the diversions of Purley*. London: William Tegg & Co.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I ([1968]2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial.

Palavras- chave: Bréal. Meillet. Lei da Especialidade. Gramaticalização.

Key-words: Breal. Meillet. Law of Specialization. Grammaticalization.

RESENHA

ORLANDI, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 6ª ed., 3ª Reimpressão, 2013, 184 pp.

Silencio, la tierra va a dar a luz a un árbol.
La muerte se ha dormido en el cuello de un cisne (...)

Altazor o el Viaje en Paracaídas (1919)
Vicente Huidobro

Nos contaron fugazmente algo que venía del silencio y era silencio. Ocurrió en Chile en el sector llamado del Butahullimapu¹, sucedió el año 1960 en una comunidad indígena huilliche cercana al pueblito de Saavedra (entonces ostentaba el nombre de: “Puerto Saavedra”). Luego de sobrevenir el terremoto y maremoto más grandes de los que se tienen registros sismográficos, las comunidades indígenas quedaron desamparadas y soladas. En esta realidad impensable que se constituyó casi en una parusía, un niño fue muerto ritualmente, fue sacrificado para sosegar a los espíritus de la naturaleza que se hallaban descontrolados. Aunque suene paradójico, éste fue el procedimiento ante esta tremenda convulsión cósmica, respuesta ritual y sacra hacia fenómenos que ni para indígenas ni para occidentales tenía una lógica. El sacrificio del niño fue la contraposición binaria frente a lo impensable. El niño fue emborrachado y murió – al parecer – sin dolor. La Machi (chaman Mapuche) organizó el rito con preparativos que duraron varios días con sus noches; los convocados al rito habitaron el insomnio de la catástrofe y luego el insomnio de la liturgia ininteligible para los no indígenas más de 50 años después. En los registros legales, único vestigio no oral que queda hoy del hecho, consta que no hubo mucho diálogo previo entre los participantes. La Machi sabía lo que debía hacerse y lo sabía con la

fidelidad de un eximio intérprete, y el rito fue realizado no en sigilo, pero sí en la solemnidad del silencio, significando un procedimiento riguroso, pero no comunicable, al menos bajo ninguna forma verbo-simbólica intercultural: “O silêncio não fala, ele significa” (Orlandi, p.44).

El hecho fue descubierto y el Estado que no ayudó a esas comunidades colapsadas, encarceló a los participantes del sacrificio. El proceso fue largo, pero quizás por primera vez el Estado Chileno advirtió que su sistema jurídico no entendía ni un ápice de la lógica de la justicia y de la ritualidad indígena, en parte porque vincula lo cotidiano a lo sagrado. Paradójicamente, los participantes en el sacrificio fueron absueltos, la Machi habló poco durante el proceso, pero a la primera pregunta, que fue obvia, inevitable y corta: “¿Por qué sacrificar a un niño y no a un animal? La Machi respondió lacónica, pero categóricamente: “a grande mal, grande remedio”. Luego vino el silencio, el inmenso silencio de la certidumbre frente a lo hecho, no un silencio culpable, sino el silencio de quienes conocen el sentido de lo experimentado, y que estando más allá de la culpa guardan un obsequioso silencio, en gesto silencioso y significativo de honra hacia el niño sacrificado, fue un silencio torrencial que aún repica en la Araucanía.

Eni Orlandi no conoce este caso, pero trabajó y convivió con indígenas en su país, Brasil. Eni Orlandi tiene una forma de explicarnos este silencio que aún nos asombra: “O silêncio é assim a “respiração” da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito” (Orlandi, p.13).

Tanto Claude Lévi-Strauss como Jacques Derrida coinciden en considerar que en la modernidad ocurre una “sobreabundancia de significantes con respecto a los significados”; una suerte de dilapidación de signos, que transformados en palabras convierten al sujeto occidental en dilapidador no solamente de bienes, sino también de palabras. Pareciera que la sinergia en el uso del lenguaje fuera algo que está lejos de acontecer en la sociedad contemporánea. La sobrecomunicación, por la agilización, complejidad y masificación de

los medios nos llevan hoy a una suerte de “ahogamiento en los signos”, lo que nos genera una bulimia sémica que nos lleva a la inflación, al rebasamiento, a un punto límite, en que el criterio de verdad deja de tener importancia y el sueño de la comunicación universal desde Jean-Jacques Rousseau hasta el atomismo lógico de Bertrand Russell, son ahora aspiraciones remotas.

El uso del abuso de las palabras lleva al silencio a los lugares de nuestro deseo y nuestra utopía. La presencia de esta forma de decir sin abusar de los signos es hoy escasa, y el deseo del silencio es el deseo de que el signo vuelva a su relación significado- significante, para establecer certidumbre, para procesar la angustia, aunque sea desde la finitud, para que al menos el decir en el no decir tenga la claridad de la ilocución y de la circulación solapada del sentido. Como dijera Rimbaud y retomara Neruda, el deseo del silencio es en nosotros un deseo de una ardiente paciencia, deseo no de incomunicación, ni de ausencia de sentido, sino de un vacío fértil casi a la manera budista en la que fluya y se desplacen los “movimientos del silencio”, como a Orlandi gusta decir, con una transparencia que identifique ese trasfondo delirante del alma humana con la certidumbre de un norte, en el cual el signo mute en sus significados, pero no se disloque en un relativismo que a partir de la ambigüedad semiológica pasa a ser relativismo ético: el deseo de silencio esconde una envidia frente al sujeto arcaico, aquel del “Pensamiento Salvaje” de Lévi-Strauss. Ese que no dilapida palabras, para el cual el silencio no habla, pero “dice”, porque es claro y porque lo recibido y lo dicho está aún en el plano de un flujo a la medida de lo humano, lento para la digestión: nunca débil, ni relativo, sino cargado de formas (como también dice Orlandi) para el procesamiento del signo, porque conserva su espesor pero también su claridad.

Ya sabemos que el silencio es un decir en un no decir: desde la lingüística cognitiva a la pragmática, desde la biología del conocimiento hasta la antropología estructuralista, desde la poesía simbolista hasta la literatura etnocultural; así también el psicoanálisis desde las estrategias terapéuticas de la terapia breve de Lacan, tuvieron que procesar el silencio para entender no solo su sentido sino también para entender que el silencio como toda forma de lenguaje en la polisemia porta la paradoja, el sin sentido y que también el silencio

puede ser un significante flotante en la ambigüedad de la enunciación. Pero el aquilatar el valor del silencio no es suficiente, faltaba esta nueva mirada desde la filosofía de la conciencia, que sin perderse en una tundra semiótica nos revelará los vínculos fundamentales entre poder y silencio.

Ese decir, el ocultamiento es en muchos casos también (felices o infelices) un decir abierto; la complicación se produce en la hiperinflación capciosa de la polisemia, muchas veces es una forma de dominación que se apropia tanto del miedo como del deseo de los interlocutores. Como dice Orlandi, existen formas como “la lengua de espuma” en que el significante sigue flotando, pero flota para sostener un instrumento de sojuzgamiento a la rivera de un dique que contiene un explosivo.

Una reflexión sobre el silencio obligó a Orlandi, a escapar de las tipologías discursivas para llevarnos al plano de la capciosa imprecisión. El gran obstáculo de nuestra autora,- o su gran desafío -, es seguir siendo una pensadora del sentido en un espacio semántico y pragmático donde el sentido es justamente aquello que se oculta como condición ontológica de la existencia del silencio mismo.

Si Orlandi no fuera una pensadora del sentido podría rehuir de la metafísica del silencio, pero eso llevaría a la justificación amoral de cualquier orden discursivo o la llegada a una ontología más cercana a la contemplación mística que a la hermenéutica fenomenológica. Por lo pronto, nuestra autora se desenvuelve en los márgenes de la metafísica de la conciencia, asimismo, la contemplación del silencio como vacío fértil no es su meta. Ha sido quizás el difuso objetivo de algunos pensadores que han caído en el foso inmenso del esoterismo culturalmente descontextualizado, el esoterismo como el postmodernismo al referirse al silencio caen en la oscuridad del relativismo y así el silencio pierde su dimensión política e incluso pierde la maravillosa erótica de la apuesta valórica. Sin dudas, Eni Orlandi está muy lejos de ello. Su esfuerzo en este libro es el de la Talmud, es el esfuerzo de interpretar un universo sígnico, pero si el fundamento del judaísmo es La Palabra, la búsqueda de Orlandi es la pregunta por los causas del océano de lo silenciado, materialidad que oprime, que libera, que perjudica, que nos hace estar vivos. Así como

el psicoanálisis descubrió el inconsciente, en Orlandi la lingüística nos da la oportunidad de penetrar en un coto vedado, probablemente prohibido por miedo a la paradoja, miedo a rastrear los límites del logos y sus limitaciones.

El vacío infértil del silencio, entendido de una manera positivista como un no decir que es un decir en una relación directa entre el significado y el significante, nos hace pensar que toda la realidad mental está poblada de signos aprendidos y direccionados por los órdenes discursivos. En esta lógica, el silencio sería el espacio impuesto por el paradigma para delimitar el sintagma. De esta manera, no existiría aquello que Orlandi entiende como el “movimiento de los sentidos”, sino que los sistemas de dominación discursivos serían identificables, como en el psicoanálisis clásico, en la actividad onírica, en los sentimientos y emociones negativos y hasta en el acto sexual mismo, de manera que, ni siquiera la “pequeña muerte” del orgasmo sería una fracción de segundo liberada y liberadora, sería sólo el rastro del inconsciente con una semiología propia e incluso individual, que poco devela del universo del modo de producción enlazado a las formas discursivas. El silencio sin movimiento no nos diferenciaría de los autómatas, porque el sentido que habita solo lo dicho expresamente, sería nada más que una fracción que involucra la comprensión de una parte oculta de todo lo que es cognoscible. Este no es el Camino de Eni Orlandi.

En su libro, la contraposición entre silencio y sentido da cuenta de una binariedad que del mismo modo une y disocia; una disyunción que bajo el concepto de movimientos de sentidos da cuenta del intrincado proceso de vinculación y separación entre el no decir respecto del ser del ente y el no ser mismo; indudablemente se trata de una yuxtaposición pero no de una dialéctica netamente hegeliana, sino más bien de una dialéctica negativa (a la manera de la Escuela de Fráncfort) que intenta comprender el ser en el lenguaje, desde la dinámica compleja existente entre silencio y sentido sin desoír la materialidad y la violencia del mundo. El silencio no es aquí ausencia, pero tampoco es una presencia automática. Este libro está lejos de limitarse en las relaciones de causalidad positivistas o en la pura fenomenología del habla, vemos que se muestra al silencio como un detonante hacia un pensar dialéctico de la totalidad. Al plantear el vínculo entre silencio y

sentido, nuestra autora señala claramente que: “las palabras transpiran silencio” (Orlandi, p.11). De esta forma, liga al silencio con la Historia y con la ideología. En la respiración del silencio Eni Orlandi ve una instancia de expresión de metapolítica, oculta a la mayoría de los planos de la conciencia, porque el silencio es apabullante, en tanto no es un dejar de ser, sino negatividad productiva y reproductiva definida por las formaciones sociales que se entrelazan con las formaciones discursivas. Si Foucault nos abrió las entendederas respecto a los órdenes del discurso, este libro nos abre la mirada respecto de los órdenes del silencio, probablemente sin saberlo a la manera creacionista de Vicente Huidobro en su *Altazor*:

Silencio

se oye el pulso del mundo como nunca pálido

la tierra acaba de alumbrar un árbol

(Vicente Huidobro, *Altazor*, Canto Primero).

Sin lugar a dudas, éste es un libro de lingüística, pero de una lingüística de resistencia y agitación que rescata al sujeto histórico redimiendo de esta manera los significados que se dan en los márgenes. No se trata de una sociología, ni un psicoanálisis, sino de otra ciencia humana, de una lingüística innovadora. Probablemente el discurso del silencio que está oculto posee una tipología cuyo sentido Orlandi intenta develar, pero de la cual restan aun resultados de un inmenso programa de investigación todavía en desarrollo. Esta tipología opera dentro del lenguaje, pero en su dialéctica constitutiva la organización del silencio tiene su punto de articulación en *Lo incompleto del lenguaje*. A la manera de Gödel: “el lenguaje siempre falla”, siempre deja algo ausente. Desde el momento en que, estructuralmente, el eje paradigmático selecciona elementos, existe un adentro y un afuera y que (como plantea la teoría de sistemas en la versión de Niklas Luhmann), operan clausuras operacionales. Por lo tanto, el silencio es un decir sin decir, pero también un decir sin plena conciencia del decir. Así, el lenguaje estructura dos tipos de silenciamientos: el silenciamiento estructural propio del sintagma que excluye para dar sentido y opera dentro del lenguaje, y el silenciamiento que opera afuera

del lenguaje en la realización misma de los discursos, en los cuales la reafirmación de los sentidos de lo dicho puede ser, como en la lengua de espuma de las dictaduras militares, una forma de negación de la alteridad o de violencia simbólica.

En lo exterior al lenguaje, Orlandi nos habla de la censura a las dictaduras latinoamericanas que tiene su antagonismo más radical en la poesía propia de la canción popular, Orlandi habla de Chico Buarque, nosotros hablaríamos de Silvio Rodríguez o de Patricio Manns. Este decir y decir mucho para no decir y ocultar profundamente es parte de la historia cultural de América Latina. El Estado Nación monocultural sudamericano necesitó de los conceptos de pueblo e indio para arbolar sujetos históricos que permitieran la generación de la paradoja: Domingo Faustino Sarmiento, Nicolás Palacios, Andrés Bello, enarbolaron la idea de un pueblo presente y un indio pasado, pero este decir fuertemente estético contenía un sello metasocial que silenciaba la existencia de la diversidad étnica y cultural. Los mismos ideólogos del Estado Nacional que embellecieron el pasado indígena y embellecieron el presente mestizo, fueron quienes silenciaron la existencia y los discursos de los sujetos concretos de la acción social indígena y popular.

Si asumimos las tipologías del silencio que Orlandi nos propone, es en la incompletud del lenguaje, que se articulan relaciones sociales, es fundamental asumir que esta materialidad del silencio dio cabida en la segunda mitad del siglo XIX a arquetipos estéticos, que rescatan al indígena y al sujeto popular en el discurso pero que, fuera del discurso en la praxis histórica eran capaces de atrocidades como los etnocidios indígenas y las grandes matanzas obreras. (La Calle principal de mi ciudad Valparaíso lleva el nombre del Presidente de Chile que en 1907 ordenó una de las mayores matanzas obreras de Latinoamérica, nada hemos podido hacer para cambiar ese nombre: Avenida Pedro Montt).

Así, el silencio es un dispositivo que puede oponerse al movimiento social, pero que opera con sus propias lógicas de movimiento. Se suele valer de arquetipos estéticos en el lenguaje que estereotipa y convierte al sujeto histórico en un monumento de sal inamovible. Si se tratase solamente de que no todo puede ser dicho y de que el silencio fuese una institución cultural más, los latinoamericanos podríamos obviarlo. No obstante, si silenciar a un sujeto histórico significa construir un

arquetipo que lo representa pero que lo desconoce en términos históricos y políticos, entonces nos topamos con lo que Orlandi concibe como la tremenda materialidad del silencio. El silenciamiento puede ser atroz y fanático. Se ocupan las tierras indígenas para civilizarlas porque en esas tierras no hay seres humanos, sino solamente “indios”. A la manera de la matanza en Macondo, los trenes se llevan los cadáveres de los obreros asesinados para su olvido y negación. Quizá si el concepto contemporáneo de “detenido desaparecido” sea la forma más radical de evidenciar al silencio también como un mecanismo del terror. De esta manera, el silencio pierde todo su erotismo y se convierte en una herramienta sustancial en los trabajos de la muerte: los huesos invisibles que permanecieron más de un siglo en Europa y eran osamentas de los Selknam de Tierra del Fuego, o los huesos embalsamados por la sal del desierto chileno de los detenidos desaparecidos de nuestros días. La tarea es descubrir desde este libro de Eni Orlandi los mecanismos en que el silencio convirtió a los cuerpos vivientes no solo en huesos, sino particularmente en ausencias. “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (Orlandi, 2007, p.29). La retórica del dominador tiene una salvaje materialidad en nuestro continente.

Cuando Orlandi comienza su libro con una cita del poeta Francés René Char nos habla tanto de resistencia como de silencio fértil. Valoramos el paratexto poético no como un pendón barroco, ni siquiera como una marca configurante de un lector ideal o modélico, sino como parte de la semántica que señala el fundamento de una enunciación, una marca que no sólo puede definir el sentido al inicio de cada lectura, sino que también posee la posibilidad de marcar esta dimensión de lo aparentemente paradójal, que da pie a la polisemia y por supuesto a la inevitable y fructífera contradicción: “la poética del no decir”.

Este no es un libro escrito para decir algo en un sentido nomológico y de directa proporcionalidad. Deseo definirlo como una lingüística de agitación al enarbolar el sentido con sus movimientos, como una suerte de bandera seguida por una multitud.

De esta forma, valoro este libro como una mirada inversa y contracolonial, interdisciplinaria y sudaka, que puede darme pistas desde mis preguntas más sociales hasta las más metafísicas. Me hace decir así que si como Sartre sostenía la muerte es el fin de una conciencia individual, nunca debemos olvidar que la conciencia no es un fenómeno autónomo, sino que es ante todo el lenguaje transmutado en percepciones: de nada podríamos ser conscientes si no hay signos que signifiquen el mundo.

La muerte es un no significar, es una larga conversación que se interrumpe y queda convertida en el monólogo del sobreviviente que recuerda y en el rastro del difunto que tanto habló como calló. Pero la muerte más que la interrupción de los signos, es la irrupción del silencio, la interrupción del silencio cargado de sentido al que Orlandi sigue la pista para entregarnos nuevas pistas. Así podemos decir que morir es abandonar el silencio que exuda lenguaje. La muerte es el silencio supremo, no obstante, la realización de la experiencia vital de ese silencio puede quedar circulando en los otros, pero para ser rescatado, este silencio debería liberarse de la metafísica de la presencia, allí debería asumir que el sujeto objetivo de la acción social, del cual este libro de Orlandi nunca ha querido alejarse, no es un ente material sino que es el signo o el decir en la palabra y en el silencio, rítmicos ambos en un sintagma perpetuo, un nuevo artificio teórico para estorbar a la muerte:

... ”Y no quiero llantos. La muerte hay que mirarla cara a cara. ¡Silencio (...) ¡A callar he dicho! Las lágrimas cuando estés sola. ¡Nos hundiremos todas en un mar de luto! Ella, la hija menor de Bernarda Alba, ha muerto virgen. ¿Me habéis oído? ¡Silencio, silencio he dicho! ¡Silencio!” (**La casa de Bernarda Alba**. Federico Gracia Lorca. Madrid, 19 de junio de 1936).

Miguel Alvarado Borgoño ^{2,3}

Universidad del Valparaíso, Chile

Notas

¹ En castellano significa : *Grandes Tierras del Sur*

² Doctor en ciencias humanas, mención literatura y lingüística. Postdoctorado en ciencias del lenguaje.

³ Agradezco la colaboración la Académica Cubana Ana Iris Díaz Martínez de la Universidad Central "Marta Abreu", y también a de mi ayudante Valentina Lira Ramírez, y a la colega Ana María Soto de la Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación de Chile. Por supuesto los desaciertos d este texto son de mi absoluta responsabilidad.